

CÂMARA DOS DEPUTADOS

TVR
N.º 117, DE 2020
(Do Poder Executivo)
MSC 107/2020
OF 110/2020

Submete à apreciação do Congresso Nacional o ato constante da Portaria nº 7.243, de 16 de janeiro de 2018, que renova a autorização outorgada a Rádio Comunitária de Amparo Social a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária no município de Anagé, Estado da Bahia.

(ÀS COMISSÕES DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA; E DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA (ART. 54, RICD).. REGIME DE TRAMITAÇÃO : ART. 223 CFAPRECIAÇÃO: PROPOSIÇÃO SUJEITA À APRECIAÇÃO CONCLUSIVA(PARECER 09/90 - CCJR))

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 49, inciso XII, combinado com o § 3º, do art. 223, da Constituição, submeto à apreciação de Vossas Excelências, acompanhadas de Exposições de Motivos do Senhor Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, atos que renovam autorizações outorgadas às entidades abaixo relacionadas para executarem, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviços de radiodifusão comunitária, conforme os seguintes atos:

- 1 - Portaria nº 2.978, de 30 de julho de 2015 - Associação Comunitária São Miguel, no município de Santos Dumont - MG;
- 2 - Portaria nº 2.986, de 12 de agosto de 2015 - Associação Comunitária Liberdade Acreunense, no município de Acreúna - GO;
- 3 - Portaria nº 3.554, de 12 de agosto de 2015 - Associação Comunitária de Comunicação, Cultural e Social de Capanema, no município de Capanema - PA;
- 4 - Portaria nº 3.613, de 19 de agosto de 2015 - Associação Comunitária de Radiodifusão de Nepomuceno, no município de Nepomuceno - MG;
- 5 - Portaria nº 6.160, de 1º de dezembro de 2015 - Associação e Movimento Comunitário Rádio Positiva FM, no município de Planaltina de Goiás - GO;
- 6 - Portaria nº 6.218, de 1º de dezembro de 2015 - Associação Cultural Comunitária Rádio Livre, no município de Ipiatuba - BA;
- 7 - Portaria nº 74, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação Cultural Comunitária de Araújo - ACCA, no município de Araújo - MG;
- 8 - Portaria nº 146, de 1º de fevereiro de 2016 - Associação de Rádio Comunitária Mensagem FM, no município de Rio Novo do Sul - ES;
- 9 - Portaria nº 412, de 9 de maio de 2016 - Associação de Desenvolvimento Artístico Cultural e Social de Tupi Paulista, no município de Tupi Paulista - SP;
- 10 - Portaria nº 534, de 9 de maio de 2016 - Associação Rádio FM Comunitária Cidade Progresso, no município de Pendências - RN;
- 11 - Portaria nº 544, de 9 de maio de 2016 - Associação Batatense Cultural - ABC, no município de Batatais - SP;
- 12 - Portaria nº 786, de 9 de maio de 2016 - Associação Educativa de Radiodifusão Santa Cruz, no município de Santa Cruz das Palmeiras - SP;
- 13 - Portaria nº 1.020, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Independente Pro-Melhoramento de Nova Fátima, no município de Hidrolândia - GO;
- 14 - Portaria nº 1.613, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural A Gazeta de Radiodifusão Comunitária, no município de Jaboticabal - SP;
- 15 - Portaria nº 1.820, de 9 de maio de 2016 - Associação Comunitária Cultural de Comunicação Esperança e Vida, no município de São João da Boa Vista - SP;
- 16 - Portaria nº 1.831, de 9 de maio de 2016 - Associação Cultural dos Moradores e Amigos do Bairro São Jorge, no município de Francisco Sá - MG;

- 17 - Portaria nº 1.942, de 10 de maio de 2016 - Associação Comunitária de Rádio Cultural Curumim, no município de Potirendaba - SP
- 18 - Portaria nº 593, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural de Três Fronteiras, no município de Três Fronteiras - SP;
- 19 - Portaria nº 1.091, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura Aliança, no município de São Gonçalo - RJ;
- 20 - Portaria nº 1.836, de 7 de junho de 2017 - Associação Cultural Rádio Liberdade FM, no município de Itaqui - RS;
- 21 - Portaria nº 1.922, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária de Riacho das Almas, no município de Riacho das Almas - PE;
- 22 - Portaria nº 1.972, de 7 de junho de 2017 - Associação da Rádio Comunitária Redenção FM, no município de Redenção do Gurgueia - PI;
- 23 - Portaria nº 1.991, de 7 de junho de 2017 - Associação Comunitária Beneficente Rural de São Sebastião do Paraíso, no município de São Sebastião do Paraíso - MG;
- 24 - Portaria nº 3.169, de 20 de dezembro de 2017 - ACCS - Associação Cultural e Comunicação Social, no município de Itupeva - SP;
- 25 - Portaria nº 3.363, de 28 de setembro de 2017 - Associação Cultural Comunitária Simonense, no município de São Simão - SP;
- 26 - Portaria nº 5.227, de 28 de setembro de 2017 - Associação Comunitária de Comunicação e Cultura de Diamante do Norte, no município de Diamante do Norte - PR;
- 27 - Portaria nº 6.162, de 20 de dezembro de 2017 - Associação Comunitária de Arte, Cultura e Informação de São Pedro (ACARCISP), no município de São Pedro - SP;
- 28 - Portaria nº 6.734, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Cultural, Educacional e Ambiental do Município de Paulistas, no município de Paulistas - MG;
- 29 - Portaria nº 6.737, de 16 de janeiro de 2018 - Associação dos Trabalhadores de Guimarães, no município de Guimarães - MG;
- 30 - Portaria nº 7.011, de 16 de janeiro de 2018 - Associação de Rádio Comunitária de Juripiranga, no município de Juripiranga - PB;
- 31 - Portaria nº 7.013, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Comunitária de Comunicação, Cultura e Cidadania do Barro Vermelho, no município de Crato - CE;
- 32 - Portaria nº 7.147, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Centro de Assistência Social e Educacional John F. Kennedy (CASE), no município de Belo Oriente - MG;
- 33 - Portaria nº 7.237, de 16 de janeiro de 2018 - Associação Cultural Encruzilhadense, no município de Encruzilhada do Sul - RS;
- 34 - Portaria nº 7.243, de 16 de janeiro de 2018 - Rádio Comunitária de Amparo Social, no município de Anagé - BA;
- 35 - Portaria nº 711, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Comunitária Rio Jaguaribe, no município de Russas - CE;

36 - Portaria nº 733, de 9 de fevereiro de 2018 - Associação Cultural Comunitária Estação de Franco da Rocha, no município de Franco da Rocha - SP;

37 - Portaria nº 1.033, de 14 de março de 2018 - Associação Comunitária Pedra Pintada, no município de Itacoatiara - AM;

38 - Portaria nº 1.263, de 14 de março de 2018 - Associação de Radiodifusão para Comunicações Comunitária do Sítio Areias do Município das Correntes, no município de Correntes - PE;

39 - Portaria nº 2.171, de 2 de maio de 2018 - Associação Comunitária de Jitaúna, no município de Jitaúna - BA; e

40 - Portaria nº 2.629, de 12 de junho de 2018 - Sociedade de Amparo e Educação a Infância de Cruz, no município de Cruz - CE.

Brasília, 18 de março de 2020.

A handwritten signature in black ink, appearing to be "Antonio Carlos", written in a cursive style.

PORT. 7243/17

EM nº 00383/2019 MCTIC



Brasília, 23 de Setembro de 2019

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Encaminho a Vossa Excelência o Processo nº 53900.041859/2015-86, que veicula a Portaria de Renovação da Outorga de Autorização e a respectiva documentação para que a entidade Rádio Comunitária de Amparo Social, inscrita no CNPJ nº 02.449.087/0001-04, explore pelo prazo de dez anos a partir de 23 de Dezembro de 2015, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Anagé, estado da Bahia, em conformidade com o que dispõe o caput do art. 223 da Constituição da República Federativa do Brasil e a Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998.
2. Sobre o caso em espécie, foram efetuadas análises técnica e jurídica da petição e da documentação apresentada, constando a inexistência de óbice legal e normativo ao pleito. A área técnica deste Ministério se manifestou por meio da Nota Técnica nº 27250/2017/SEI-MCTIC, de modo favorável à renovação da outorga. Por outro lado, informa-se que é aplicável o Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU, emitido pela Consultoria Jurídica deste Órgão, por meio do qual se dispensou a análise jurídica individualizada dos processos de renovação da outorga quando, da análise técnica, atestar-se que o caso se amolda ao mencionado Parecer.
3. Com base nesses posicionamentos, o Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações expediu a Portaria MCTIC nº 7243, de 16 de Janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 11 de Abril de 2018.
4. Em conformidade com os preceitos constitucionais e legais, a renovação da outorga da autorização, objeto deste Processo, passará a produzir efeitos legais somente após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Marcos Cesar Pontes

PORTARIA Nº 7243/2017/SEI-MCTIC

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001456/1998 e nº 53900.041859/2015-86, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Anagé / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 16/01/2018, às 20:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2484496** e o código CRC **213AF001**.

INFORME PROCESSUAL

Nº Processo:	53900.041859/2015-86
Interessado:	RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL
Setor:	Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
CNPJ:	02.449.087/0001-04
Serviço:	Radiodifusão Comunitária
UF:	BA
Localidade:	Anagé
Tipo:	Renovação - Rádio Comunitária
Num_Tipo	427



Documento assinado eletronicamente por **Natalia Froemming, Economista**, em 12/04/2018, às 13:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2878618** e o código CRC **AE05203A**.

Referência: Processo nº 53900.041859/2015-86

SEI nº 2878618

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 18670/2015/SEI-MC

Processo de Renovação nº: **53900.041859/2015-86**.

Processo de Outorga nº: 53640.001456/1998-41.

Assunto: Renovação de Outorga.

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de processo de interesse da **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Anagé**, estado da **Bahia**, por meio da Portaria nº 770, publicada no DOU de 30/12/2003, e Decreto Legislativo nº 1089, publicado no DOU de 23/12/2005.

ANÁLISE

2. Vale consignar que a vigência da referida outorga terá seu termo final em 23/12/2015. Dessa forma, caso a entidade tenha interesse em solicitar a renovação, deverá apresentar, imprerivelmente, até o dia **23/11/2015**, os itens dispostos abaixo, na forma dos subitens 8.1 e 20.3 da Norma nº 1/2011:

I. Declaração, firmada pelo representante legal, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

II. Certidão negativa de débitos das receitas administradas pela Anatel;

III. Cópia do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ, válido e atual;

IV. Documentos atualizados revelando eventuais alterações ocorridas no Estatuto Social da interessada, durante o período de vigência da outorga, ou cópia atualizada do Estatuto, devidamente registrado, conforme subitens 8.2 e 8.3 da Norma nº 01/2011;

V. Ata de Eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Registro Civil de Pessoas Jurídicas;

VI. Prova de que seus diretores são brasileiros natos ou naturalizados há mais de dez anos e maiores de dezoito anos ou emancipados (cópia do RG ou Certidão de Casamento), de acordo com o subitem 8.1, alínea “e”, da Norma nº 01/2011. Não serão aceitos, a título de comprovação deste item, a carteira nacional de habilitação (CNH) e a inscrição no Cadastro de Pessoas Jurídicas (CPF), em atenção às restrições dispostas nos subitens 8.4.1 e 8.4.2;

VII. CPF de todos os dirigentes; e

VIII. Último relatório do Conselho Comunitário, constituído nos moldes do item 21.4.1 da Norma nº 01/2011, versando sobre a programação veiculada pela emissora.

CONCLUSÃO

3. Diante do exposto, a entidade deverá ser comunicada para, caso tenha interesse em renovar sua outorga, **apresentar** a documentação elencada no item 2 desta Nota Técnica, no prazo fixado no item 2, sob pena de extinção da autorização.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Chefe de Serviço**, em 19/08/2015, às 13:14, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta**, em 19/08/2015, às 17:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0671635** e o código CRC **221B6E2A**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 26991/2015/SEI-MC

Brasília, 19 de agosto de 2015

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL**.
Avenida Edson Soares, nº 975 - Bairro: Augusto Vieira
45.180-000 - Anagé - BA

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.041859/2015-86.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 18670/2015/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata da renovação da outorga da entidade.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo fixado no item 2 da referida Nota Técnica, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária - Substituta, em 19/08/2015, às
17:02, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0671637** e o
código CRC **3A5A1389**.

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NOME OU RAZÃO SOCIAL

SCE/CGRC

Of. nº 26991/2015/SEI-MC, 19 de agosto de 2015

53900.041859/2015-86

ENDEREÇO / ADDRESS

RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL

Avenida Edson Soares, nº 975 - Bairro: Augusto Vieira

CEP / CODE POSTAL

45.180-000

Anagé - BA

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

03734987 21

Charles H. O. Ribeiro
Carteiro
Mat. 6.007.801-2

04 SET 2015

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



CORREIOS
BRÉSIL

AVISO DE
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

JO 22679637 0 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINISTOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

: h

: h

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério da Administração Pública

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Departamento

Esplanada dos Ministérios, Bloco A, Anexo B Sala 3000

70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

53900.066833/2015-41

RELAÇÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS À RENOVAÇÃO DE OUTORGA -
RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

1 – Estatuto social atualizado.
2 – Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas
3 – Prova de maioria e nacionalidade de todos os dirigentes.
4 – Último relatório do Conselho Comunitário
5 – Declaração, assinada pelo representante legal da entidade interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento.

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 26/11/15 às 14:20 horas
Assinatura: Loureiro

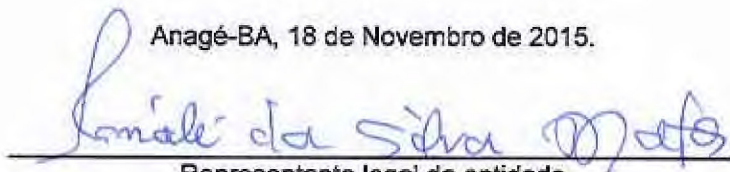
REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA

Qualificação da Entidade	
Razão Social: Rádio Comunitária de Amparo Social	
Nome Fantasia: Vila Nova FM	
CNPJ: 02.449.087/0001-04	
Endereço Sede: Avenida Edson Soares	Nº 975
Bairro: Augusto Vieira	CEP: 45180-000
Cidade: Anagé	UF: BA
Nome do representante legal: ISNALI DA SILVA MATOS	
Endereço Eletrônico (e-mail):	zingabudy@hotmail.com

Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado das Comunicações,

A entidade acima qualificada, regularmente autorizada a prestar o Serviço de Radiodifusão Comunitária, vem perante Vossa Excelência, por intermédio do seu representante legal, com fundamento no art. 6º, parágrafo único da Lei nº. 9.612/1998 – Lei da Radiodifusão Comunitária, solicitar a **RENOVAÇÃO DA OUTORGA**, o que o faz com a apresentação dos documentos listados abaixo, todos no original ou em cópia autenticada.

Anagé-BA, 18 de Novembro de 2015.


Representante legal da entidade

Endereço Correspondência: Avenida Edson Soares, 975 A/C DE ZINGA	
Bairro: Augusto Vieira	CEP: 45180-000
Cidade: Anagé	UF: BA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO COMUN DE AMPARO SOCIAL

CNPJ: 02.449.087/0001-04

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 11:33:06 do dia 20/11/2015 (hora e data de Brasília).

Válida até 20/12/2015.

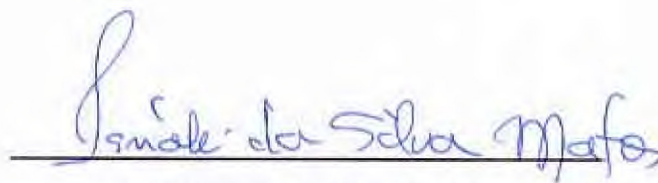
Certidão expedida gratuitamente.

DECLARAÇÃO

Eu, **ISNALI DA SILVA MATOS**, na qualidade de representante legal da entidade **ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL**, atesto que:

- A emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério das Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.

Anagé, 18 de Novembro de 2015.

A handwritten signature in blue ink, reading 'Isnali da Silva Matos', is written over a horizontal line.

ISNALI DA SILVA MATOS

Representante Legal

Nome do representante da entidade: **ISNALI DA SILVA MATOS**

CPF: **441.001.915-53**

16850
13A
4P

TAB. DE NOTAS DE ANAGÉ-BA

FÓRUM ABMAEL DO PRADO NOGUEIRA

CARTÓRIO DE REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS

Selo de Autenticidade
Rua Amador de Almeida, 31 - Bairro São João Batista
CEP 45150-150 - ANAGÉ-BA
Tel. (77) 3122-9746

Selo de Autenticidade
De acordo com o Livro nº 25
de 25/11/2015
Anagé-BA
1163.AB015866-1
Consulte em: www.fca.jus.br/verificacao



23 NOV 2015

REGISTRADO

RADIO COMUNITARIA DE AMPARO SOCIAL

AVENIDA EDSON SOARES, 975 - BAIRRO AUGUSTO VIEIRA

ANAGÉ-BA - CNPJ: 02.449.087/0001-04

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL PARA A ESCOLHA DA NOVA DIRETORIA EXECUTIVA E DO CONSELHO FISCAL PARA O BIÊNIO 2015-2017.

As duas horas do mês de junho do ano de dois mil e quinze (2015) na sede da Rádio Comunitária de Amparo Social, situada à Avenida Edson Soares, número 975 Bairro Augusto Vieira nesta cidade de Anagé Bahia, reuniu-se em Assembleia Geral Ordinária, com a presença de membros da diretoria, associados e participantes em geral, abrindo a sessão o presidente deu início aos trabalhos que estavam na ordem do dia, conforme o edital de convocação afixado na forma da lei, informando aos presentes os motivos da reunião que a qual tinha a finalidade específica para a escolha da nova diretoria e do (fiscal) digo: Conselho fiscal. O presidente suspendeu a reunião por trinta minutos para que os associados presentes elaborassem os chapô concorrentes, terminado o prazo estipulado pelo presidente os sócios presentes chegaram a conclusão de que a chapa seria única, a qual foi escolhida por unanimidade, elegendo a nova diretoria, bem como o conselho fiscal. Que fizessem assim constituída. DIRETORIA EXECUTIVA: Presidente, a senhora Ismali da Silva Matos e vice presidente, Isaac Sousa Oli

REGISTRADO

FÓRUM AZEMEL DO PRADO NOGUEIRA

CARIMBO DE REGISTRO DE PESSOAS JURÍDICAS

14

Vice-secretaria geral: a senhora Inacema Portugal da Silva Vieira; 4. DIRETOR FINANCEIRO: Domilton Sousa Santos; 5. DIRETOR DE OPERAÇÕES: Jefferson Santos Lima; 6. DIRETOR DE CULTURA E COMUNICAÇÃO SOCIAL: Vilma Lúcia Amarim Soares; 7. DIRETOR DE PATRIMÔNIO: Jome Cleide Oliveira Matos. Ficou constituído para o conselho fiscal: (01) dige membros efetivos: 01. Presidente Adilson Soares Vieira, 02. Vice presidente Filipe Silva Soares Calixto, 03. Secretário João André de Marinho. Membros suplentes: 01. João Vieira Sabrinho, 02. Lucilene Amaral Vieira, 03. Maria Belarmino Almeida de Oliveira. Em seguida o presidente convocou os eleitos para serem empossados, a nova diretoria, bem como o conselho fiscal, o que ocorreu imediatamente. Não havendo mais nada a se tratar no dia de hoje a sessão foi encerrada e o presidente determinou que se lavrasse a presente ata que vai devidamente assinada pela presidente eleita, vice presidente, a secretaria e demais associados, bem como membros do conselho fiscal.

Angé Bahia, 02 de Junho de 2015, às 14:00h.

01- PRESIDENTE = Isnali da Silva Matos

02- Vice = Inacema Soares

03- SECRETARIA = Inacema Portugal da Silva Vieira

04- Domilton Sousa Santos

05- Jefferson Santos Lima

06- Vilma Lúcia A. Soares

07- Jome Cleide Oliveira Matos

08- Filipe Silva Soares Calixto

09- Lucilene Amaral Vieira

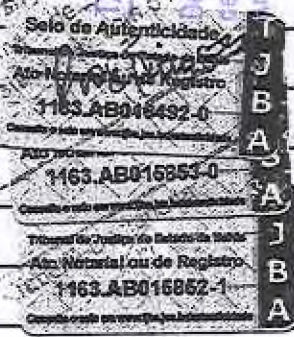
10- João André de Marinho

11- João Vieira Sabrinho

12- Maria Belarmino Almeida de Oliveira

13- Penneus Fie dos Santos Silva

14- João André de Marinho



23 NOV 2015

REGISTRADO

FÓRUM ABMAEL
CARTÓRIO DE REGISTRO
RUA AGUIAR, 100
TEL. (71) 3435-1111

FÓRUM ABMAEL DO PRADO NOGUEIRA
CARTÓRIO DE REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS
Protocolo 3183 Livro 41
Registro 04 Livro 13 FLS. 4
Anag. 03 de dezembro de 2015
OFICIAL(a): *[Assinatura]*
Cad. Rec. *[Assinatura]*

23 NOV. 2015
CONFERE COM O ORIGINAL
Selo de Autenticidade
153.48015876-9
Tabela Designada

[Assinatura]
Brazo Alencar

ATA PARA CRIAÇÃO DE COMISSÃO COMUNITÁRIA SOBRE A
PROGRAMAÇÃO VEICULADA PELA EMISSORA.
AUTORIZAR A EXECUTAR O SERVIÇO DE RÁDIO DIFUSÃO
COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO DE ANAGÉ ESTADO DA BAHIA
PARA O BIÊNIO 2015-2017
Nos dias de 03 de Junho de ano de dois mil
e quinze (2015) na sede da Rádio Comunitária da
Ampano Social, Rte. a Avenida Edison Soares, 975, Bm
no bairro Zilene nesta cidade de Anagé Bahia, reuniram-se
nom. ad em sessão solenemente convocada para
constituir o mesmo para a programação veiculada
pelo emissora tendo a presença do presidente de
conselho fiscal a parheta José Sousa Oliveira, que
representa a comunidade local, o vice presidente, a
parheta Divaiana Portugal da Silva Sousa, parheta
tendo a classe representantes a parheta
Divanilton Sousa Soares representando a associação
de moradores, bem como, os membros da comissão: a
membro Divaiana Portugal da Silva Sousa representando a
classe religiosa, a parheta Divaiana Portugal da Silva
na representação a associação da classe das idosas
deste município. Com o objetivo de acompanhar a
programação da emissora com vista de atendimento
de interesse exclusivo da comunidade, a fim de
criar comissão para a criação de uma comissão

criar comissão para a criação de uma comissão
de interesse exclusivo da comunidade, a fim de
criar comissão para a criação de uma comissão

Rua Antônio Carlos 311 Fátima, São João Batista

CEP 45120-000 - Anagé - BA

Tel. (71) 3435-2155

1998. O conselho aqui con-
 reunido para descrição da grade de
 programação. A Rádio Comunitária de Anagé so-
 cial de Anagé Bahia, insculpa na programação
 da seguinte forma: das 6:00h às 8:00h, Programa
 Amanhecer na Vila, das 8:00h às 10:00h, Programa
 Tudo Tudo na Vila, das 10:00h às 12:00h, Programa
 Rotação Máxima e informações Sinc e Senac e
 serviços de utilidade pública. Das 12:00h às
 13:00h, Jornal Informativo a Comunidade local
 e da Zona rural de Anagé, das 13:00h às 16:00h,
 espaço aberto para programas das igrejas Evan-
 gelicas, das 16:00h às 18:00h, Programa Entardecer na
 Vila Nova tocando músicas pertencentes diversas
 em homenagem ao homem do campo, das 18:00h
 às 19:00h, Programa Religioso para a comunidade,
 das 19:00h às 20:00h, Programa Nacional em Podé-
 ia de Rádio A voz do Brasil e das 20:00h às
 22:00h, Programa As melhores da Rádio Nacional.
 Logo após o conselho aprova a programação da
 Rádio difusão comunitária descrita como: RÁDIO
 VILA NOVA FM 87,9 - situada à Avenida Solson
 Soares 975, Bairro Augusto Klüber, neste município
 de Anagé, Estado da Bahia. CNPJ sob número
 02.479.087/0001-04. O conselho comunitário faz
 avaliação a respeito da programação considerando
 da normalidade e apoio cultural recebido
 por esta emissora por seus associados e
 comunidade local, considerando as finalida-
 des legais do serviço prestado a comunidade
 de de Anagé Bahia, pela Rádio difusão co-
 munitária. Não havendo mais a tratar
 nesta data o presidente do conselho determi-
 nou a lavratura desta ata para efeitos de

REGISTRADO

Ver
15/11/15

foi devidamente registrada em Cartório de Pessoas Jurídicas obedecendo os princípios da lei vigente. Foi devidamente assinada pelo seu presidente do Conselho fiscal, pela vice presidente e pelas demais pessoas presentes.

Anagé Bahia às 17:00h do dia 02 de junho de dois mil e quinze (2015)

01 - ~~João de Souza Sousa~~
02 - ~~Tracema Petrus da Silva Vieira~~

~~João Augusto Almeida~~

~~Dimilton Sousa Santos~~

~~Isabelina Amaral Lima~~

~~Isabelina da Silva Mota~~

~~Renê Luis Dias dos Santos Silva~~

~~Dimilton Sousa Santos~~

~~Lima Luciana A. Sousa~~

~~Yone Felipe Oliveira Mota~~

~~Maria Helena Maria Almeida de Oliveira~~

~~Buciane Bezerra Roberto Pereira~~

~~Renê Luis Dias dos Santos Silva~~

~~Renê Luis Dias dos Santos Silva~~

~~Isabelina Oliveira Mota~~

~~Isabelina Oliveira Mota~~

~~Isabelina Oliveira Mota~~



FÓRUM ABMAEL DO PRADO NOGUEIRA
CARTÓRIO DE REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS
Protocolo 3384 Livro A Fls. 1193
Registro 05 Livro B Fls. 05
Anagé, 03 de maio de 20 15
OFICIAL(a): [Assinatura]

FÓRUM ABMAEL DO PRADO NOGUEIRA
CARTÓRIO DE REGISTRO DAS PESSOAS JURÍDICAS
Selo de Autenticidade
Anagé Bahia
1163.AB016493-9
Bairro São João Batista
Tel. (77) 333-2159

Darlene de Fátima M. Prates

Cad. 802232-1

Oficial Designada

Requerimento (8852396)

SEI 53900.041859/2015-86 / pg. 15



Ministério da Fazenda

Secretaria da Receita Federal do Brasil

Comprovante de Situação Cadastral no CPF

Nº do CPF: 441.001.915-53

Nome da Pessoa Física: ISNALI DA SILVA MATOS

Data de Nascimento: 02/02/1946

Situação Cadastral: **REGULAR**

Data da Inscrição: anterior a 10/11/1990

Digito Verificador: 00

Comprovante emitido às: 16:49:07: do dia 19/11/2015 (hora e data de Brasília).

Código de controle do comprovante: FB50.70C4.6600.C48D

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br.
(<http://www.receita.fazenda.gov.br/Aplicacoes/ATCTA/cpf/CPFautentic.asp>)

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO POLÍCIA RODOVÁRIA

NÃO PLASTIFICAR




ASSINATURA DO TITULAR

Isaac Sousa Oliveira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

14.240.355-54 04-05-2015

ISAAC SOUSA OLIVEIRA

JOSÉ CARLOS OLIVEIRA

MARLENE MOREIRA DE SOUSA

VITÓRIA DA CONQUISTA BA 03-11-1989

C.NAS. CM ANAGÉ BA DS
SEDE LV A62 FL 215 RT 014822
055.581.955-84

Favilda M. de Oliveira fant.

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SAC



Iracema Portugal da Silva Vieira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

07530172 53 15/04/2010

IRACEMA PORTUGAL DA SILVA VIEIRA

ANANIAS ALVES DA SILVA
MARIA SILVA PORTUGAL

ANAGE BA 07/05/1971
CER-CAS CM-ANAGE BA
DST-SEDE L-B16 F-169 R-001425
146830038 50

Iracema Portugal da Silva Vieira

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Nome
JEFFERSON SANTOS LIMA

Número
071.902.385-81

Nascimento
14/06/1996

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

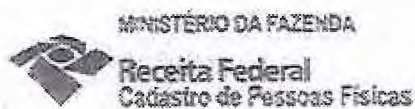


CÓDIGO DE CONTROLE
9134.712E.6AB4.6799

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada na internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 12:02:10 do dia 24/08/2012 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
08406074 31	DATA DE EMISSÃO 24/02/2011	SAC	
ARLETE SILVA SOARES CALIXTO		ESTADO DA BAHIA	
SILVIO FERREIRA SOARES	37044	SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA	
LIONIDIA SILVA SOARES	11/10/1976	REGISTRO DE IDENTIFICAÇÃO	
ANAGE BA	CER-CAS CM-ANAGE BA	ARLETE SILVA SOARES CALIXTO	
DST-SEDE	L-004 F-090 R-000807	CARTEIRA DE IDENTIDADE	
LEI N° 7.116 DE 29/08/83			



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
001.534.335-90

Nome
ARLETE SILVA SOARES CALIXTO

Nascimento
11/10/1976

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO



Código de Controle
7086.6FCD.BE42.5507

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
 Secretaria da Receita Federal do Brasil
 às 09:32:39 do dia 13/06/2013 (hora e data de Brasília)
 dígito verificador: 00

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA MAIOR DE 60 ANOS
SECRETARIA DA DEFESA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO CIVIL
NÃO PLASTIFICAR



Adilson Soares Vieira

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO CIVIL

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

01.033.181-60 28-04-2015

ADILSON SOARES VIEIRA

MANOEL VIEIRA DOS SANTOS

ALAÍDE SOARES VIEIRA

ANAGÉ BA 06-04-1950

C.NAS. CM ANAGÉ BA DS
SEDE LV 00017 FL 127 RT 0004327
463.604.097-04

Francilda M. de Oliveira f.ª

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83





MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas
Número de Inscrição

020.836.895-77

Nome

JANE CLEIDE OLIVEIRA MATOS

Nascimento

06/10/1969



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SAC



Vilma Lucia Amorim Soares

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 04375652 20 DATA DE 25/01/2010
CÓDIGO EXPEDIÇÃO

NOME
VILMA LUCIA AMORIM SOARES

PROVAÇÃO
ORIOSVALDO DIAS SOARES
HELENIRA AMORIM SOARES

NATURALIDADE ANAGE BA DATA DE NASCIMENTO 28/04/1965

COD. CÍVIL CER-CAS CM-ANAGE BA

DST-SEDE L-B3A F-065 R-000356

CPF 749242905 30

SACABEN BA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO NELLO"

SAC



Luciene Azevedo Nolasco Vieira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

09953169 02 02/05/2007

LUCIENE AZEVEDO NOLASCO VIEIRA

AUGENCIO NOLASCO FILHO
IRANI GOMES AZEVEDO

ANAGE BA 15/04/1981
CER-CAS CM-ANAGE BA
DST-SEDE L-B5A F-01V R-001228
009526455 80

Luciene Azevedo Nolasco Vieira

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

RONALDO JOSÉ ALMEIDA SANTOS

OFICIAL - CRB - nº 801478

RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL-ANAGÉ/BA

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

REALIZADA EM 28 DE MAIO DE 2003

Por vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e três, às 14:00 horas em Assembleia realizada nesta cidade de Anagé/BA, no salão nobre da Câmara de Vereadores de Anagé/BA à rua Fidélio Botelho nº 28 Centro, reuniu-se em Assembleia Geral, com a presença de membros da Diretoria, Associados e participantes 11 em geral; Abriu a sessão o presidente deu início aos trabalhos que estavam na ordem do dia com as seguintes pautas: Eleição da nova Diretoria, reformulação do Estatuto Social da Rádio Comunitária de Amparo Social- Anagé/BA; de acordo com o Of. nº 3204/03/DOS/SSCE-MC Ministério das Comunicações e assuntos de interesse da comunidade; Foi instalada a Comissão Eleitoral; em seguida foi apresentado chapa única de consenso, para o quadriênio (2003 a 2006), foi dado início a votação para escolha dos novos Diretores, após o término da apuração foi promulgada a nova Diretoria e Conselho Fiscal que foram eleitos 11 tomando posse imediatamente em seguida foi lida pelo Secretário Geral o novo Estatuto Social que foi posto em votação e aprovado pela maioria, ficando revogado os Estatutos anteriores; Já empossado a nova presidente falou da importância da criação da Rádio Fm Comunitária para o município de Anagé/BA, um veículo de comunicação de massa que será de extrema importância para o desenvolvimento do nosso município, democratizando os meios de comunicação, dando oportunidade a difusão de ideias, elementos de cultura, tradições e hábitos sociais da nossa comunidade, permitindo capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível; A Diretoria o Conselho Fiscal e o Estatuto ficaram da seguinte forma: 1- Presidente: Yamale Mateus do Amparo 2- Vice-presidente: Antonio Luis Rodrigues de Oliveira 3- Secretário Geral: João Vieira Seabra 4- Diretor Financeiro: Gláuber Viana Soares 5- Diretor de operações: Júlio Cesar Santos 6- Diretor de Cultura e de Comunicação Social: Nilson Rodrigues Teixeira 7- Diretor de Patrimônio: Jesivaldo Pedreira Seixas; Conselho Fiscal: 1- Presidente: Ricardo Vandrê Lima de Oliveira 2- Vice-presidente: Miguel Souza Lima 3- Secretário: Marcia Siqueira Souza 1º Suplente: Yailton Vieira Costa, 2º Suplente: Moacyr Francisco da Silva 3º Suplente: Dami Luz Alves; O Estatuto Social da Rádio Comunitária de Amparo Social- Anagé/BA, ficou com o seguinte texto:

TAB. DE NOTAS DE ANAGÉ/BA

CONFERE COM O ORIGINAL

De acordo com art. 2º do Dec. Lei 2.140
de 25/04/1998, anexa esta fotocópia



Nº FN 595839

inada

AVERBADO

ESTATUTO SOCIAL RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL - ANAGÉ/BA SEDE: AV. EDSON SOARES Nº 975 BAIRRO AUGUSTO VIEIRA CNPJ: 02.449.087/0001-04 CEP: 45.180-000

CAPÍTULO - I - DA CONSTITUIÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO Art. 1º - A Rádio Comunitária

de Amparo Social, com sede na Av. Edson Soares nº 975 bairro Augusto Vieira, na cidade de Anagé/BA, fora nesta cidade cep: 45180-000, fundada em 16/11/1997 é uma entidade civil de direito privado de objetivos culturais, apartidária, democrática e sem fins lucrativos.

Parágrafo 1º - A Rádio Comunitária de Amparo Social, manterá sua independência em relação aos partidos políticos, ao Estado, ao poder econômico e a religião.

Parágrafo 2º - A duração da Rádio Comunitária de Amparo Social, é por tempo indeterminado.

Parágrafo 3º - A Rádio Comunitária de Amparo Social, não distribuirá sob forma alguma, dividendos, lucros, superávit e participações do seu patrimônio, de que natureza forem, a quem quer que seja.

Parágrafo 4º - A Rádio Comunitária de Amparo Social, não poderá estabelecer ou manter vínculos que a subordinem ou a sujeitem a gerência, à administração, mediante compromissos ou relações financeiras, religiosas, familiares, político-partidário ou comerciais.

Art. 2º - A rádio Comunitária de Amparo Social, tem por finalidade o atendimento à comunidade beneficiada com vistas a:

1) A Execução do Serviço de Radiodifusão Fm Comunitária. 2) Contribuir para a democratização dos meios de comunicação, dando oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradição e hábitos sociais da comunidade.

3) Oferecer mecanismos à formação profissional, nas áreas de Jornalistas e radialistas observando a legislação vigente. 4) Estimular o lazer a cultura e o convívio social, propagando música nacional e internacional, intercâmbio cultural nacional e internacional, informes e noticiários local, nacional e internacional.

5) Executar o serviço de radiodifusão de acordo com este estatuto as leis e regulamentações vigentes. 6) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário. 7) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível.

8) A não discriminação de raça, religião, sexo preferências sexuais, convicções política-ideológica-partidária e condição social. 9) Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outras sem fins lucrativos.

10) Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação local, nacional e internacional, informação de cunho político, social, econômico, científico, cultural esportivo e religioso relacionado à comunidade.

11) Organizar arquivos públicos.

TAB. DE NOTAS DE ANAGÉ/BA

CONFERE COM O ORIGINAL

De acordo com Art. 2º do Dec. Lei 2.140
nº 25/04/1940, autêntico esta fotocópia



20 DEZ. 2013

cinada

em registro honor, fotografico, fonografico ou audiovisual de depoimentos
 fatos produzidos ou cedidos de natureza geral. 12) Promover continuamente
 o debate atuando o campo dos partidos comunistas. 13) Promover
 Educacao Ambiental. 14) Produzir jornais, revistas e periódicos. 15) Fornecer
 de espécies alimentares para formação de células básicas. 16) Forneci-
 mento gratuito de cestas básicas a famílias carentes dividindo cada-
 stradas. 17) Entrega de formação comunitária, com fins de fornecer condi-
 cionantes gratuitos. 18) Entrega de cursos diurnos. 19) Promover a integra-
 ção da comunidade como todo CAPTULO - 11 - 205 - 550617005, SEUS DIREI-
 tos e deveres Art 3º - Poderá associar-se à Rádio Comunitária de Amparo,
 social, qualquer pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos com residen-
 cia ou sede, não município, independente de cor, raça, sexo ou condição so-
 cial, fundadora, conceção religiosa, política-partidária, não impedimento
 judicial. 1. Sores fundadores: São aqueles que participaram da reunião
 a fundação da entidade; Poderá votar ou ser votado para quaisquer do 11
 quadro diretivo. 2. Sores contribuintes: São aqueles que contribui mensal-
 mente para manutenção da entidade; Poderá votar e ser votado para con-
 posição do quadro diretivo. 3. Sores honorários: São constituições de pessoas,
 físicas ou jurídicas por terem prestado relevantes serviços à Rádio Comunitária
 de Amparo Social; Tera direito a votar, mas não poderá ser votado, para com-
 posição do quadro diretivo. 4. Sores colaboradores: São aqueles que se propõem
 apenas a contribuir material, financeiramente e/ou através de assessoramento fi-
 ncial de qualquer natureza. Tera direito a votar, mas não poderá ser votado, pa-
 ra composição do quadro diretivo. Art 4º - São direitos dos associados: a) Votar e ser
 votado para qualquer cargo ou função. b) Ter acesso a qualquer documento o-
 cial da entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes, compati-
 gíveis com o projeto, mediante solicitação por escrito. c) A diretoria executiva,
 resguardando-se as informações de caráter pessoal, não se absterá em reuni-
 ão da diretoria, respeitando um prazo de no máximo cinco dias úteis para que
 a diretoria possa disponibilizar os documentos solicitados. d) Distribuição de am-
 bios, serviços e ver em caso ou quando pela entidade ou através de voto seu voto.
 f) Ter direito a descontos de 20% no valor de quaisquer cotizações de serviços pro-
 movidos pela entidade. Parágrafo único: Os associados não responderão por obri-
 gação Social, judiciais ou extrajudiciais por qualquer ato praticado pela

TAB. DE NOTAS DE ANAGÉ/BA

CONFERE COM O ORIGINAL

De acordo com Art. 2º do Dec. Lei 2.146/99
e 20/01/2003, esta fotocópia
anagé (82)



20 DEZ. 2003

diretoria. Art. 5º - São deveres dos associados: 1. Respeitar o presente estatuto, bem como, deliberação tomada pela Diretoria Executiva. 2. Contribuir para o crescimento da Entidade. 3. Efetuar o pagamento da mensalidade no dia previsto. 4. Não participar de reuniões em estado de embriaguez. Art. 6º - Para ser considerado associado da Rádio Comunitária de Amparo Social, será necessário ser morador do município de ANAGÉ/BA caso de pessoa física ou ter sede no caso de pessoa jurídica. Parágrafo 1º - A pessoa ou Entidade que faltar a (04) quatro AGE, sem justificativa ou (04) quatro AGE serão convocados pela Diretoria Executiva, para justificar sua ausência. Caberá à Direção, por maioria absoluta, aceitar ou não a justificativa apresentada esta por escrito. Parágrafo 2º - O associado que deixar de pagar sua contribuição por três meses consecutivos será afastado automaticamente do quadro de associados, cessando o afastamento logo após o recolhimento dos débitos.

CAPÍTULO - III - ÓRGÃOS CONSTITUTIVOS. Art. 7º - São órgãos da Rádio Comunitária de Amparo Social Assembleia geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário. Art. 8º - Assembleia Geral: órgão máximo de decisão será convocado ordinariamente uma vez ao ano, sempre no primeiro trimestre, para avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela Diretoria Executiva, aprovação do plano de ação anual, homologação da composição do Conselho Comunitário e discussão de assuntos gerais da Entidade. Parágrafo 1º - A AG poderá ser convocada extraordinariamente pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho Comunitário ou por pelo menos 1/3 dos associados em dias com as suas exigências estatutórias, através de abaixo-assinado. A convocação deverá ser feita com antecedência de no mínimo (05) cinco dias através de edital afixado na sede da Entidade e em locais públicos e casas comerciais onde deverá constar a data, local, horário e pauta de reunião, em primeira convocação com 1/3 dos associados ou em segunda e última convocação com qualquer número de associados ou Diretores após (30) trinta minutos de tolerância. Art. 9º - A Diretoria Executiva reunir-se-á mensalmente, em data, hora e local por ela determinada e extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente ou Secretário, pelo Conselho Fiscal e pelo Conselho Comunitário ou por 1/3 dos membros da Diretoria Executiva. Art. 10º - A Diretoria Executiva será eleita juntamente com o Conselho Fiscal para mandato de (04) quatro anos, em AGE convocada para este fim, através de votação secreta.

TAB. DE NOTAS DE ANAGÉ/BA

CONFERE COM O ORIGINAL

De acordo com Art. 2º do Dec. nº 2.140
de 07/04/1998, autenticado esta fotocópia



Nº FN 595832

AVERBADO

3

nas chapas inscritas: Parágrafo 1º - A formação da diretoria será feita pelo voto direto secreto sendo empessado imediatamente a apuração dos votos em reunião solene. Parágrafo 2º - A AGE com finalidade eleitoral, deverá ser convocada com antecedência de no mínimo (05) cinco dias e a cordo com o art. 8º Parágrafo 1. Art. 11º - A diretoria Executiva será composta de sete cargos, 1. Presidente, 2. Vice-presidente 3. Secretário Geral, 4. Diretor Financeiro 5. Diretor de operações, 6. Diretor cultural e de comunicação social, 7. Diretor de patrimônio. Parágrafo 1º - Havendo vagância no cargo titular do Presidente, o vice-presidente assume imediatamente. Os cargos titulares devem estar sempre preenchidos. Havendo perda de (06) seis membros da diretoria Executiva no decorrer do mandato deverá ser convocada AGE para eleição de nova diretoria. Havendo vagância de menos de (06) (seis) seis cargos, o titular de presidente digo: na diretoria Executiva poderá ser convocada AGE para preenchimento dos cargos vagos. Parágrafo 2º - A vagância será caracterizada pela ausência do diretor a (04) quatro reuniões ordinárias consecutivas ou quatro alternadas sem justificativa aceita pela diretoria, ou por 11 justificativa aceita pela diretoria, ou por motivos pessoais, o que deverá ser comunicado por escrito. Art. 12º - A diretoria Executiva poderá ser substituída no todo ou em parte pela AGE, convocada com este fim específico, nas formas do art. 8º parágrafo 1, nos casos comprovados de atitude, ato ou omissão que comprometa os objetivos da entidade, e desvirtue suas finalidades estatutárias. No caso de substituição total da diretoria; Será eleita uma comissão diretoria provisória para apurar eventuais irregularidades. Art. 13º - O conselho Fiscal será constituído por: Três conselheiros efetivos e três suplentes e será coordenado por: 1. Presidente, 2. Vice-presidente 3. Secretário. Parágrafo Único - O mandato do conselho Fiscal será de igual duração ao do mandato da diretoria Executiva. Art. 14º - O conselho Fiscal reunir-se-á trimestralmente para apreciar, aprovar ou não, a gestão fiscal da Entidade, balancetes financeiros, os documentos contábeis os atos administrativos que se relacionam com as finanças da entidade. Parágrafo 1º - Os pareceres e as deliberações do Conselho Fiscal não registradas em ata separada, lavrada em livros próprios e assinada por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos. Parágrafo 2º - Os membros suplentes poderão, obedecida a ordem, substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos que faltarem. Art. 15º - O Conselho Comunitário

11/07/2013

TAB. DE NOTAS DE ANAGÉ/BA
CONFERE COM O ORIGINAL
De acordo com Art. 2º do Dec. Lei 2.040
de 2012, esta fotocópia
é válida para fins de
análise de
Nº FN 595833

AVERBAÇÃO

- Será constituído por no mínimo: cinco representantes de Entidades da comunidade local, tais como associações de classe, benemérita, religiosas ou de moradores desde que legalmente instituída com objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios da Lei. Indicados pela Diretoria Executiva e homologados pela AG, para mandato de um ano, e definirão sua organização interna.
- Art. 16º - O conselho comunitário reunir-se-á a cada (03) três meses para:
 - Analise da dinâmica e perfil das atividades implementadas pela diretoria, verificando a sua adequação às metas estabelecidas. Aprovação da programação da emissora.
- CAPÍTULO - IV ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA Art. 17º - Compete à Diretoria Executiva, coletivamente:
 - 1. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste estatuto e as disposições da AG.
 - 2. Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos em AG.
 - 3. Convocar as AG.
 - 4. Indicar um de seus membros ou um dos associados para representar a Entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento ou nos casos que fulgar convenientes.
 - 5. Elaborar relatórios trimestrais das atividades, realizações e atos administrativos.
 - 6. Prestar contas ao Conselho fiscal e comunitário e à AGO, ou quando solicitado pela AG.
 - 7. Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificações ou outras formas de remuneração.
 - 8. Autorizar a aquisição de equipamentos.
 - 9. Efetivar a realização de convênios, Nacionais ou Estrangeiros de acordo com os objetivos da Entidade.
 - 10. Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implementados e/ou administrados pela Entidade.
 - 11. As rendas existentes só poderão ser aplicadas no mercado financeiro, e em nome da Entidade.
 - 12. Propor à AGO o valor da contribuição mensal ou anual dos associados.
- Art. 18º - Compete ao diretor, individualmente:
 - 1. Executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas.
 - 2. Manter postura pública compatível com a responsabilidade do cargo que exerce.
 - 3. Representar a Entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria.
 - 4. Assumir compromisso concernente ao desempenho de suas funções.
- Art. 19º - Compete ao presidente:
 - 1. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuir com as suas funções coletivas.
 - 2. Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto.
 - 3. Convocar e presidir as reuniões de Diretoria e Assembleia Geral em todos fins.
 - 4. Representar a Entidade oficialmente junto a outras entidades, que

TAB. DE NOTAS DE ANAGÉ/BA

CONFERE COM O ORIGINAL
De acordo com Art. 2º do Dec. Lei nº 40
de 25/07/2010, autenticado esta cópia
Anage



20 DEZ 2013

signada

AVERBADO 00177A 4

4- ligação públicos e comunidade em geral. 5. Responder extra e judicialmente pelo Rádio Comunitária de Amparo Social, assinar juntamente com o secretário geral, as atas e demais documentos de circulação interna e externa da Entidade. 6. Assinar juntamente com o Diretor Financeiro, abertura de conta corrente, cheques, balancetes, balanços, movimentação financeira em geral da Entidade. 7. Autorizar o pagamento de despesas diversas. 8. Praticar todos os atos de competência do Presidente. Art. 20º - Compete ao Vice-presidente: 1. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuir com suas funções coletivas. 2. Substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo. 3. Substituir Diretor de Patrimônio, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando funções, sem acumular o seu direito de voto. Art. 21º - Compete ao Secretário Geral: 1. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuir com suas funções coletivas. 2. Secretariar as reuniões de Diretoria e as sessões de AG, lavrar e assinar, juntamente com o presidente, as respectivas atas. 3. Preparar editais, convocações, circulars, correspondências diversas assinando juntamente com o presidente. 4. Manter o cadastro dos associados atualizados e seguros contra extravio. 5. Manter sob seu controle toda a documentação necessário ao funcionamento da Entidade. Art. 22º - Compete ao Diretor Financeiro: 1. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuir com suas funções coletivas. 2. Manter sob seu controle toda movimentação financeira da Entidade. 3. Assinar juntamente com o presidente, abertura de conta corrente, cheques, balancetes, balanços, pagamentos diversos da Entidade. 4. Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade. 5. Apresentar os balancetes e balanços à Diretoria. 6. Substituir o secretário em caso de seu impedimento temporário ou definitivo. 7. Proceder a pagamentos autorizados pelo presidente. Art. 23º - Compete ao Diretor de operações: 1. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuir com suas funções coletivas. 2. Implementar e supervisionar a programação da Emissora respondendo pela qualidade operacional das transmissões. Art. 24º - Compete ao Diretor Cultural de Comunicação Social: 1. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuir com suas funções coletivas. 2. Promover por todos os meios possíveis a divulgação da Entidade. 3. Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto a comunidade em geral. 4. Prestar informações da Entidade, quando solicitada pela comunidade ou pela imprensa. 5. Organizar arquivo.

TAB. DE NOTAS DE ANAGÉ/BA

CONFERE COM O ORIGINAL

De acordo com o Dec. Lei 2 146
de 25/03/2001, a única esta fotocópia
Anexo (S)



político com intuito honroso, fotográfico ou audiovisual de depoimentos e
fotos produzidas ou colhidas de terceiros qual. Art. 25º - compete ao diretor de
patrimônio: 1. Participar ativamente dos reuniões da Diretoria, contribuindo com
suas próprias colações. 2. Manter sob seu controle todo o patrimônio da ent.
dade, bens móveis, imóveis, equipamentos, livros, jornais, revistas, discos, fitas,
filmes, fotografias, materiais e impressos diversos. 3. Cuidar o arquivo histórico
da entidade. 4. Manter as instalações da sede da entidade sempre em boas con-
dições de uso. Art. 26º - O governo mínimo para decisão nos reuniões da Di-
reção Executiva e de natureza simples dos diretores e associados passíveis
à reunião! Em caso de empate nos pareceres de votação o assunto deve
na ser remetido a próxima reunião, ordinária ou extraordinária, para
nova apreciação da Diretoria. CAPÍTULO V - DO PATRIMÔNIO DAS RECEITAS E
DESPESAS ART. 27º - O patrimônio da Rádio Comunitária de Amparo Social, sua
constituição de bens móveis, imóveis, adequados por transferência, cessão, doação,
ou compra. Art. 28º - A receita da entidade advinda: 1. Da contribuição mensal da
associação. 2. De doações de pessoas físicas idôneas. 3. De doações de empresas,
públicas, privadas ou organizações não governamentais nacionais ou estrangeiras,
adôneas. 4. De vendas oriundas de atividades oficiais. 5. De reuniões diversas,
adôneas. 6. Poderá admitir patrocínio, sob a forma de apoio cultural, para as
programas e serem transmitidos, desde que resulte aos estabelecimentos situa-
dos na área da comunidade atendida. 7. De compras e outras atividades di-
versas para uso lim. Parágrafo 1º - Serão realizadas as doações de engem
diversas, fonte ilegal ou que viole a ordem a entidade. Parágrafo 2º - Todas as do-
ações serão registradas no livro caixa onde constará: o valor, data e iden-
tificação do doador. Parágrafo 3º - Todas as doações serão analisadas pela Dire-
toria Executiva que poderá aceitar ou não. Parágrafo 4º - Será garantido o
uso adequado que o doador tem o direito de identificação, que somente será que-
rendo por decisão judicial. Art. 29º - As despesas da entidade: 1. Despesas operacio-
nais, compras e locação de bens móveis, imóveis, equipamentos diversos, discos,
fitas, filmes, fotografias, CDs, impressos e outros. 2. Pagamento de serviços de as-
servença técnica, cursos, manutenção, instalações, deslocamento a título de pré-
alibre. 3. Preços ou atividades com fins comunitários. 4. Pagamentos de despesas
gerais: água, luz, telefone, internet, Publicidade, etc. Parágrafo único - A entidade
não é detentora de funcionários dependentes de aprovação da maioria absoluta da

TAB. DE NOTAS DE ANAGÉ/BA

CONFERE COM O ORIGINAL

De acordo com o art. 2º do Dec. Lei 2.140
de 20/07/2013, com esta fotocópia

20 DE JUL 2013



Nº FN 595826

unidade

Diretoria Executiva - CAPÍTULO - VI - DA PROGRAMAÇÃO MÍNIMA ART. 30º - A programação da Emissora atenderá os seguintes princípios: 1. Preferência à finalidade educativa, artística, culturais, e informativas em benefício. 2. do desenvolvimento geral da comunidade. 3. Promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade. 4. Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade. 5. Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções políticas-ideológicas-partidárias e condição social nas relações comunitárias. Parágrafo 1º - É vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação da Emissora. Parágrafo 2º - As programações opinativa e informativa observarão os princípios da pluralidade de opinião e de versões simultâneas em matérias polêmicas, divulgando, sempre as diferentes interpretações, relativa aos fatos noticiados. Parágrafo 3º - É proibido o uso de qualquer espaço com fins religiosos, exceto, os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas na comunidade; A solicitação de espaço deverá ser feita por escrito à Diretoria. Parágrafo 4º - É vedada a cessão ou arrendamento da Emissora à Radiodifusão FM comunitária ou de horários de sua programação. Parágrafo 5º - O serviço de radiodifusão comunitária obedecerá ao disposto no artigo 223 da Constituição Federal. Parágrafo 6º - É vedado a transferência, a qualquer título, da autorização para exploração do serviço de radiodifusão FM comunitária. Parágrafo 7º - A emissora de radiodifusão FM comunitária assegurará em sua programação, espaço para divulgação de planos e realizações, de entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da comunidade.

CAPÍTULO - II - DO PROCESSO ELEITORAL ART. 31º - A AGE com finalidade eleitoral deverá ser convocada com antecedência de no mínimo (05) cinco dias de acordo com o Art. 8º Parágrafo 1º - A inscrição das chapas para eleição, poderá ser feita até um dia antes, do início marcado para começar os trabalhos, mediante pedido por escrito à comissão eleitoral, sendo que toda documentação da chapa deverá estar impresso no ato da inscrição. Parágrafo 2º - Somente poderão votar e serem votados os associados, que tenham pelo menos (03) três meses de filiação e estejam em dia com suas obrigações estatutárias, salvo deliberação da comissão eleitoral. Parágrafo 3º - Os cargos eleitos, da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal terão duração de (04) quatro

TAB. DE NOTAS DE ANAGÉ/BA
CONFERE COM O ORIGINAL
De acordo com Art. 2º do Dec. Lei 2.140
de 25/01/1991, quando esta for cópia
Anage 187
20 DEZ. 2013
Nº FN 595827
signada

AVERBADO

- anos podendo haver reeleição para o mesmo cargo. Parágrafo 4º - O mandato de cada diretoria eleita é de (04) quatro anos podendo ser reeleita por 11
- igual. Parágrafo 5º A Diretoria Executiva será eleita juntamente com o Conselho
- fiscal para mandato de (04) quatro anos, em AGE convocada para este fim, através
- de votação secreta nas chapas inscritas. Parágrafo 6º A formação da Diretoria será
- eleita pelo voto direto secreto sendo empobrecida imediatamente a apuração dos votos em
- reunião solene. CAPÍTULO VII - DA DISSOLUÇÃO Art. 32º - A dissolução da Rádio Comu-
- nitária de Amparo Social, ocorrerá apenas por decisão de AG convocada para este
- fim. Parágrafo 1º - O ponto de pauta, obrigatório na AG convocada para a dissolução
- da Rádio Comunitária de Amparo Social, deverá ser a prestação de contas, verificada pelo
- Conselho Fiscal verificado até a data da Assembleia. Parágrafo 2º - O patrimônio
- da Rádio Comunitária de Amparo Social, deverá ser doado a outras entidades de at-
- vidades, afins. Parágrafo 3º - Caso haja dívidas na data de dissolução, da Rádio Com-
- unitária de Amparo Social, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo
- do doado a salvo conforme parágrafo (2º). CAPÍTULO - IX - DAS DISPOSIÇÕES TRANSI-
- TÓRIAS Art. 33º - Caberá a Diretoria: 1. Registrar o presente Estatuto, na forma da
- Lei. 2. Organizar o cadastro dos associados. 3. Montar a Emissora de Radiodifusão
- comunitária. 4. Estabelecer um plano de metas para os primeiros quatro anos de exis-
- tência da entidade. 5. Associar a rádio à Entidade Estadual ou Nacional de Radiodifusão
- Comunitária. 6. Manter intercâmbio com a ABRACO e outras entidades de Radiodifusão
- Comunitária existente no Brasil e/ou em outros Países. 7. Criar um regimento inter-
- na entidade. 8. É proibida a remuneração dos membros da Entidade exceto o direito
- de operações que, a critério da Diretoria, poderá receber pró-labore, caso se faça o
- curso sua profissionalização. 9. A contabilidade da Entidade será feita de acordo
- com as leis e normas vigentes. 10. O exercício financeiro da Entidade obedecerá
- ao ano civil. 11. O presente estatuto foi apreciado e aprovado em AG de Consti-
- tuição, realizada para este fim, na qual foi eleito também, os membros da Di-
- retoria e do Conselho Fiscal. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela AG. Art.
- 34º - O presente estatuto poderá ser modificado no todo ou em partes mediante con-
- vocação de AGE, na forma prevista no Art. 8º parágrafo 1. Art. 35º - Com a aprovação
- deste Estatuto fica revogado os anteriores. Anagã/BA, 28 de maio de 2003. Como não
- tenha mais assunto a tratar, a presidente foi empobrecida agradeceu a presença
- de todos participantes e deu como encerrada a presente reunião às 20:00 horas.
- Isidoro Mota do Amparo.

TAB. DE NOTAS DE ANAGÉ/BA

CONFERE COM O ORIGINAL

De acordo com Art. 2º do Dec. Lei 2.140

de 1998, o autógrafo desta fotocópia
Anágé (BA)



20 DEZ 2013

AVERBADO

6

Antônio Luis Rodrigues de Oliveira
 João Luiz de M. L.
 José Leão de
 Raimundo José dos Santos Sabino
 Maria do Socorro Freire Santos Sousa
 Ricardo Ricardo Lima de Silva
 Manoel Francisco (Neto) de Silva
 Cyro de Aguiar Soares da Silva
 Alex Basto de Almeida
 Maria Edza Teixeira Silva
 Valmir Ribeiro de Oliveira
 2 filhos de Manoel de
 João de Vieira Costa
 João de B. B.
 Paulo Oliveira Marinho
 Rosa Cleide Soares Lima Amorim
 Emília G. Marinho
 Leudete Santos Oliveira
 Julio César Santos
 Samuel Oliveira
 José de Aguiar de Mendonça
 José de Aguiar de Mendonça
 João José de Oliveira

RECEBIDO DO REGISTRO DE IMOVEIS
 18 de Junho de 2003

Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipotecas
 Protocolo nº 642-31 de 18 de Junho de 2003
 Oficial - CAR. J. - 801472

Cartório de Registro Geral de Imóveis e Hipotecas
 Registrado no livro de Procurações
 nº e nº AV-036 de 11 de 47150
 18 de Junho de 2003
 Oficial - CAR. J. - 801472

TAB. DE NOTAS DE ANAGÉ/BA

CONFERE COM O ORIGINAL
De acordo com Art. 2º do Dec. Lei 2.140
de 28/04/1940, outorgada nesta fotocópia
Anagé (BA)



20 DEZ. 2013

Designada

REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS FÍSICAS
COMERCIAL
ESTABELECEMENTO DA RÁDIO COMMUNITARIO DA ANAGE, S.C.

ESTABELECEMENTO DA RÁDIO COMMUNITARIO DA ANAGE, S.C.

02
23
79

RECEBE COM O ORIGINAL
ALVARO SANTOS
OFICIAL - C.A. 11.11.112

Capítulo I. - Da denominação, sede e fins.

Art. 1º - Da constituição

A "Rádio Comunitário de Amparo Social", também simplesmente denominada "Rádio Comunitário", constituída de fato desde 16 de novembro de 1.997, é uma entidade civil sem fins lucrativos, e terá duração por tempo indeterminado, com sede a rua Adelaide Botelho, no Município de Anage, Estado de Bahia e foro na mesma comarca.

Art. 2º - Das finalidades

A Rádio Comunitária, tem por finalidade:

a -) Organizar e promover evangelização e formação Cristã, através dos diversos meios de comunicação social;

b -) Oferecer atendimentos e benefícios sociais a todos indistintamente, que necessitem dos serviços prestados pela Comunidade; tais como:

- b1 - Arrecadação de espedes alimentícios para formação de cestas básicas;
- b2 - Fornecimento gratuito de cestas básicas a famílias carentes devidamente cadastradas;
- b3 - Formação e manutenção de biblioteca comunitária, com finalidade de fornecer medicamentos gratuitos.
- b4 - Instalação e manutenção de cursos de: alfabetização, informática, costura, culinária, artes e ofícios, saúde ocupacional e outros que possam ajudar a comunidade;
- b5 - Formação e manutenção de biblioteca;
- b6 - Formação e manutenção de fazer beneficente de roupas usadas e novas;

c -) Promover encontros de formação Cristã, de resiliência e integração social e moral de jovens, crianças e adultos;

d -) Angariar recursos financeiros para a concretização e manutenção das atividades objetivas, sendo realizadas através de doações, campanhas, mensalidades de associados, e outras que colaborem com o propósito da entidade.

REGISTRADO

32 33 34
CONFERE COM O ORIGINAL

e-) Promover atividades para a capacitação e colocação profissional, a formação educacional de ofícios, técnicos e cursos diversos para associados ou não.

§ ÚNICO: - A Comunidade tem também como objetivo, prestar serviços de Rádio Difusão comunitária, operando em frequência modulada FM, na sintonia de Mhz e baixa potência.

A grade de programação da rádio será sempre de caráter educativo, cultural, recreativo, religioso, informativo, noticiários sociais, de lazer, de esportes, atualidades, infantis e outros, ambos sem finalidade lucrativa, excetuando-se a publicidade comercial para estritamente suprir os encargos da comunidade cita no presente estatuto e da sua necessidade de expansão, de acordo com o que dispõe o artigo 11 nº 3.º grupo A e ainda o artigo 13 § 2º do decreto lei 8967 de 13/02/95 e da lei 09074 de 07/07/95 e também conforme o artigo 5º inciso IX e LXVIII da constituição de 1.988, e o artigo XIX da Declaração Universal do Direitos Humanos, inserido no Pacto de San José da Costa Rica, em 22 de dezembro de 1969, inserido no artigo 13 C/C 74 § 2º (Decreto Presidencial 678/92) e nos limites e formas estabelecidas em legislação específica, participação em outras sociedades, que como acionistas ou quotistas, em empreendimentos, executadas as operações relativas as atividades que dependam de autorização ou registro especial.

Art. 3º - No desenvolvimento de suas atividades e na instância, a entidade não fará distinção alguma, quanto a raça, cor, nacionalidade, condição social, credo político, religioso e ideológico.

§ ÚNICO: - Compôr-se-á, a Rádio Comunitario, católicos ou não católicos, que respeitem essa fé e seus postulados e desejem se integrar aos fins do presente estatuto.

CAPITULO II - DOS ASSOCIADOS.

Art. 4º Da constituição dos associados

A Rádio Comunitário, é constituída por um número ilimitado de associados, admitidos pela diretoria mediante e compromisso de colaborar com serviços, donativos ou mensalidades à consecução dos objetivos da Comunidade.

§ 1º: - São associados fundadores, aqueles que a compõem desde o seu surgimento de fato, bem como os que a integram quando de sua constituição jurídica, conforme ata de fundação.

REGISTRADO

§ 2º: São associados beneméritos, todos aqueles que contribuem com doativos ou mensalidades regularmente, com o fim de auxiliar na manutenção e nas despesas contraindas pela entidade, para a realização dos seus objetivos.

§ 3º: São associados de aliança, todos aqueles que contribuem voluntariamente e habitualmente com a prestação de serviços internos ou externos, de tarefas especificadas nas pautas de atividades da entidade.

§ 4º: São finalmente chamados associados efetivos, todos aqueles que fizeram parte da entidade sem com isso obter qualquer compromisso referente a mensalidade ou prestação de serviços voluntários ou outros não citados.

Art. 5º - Dos deveres dos associados:

São deveres dos associados:

- a-) Zelar pelo bom nome da entidade,
- b-) Respeitar o presente estatuto e as deliberações da diretoria
- c) Prestar à entidade os serviços que lhe forem atribuídos pela diretoria, respeitando-se a categoria de associados.
- d) Acatar as determinações das assembleias;
- e) Comparecer nas assembleias;
- f) Colaborar com a consecução dos objetivos da Comunidade, dentro das normas e critérios estabelecidos pela Diretoria.

Art. 6º - Dos direitos dos associados:

São direitos dos associados:

- a) Votar e ser votado para cargos eletivos;
- b) Tomar parte nas assembleias gerais;
- c) Participar dos descontos promovidos em convênios com lojas, cursos pr-ópios ou conveniados, concorrências, concursos, eventos ou campanhas e de todos os serviços prestados pela entidade, respeitando-se as categorias de associados;
- d) Exercer cargos para os quais forem eleitos;
- e) Propor e promover novos associados;
- f) Demitir-se da Comunidade por simples carta dirigida ao Presidente.

02, 03, 17
CONFERE COM O ORIGINAL

ONATDO JOSE ALMEIDA SANTOS
GERENTE - CAD. - T. 1 - 001428

Art. 14º - Da constituição da diretoria

A diretoria será constituída pôr:

- a -) Presidente,
- b -) Vice-Presidente,
- c -) Primeiro secretário,
- d -) Segundo secretário
- e -) Primeiro Tesoureiro
- f -) Segundo Tesoureiro
- h -) Diretor de Esportes
- i -) Diretor de Comunicação,

REGISTRADO

§ 1º - Do mandato da diretoria

O mandato da Diretoria, será de 3 (três) anos, podendo haver reeleição.

Art. 15º - Da Competência da Diretoria:

- a -) Elaborar o programa de atividades e executá-las
- b -) Relacionar-se com instituições ou privadas para auxiliar na viabilização das atividades entidade.
- c -) Organizar comissões auxiliares, necessárias à execução das atividades programadas e acompanhar seus trabalhos visando os interesses da comunidade.
- d -) Responder pelos da Diretoria, responsabilizando-se pelos compromissos econômicos e financeiros da Comunidade;
- e -) Elaborar e apresentar nas Assembleias Gerais o relatório anual das atividades.

§ ÚNICO: - As deliberações da Diretoria só poderão ser tomadas, quando reunidos o Presidente, o 1º Secretário e o 1º Tesoureiro, com voto de Minerva do Presidente.

Art. 17º - Das reuniões da diretoria

A diretoria reunir-se-á uma vez por mês, na sede da instituição ou em local previamente divulgado.

Art. 18º - Da competência do presidente

Compete ao presidente:

- a -) Cumprir e fazer cumprir o presente estatuto;
- b -) Convocar e presidir as reuniões da Diretoria, obrigando-se à lavratura das respectivas atas.
- c -) Representar a Comunidade ativa, passiva, judicial e extrajudicial

32. 03. 77
COM O ORIGINAL

QUANDO JUSTIFICADO

REGISTRADO

22 / 03 / 97
CONFERE COM O ORIGINAL
FACILITADOR SOCIAL - CASSIO SANTOS
OFICINA - CAD. - T.J. - 801478

cial;

d -) Exercer as funções inerentes ao cargo, movimentar conta bancária com o primeiro tesoureiro,

Art. 19º - Da competência do vice-presidente

Compete ao vice presidente:

- a -) Substituir o presidente em suas faltas ou impedimentos;
- b -) Assumir o mandato em caso de vacância, até o término da gestão,
- c -) Prestar, de um modo geral, sua colaboração ao Presidente.

Art. 20º - Da competência do primeiro secretário

Compete ao primeiro secretário:

- a -) Secretariar as reuniões da Diretoria e redigir as respectivas atas,
- b -) Informar o calendário das atividades da Comunidade,
- c -) Elaborar relatórios das atividades em conjunto com os demais membros da Diretoria.
- d -) Receber e canalizar todas as correspondências recebidas, respondendo aos respectivos remetentes,
- e -) Preparar e manter em dia o fichário dos associados,
- f -) Ler nas reuniões, as atas da sessão anterior e as correspondências,
- g -) Organizar e controlar os serviços de arquivos da Comunidade
- h -) Substituir o Presidente e o Vice Presidente em seus impedimentos

Art. 21º - Da competência do segundo secretário

Compete ao segundo secretário:

- a -) Substituir o primeiro secretário em suas faltas ou impedimentos, prestando de um modo geral, sua colaboração,
- b -) Em caso de vacância, assumir o seu mandato até o final da gestão.

Art. 22º - Da competência do primeiro tesoureiro

Compete ao primeiro tesoureiro:

- a -) Arrecadar e contabilizar as contribuições dos associados,

REGISTRADO

rendas de qualquer espécie, donativos em dinheiro, bens, apólices, imóveis ou espécies de qualquer natureza, mantendo em dia a escrituração toda comprovada;

b -) Pagar as contas das despesas autorizadas pelo Presidente;

c -) Conservar sob sua guarda e responsabilidade exclusiva, o numerário e documentos relativos à tesouraria, inclusive balance tes e contas bancárias,

d -) Apresentar semestralmente o balancete ao Conselho Fiscal;

e -) Manter em estabelecimento de crédito, em conta corrente, numerário, movimentando junto com o Presidente.

Art. 23º - Da competência do segundo tesoureiro

Compete ao segundo tesoureiro:

a -) Auxiliar o primeiro tesoureiro no desempenho de suas funções, substituindo-o, nas faltas e impedimentos.

b -) Participar das assembleias,

c -) Executar as tarefas que lhe forem confiadas pelo primeiro tesoureiro.

Art. 24º - Do conselho fiscal

O Conselho Fiscal será constituído de seis, membros, todos eleitos pela Assembleia Geral.

§ 1º - Do mandato do conselho

O mandato do Conselho Fiscal será coincidente com o mandato da Diretoria.

§ 2º - Da vacância

Em caso de vacância, o mandato será assumido pelo respectivo membro associado que obteve maior número de votos na última assembleia este fim.

Art. 25º - Da competência do conselho fiscal

Compete ao conselho fiscal:

a -) Examinar sempre que julgar necessário os livros de escrituração da Comunidade;

b -) Examinar o balancete semestral apresentado pelo Tesoureiro;

c -) Apreciar os balanços e inventários que acompanham o relatório anual da Diretoria,

02 03 97
CONFERE COM O ORIGINAL


ONATCO COOP. GRUPO SANGRE
MITE

d -) Opinar 'a respeito de aquisição, venda ou permuta de bens, por parte da Diretoria.

e -) Participar das assembleias.

§ ÚNICO: - O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente a cada seis meses e extraordinariamente sempre que necessário.

Art. 26º - Das atividades

As atividades dos Membros da Diretoria e do Conselho Fiscal serão voluntárias e gratuitas, reservando porém a quem por decisão em assembleia, dedicar, tempo integral comprovado.

Capítulo IV. - Do Patrimônio.

Art. 27º - O patrimônio da Rádio Comunitário pode constituir-se de bens imóveis, móveis e utensílios, veículos semoventes, ações, apólices da vida pública, mensalidades dos associados donativos em dinheiro ou em qualquer espécie, auxílios oficiais ou subvenções de qualquer tipo.

Art. 28º - Sendo uma entidade sem objetivos de lucros, a Rádio Comunitário, não distribuirá dividendos, nem lucros, nem qualquer outra espécie de participação, mas todos os seus proventos serão empregados na manutenção e melhoramento de seus serviços.

Art. 29º -

Os associados não responderão subsidiariamente e pecuniariamente por obrigações e compromissos econômicos, financeiros e sociais pela entidade.

Art. 30º - Em caso de dissolução da Rádio Comunitário, seus bens serão destinados a outra entidade congênere, com personalidade jurídica existente.

§ Único: Todos os bens da Comunidade serão aplicados exclusivamente dentro do território nacional

CAPÍTULO V - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 31º - Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos pela Diretoria e referendados pela Assembleia Geral, ...

g -) Possuir o cartão de identidade de associado da entidade.

§ ÚNICO - Terão direito de ser votados para cargos eletivos somente associados que integrem os fins deste estatuto.

Art. 7º - Dos encargos dos associados

Os associados não respondem nem mesmo subsidiariamente pelos encargos da instituição.

Capítulo III - Da Administração.

Art. 8º - Administração

02, 03, 73
CONFERE COM O ORIGINAL

Assinada e Rubricada pelo Sr. Celso SANTOS

A Rádio Comunitária será administrada por:

I - Presidente;

II - Conselho Fiscal

Art. 9º) Da Assembleia Geral

A Assembleia Geral, órgão soberano da vontade social, constituir-se-á dos associados em pleno gozo dos seus direitos estatutários.

Art. 10º - Da competência da Assembleia geral

Compete à Assembleia Geral dos associados;

a -) Eleger a Diretoria e o Conselho Fiscal, e reeleger;

b -) Decidir sobre as reformas do presente estatuto;

c -) Decidir sobre a extinção da entidade dos termos do artigo nº 33;

d -) Sugerir sobre a conveniência ou não de alienar, hipotecar ou permutar bens patrimoniais.

Art 11º -) Da realização das Assembleias

Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente uma vez por ano, para

a -) Apreciar o relatório anual da Diretoria;

b -) Discutir e homologar as contas e o balanço pelo Conselho Fiscal;

Art. 12º Assembleias extraordinárias

Assembleia Geral realizar-se-á extraordinariamente quando convocada

a -) Pela Diretoria;

b -) Pelo Conselho Fiscal

c -) Por requerimento de metade mais um, dos associados quites com as obrigações sociais.

Art. 13º - Da convocação das Assembleias

Convocação da Assembleia Geral será feito por meio de edital afixado nos murais da sede da Instituição, publicação na imprensa local, emissora de rádio, por circularés ou outros meios convenientes com antecedência de 15 dias.

§ ÚNICO: - Qualquer Assembleia Geral instalar-se-á em primeira convocação, com o mínimo de metade mais um dos associados, e em segunda convocação, meia hora mais tarde, com o mínimo de 1/3 (um terço) da diretoria e o mesmo número de associados, ou mais.

Assinada em 30 de março de 1998

(Assinatura)

CONFERE COM O ORIGINAL

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)





DESTINATÁRIO <i>VILMA DE FATIMA ALVARENGA FAVLS.</i>		FONE
<i>COORDENADOR-GERAL DE RADIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA</i>		<i>(61) 3027-6281</i>
ENDEREÇO <i>ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, 3º ANDAR</i>		
CIDADE <i>BRASILIA-DF</i>		UF <i>DF</i>
CEP <i>70044-900</i>		



REMETENTE <i>RADIO COMUNITARIA DE</i>	FONE
<i>AMPAARO SOCIAL</i>	<i>(71) 99808798</i>
ENDEREÇO <i>AV. EDSON SOARES, 975-A/C ZINCA</i>	
<i>BARRIO AUGUSTO VIEIRA</i>	
CEP <i>45180-000</i>	CIDADE <i>ITANAGUA</i>
	UF <i>BA</i>

USO EXCLUSIVO DOS CORREIOS	
<input type="checkbox"/> Ausente	<input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente
<input type="checkbox"/> Falecido	<input type="checkbox"/> Não existe o número indicado
<input type="checkbox"/> Recusado	<input type="checkbox"/> Desconhecido
<input type="checkbox"/> Mudou-se	<input type="checkbox"/> Outros (especificar) _____
DATA _____	RUBRICA DO RESPONSÁVEL _____
VISTO _____	



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Contribuinte,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.449.087/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 31/03/1998
NOME EMPRESARIAL RADIO COMUNITARIA DE AMPARO SOCIAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO GAVI FM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS *****			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO *****	NÚMERO *****	COMPLEMENTO *****	
CEP *****	BAIRRO/DISTRITO *****	MUNICÍPIO *****	UF **
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL BAIXADA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/02/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL OMISSAO CONTUMAZ			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia **05/01/2016** às **15:42:15** (data e hora de Brasília).
Deseja emitir a Certidão de Baixa?

Página: 1/1

Sim

Não

- A baixa da inscrição não implica em atestado de inexistência de débitos tributários do contribuinte e não exime a responsabilidade tributária dos seus titulares, sócios e administradores de débitos porventura existentes.
- Para verificar a existência de débitos, efetue "Pesquisa de Situação Fiscal" do CNPJ, na página da

Receita Federal do Brasil, pelo endereço: <http://www.receita.fazenda.gov.br>

© Copyright Receita Federal do Brasil - 05/01/2016



JUSTIÇA ELEITORAL

CERTIDÃO

Certifico que, de acordo com os assentamentos da Justiça Eleitoral, o(a) Senhor(a) **IRACEMA PORTUGAL DA SILVA VIEIRA (Título Eleitoral: 069015890590)** é **5º - MEMBRO (exercício 06/07/2015 a 01/03/2016)** do órgão partidário, abaixo discriminado:

Partido Político: **PTB - 14 PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO**
Órgão Partidário: **Comissão Provisória**
Abrangência: **MUNICIPAL - ANAGÉ/BA**
Vigência: **Início: 06/07/2015 Final: 01/03/2016**
Código: **CMBK.LWTW.H7E3.DIW7.**
Certidão emitida às: **05/01/2016 15:57:08**

- Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade poderá ser confirmada na página do Tribunal Superior Eleitoral na Internet, no endereço: <http://www.tse.jus.br/partidos/partidos-politicos/validar-certidao>.
- **As informações constantes desta certidão retratam o conteúdo dos assentamentos da Justiça Eleitoral na data e hora de sua emissão, o que não impede a ocorrência de alterações futuras nestas informações.**
- Os dados partidários de abrangência nacional são de responsabilidade do TSE e os de abrangência regional/municipal são de responsabilidade dos respectivos tribunais regionais.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.041859/2015 Localidade / UF: ANAGÉ/BA
Entidade: RADIO COMUNITARIA DE AMPARO SOCIAL
Aviso: 3 Publicação: 22/12/1998 Prazo: 45 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Estatuto Social: fls. 25 a 43.
 - 1.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º;
 - 1.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 3º;
 - 1.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: Não previsto;
 - 1.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 4º;
 - 1.5) Órgão administrativo e cargos: art. 11;
 - 1.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 17 e ss.;
 - 1.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: arts. 10 e 31, § 4º;
 - 1.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 15 e 16.
- 2) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 5/6. (2.6.2015 - 2.6.2017)
Presidente: Isnali da Silva Matos;
Vice-Presidente: Isaac Sousa Oliveira;
Secretário(a) Geral: Iracema Portugal da Silva Vieira;
Diretor(a) Financeiro(a): Diomilton Sousa Santos;
Diretor(a) de Operações: Jeferson Santos Lima;
Diretor(a) Cultural e de Comunicação Social: Vilma Lúcia Amorim Soares;
Diretor(a) de Patrimônio: Jane Cleide Oliveira Matos.
- 3) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 11/12 e 21. Incompleto.
- 4) CNPJ: Certidão CNPJ SEI 0908631.
- 5) Certidão Negativa da Anatel: fl. 3.
- 6) Declaração de conformidade: fl. 4.
- 7) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: Pendente.

***PENDÊNCIAS ENCONTRADAS:

- No estatuto social não há previsão do direito de voz e voto dos associados nas instâncias deliberativas. Além disso, os arts. 10 e 31, § 4º do estatuto preveem que o mandato da diretoria é de quatro anos. Todavia, a Ata encaminhada estabelece o mandato em dois anos.
- Não foram encaminhados comprovantes de maioria e nacionalidade da Presidente, do Diretor Financeiro, do Diretor de Operações e da Diretora de Patrimônio.
- Não foi encaminhado relatório do Conselho Comunitário acerca da programação da emissora.
- A Secretária Geral é membro do diretório do PTB, em Anagé - BA, o que configura vínculo político.

***CONCLUSÕES:

- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).
- Será encaminhado Memorando à CGAO para apurar eventual infração cometida pela Radiodifusora.

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 97/2016/SEI-MC

Processo nº: **53900.041859/2015-86.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se de requerimento da **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL** para renovação da autorização de execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Anagé**, estado da **Bahia**.

ANÁLISE

2. Tendo em vista a análise realizada no processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
	Artigo 131, inciso II, combinado com o art. 40	Estatuto social adequado ao artigo 40 da Portaria 4334/2015	<p>Em análise do estatuto social da entidade, observou-se que ele não obedece ao art. 40 da Portaria 4334/2015, conforme segue especificado:</p> <p>a. Não há previsão do direito de voz e voto dos associados nas instâncias deliberativas, conforme art. 40, III da Portaria.</p> <p>Em razão disso, é necessário que o estatuto social seja alterado para se adequar ao que determina a mencionada Norma.</p> <p>Observação: as alterações estatutárias deverão ser averbadas junto ao registro inicial do Estatuto, no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.</p>
	Artigo 131, inciso III	Ata de eleição.	<p>A ata de eleição encaminhada prevê que o mandato é de <u>dois anos</u>. Todavia, de acordo com os arts. 10 e 31, § 4º do estatuto, o mandato da diretoria é de <u>quatro anos</u>.</p> <p>Assim, a Entidade deve corrigir a divergência, ou seja, ou altera o estatuto social, ou retifica a Ata de eleição da diretoria.</p>

Portaria 4334/2015, publicada no D.O.U de 21/09/2015.	Artigo 131, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário	<p>Observação: tal documento deve estar registrado no Cartório de Pessoas Jurídicas.</p> <p>O relatório do Conselho Comunitário deverá tratar da programação veiculada pela emissora, indicando se ela está adequada às finalidades (art. 3º, Lei nº. 9.612/1998) e aos princípios (art. 4º, Lei nº. 9.612/1998) do Serviço de Radiodifusão Comunitária.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos, etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada bem como representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório ora solicitado.</p> <p>Observação 3: o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), <u>com a devida indicação acerca de qual entidade cada qual deles representa.</u></p>
Lei nº. 9.612/1998	Art. 6º, parágrafo único combinado com art. 9º, §2º, incisos III e IV	Comprovante de maioridade/nacionalidade	<p>A entidade deverá enviar documento que demonstre a maioria e a nacionalidade dos seguintes Diretores:</p> <p>1 – Isnali da Silva Matos - Presidente;</p> <p>2 – Diomilton Sousa Santos - Diretor Financeiro;</p> <p>3 – Jeferson Santos Lima - Diretor de Operações; e</p> <p>4 - Jane Cleide Oliveira Matos - Diretora de Patrimônio.</p>

Portaria 4334/2015	Artigo 131, inciso IV		<p>Observação: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p>Não serão aceitos como comprovantes de maioria/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p>
Lei nº. 9.612/98	Artigo 11		<p>A partir da análise do processo foram feitas pesquisas que levaram aos seguintes fatos:</p> <p>1 – A Secretária Geral, Iracema Portugal da Silva Vieira, é membro do órgão de direção do PTB, em Anagé - BA, o que configura vínculo político.</p> <p>A existência de vínculo, no curso do processo, consiste em um vício de caráter <i>insanável</i>. Nada obstante, em razão do que determina o art. 137, parágrafo único da Portaria 4334/2015, <u>durante o prazo indicado nesse artigo</u> a vinculação será tida como um vício de caráter sanável.</p> <p>Por tal razão, é imprescindível que a entidade desfaça o vínculo acima apontado, para que seja possível dar continuidade ao processo de renovação.</p>
Portaria 4334/2015	Artigo 25, §2º, II, "b"	Vínculos de subordinação	
	Art. 130, § único, II	Comprovante de inscrição do CNPJ	<p>Da consulta ao sítio da Receita Federal (Certidões CNPJ SEI 0908631), verificou-se que a Entidade está com situação cadastral "baixada".</p> <p>Assim, é necessário que se esclareça o motivo de a Associação não estar "ativa".</p> <p>Além disso, para o prosseguimento do Processo, é necessária a regularização da situação.</p>

3. Em face do exposto, **intima-se** a entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes, conforme o acima exposto.
4. Informa-se que a entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da entidade interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.
5. Salienta-se que se a entidade tiver qualquer dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos por *e-mail* a ser enviado para duvidasradcom@comunicacoes.gov.br.
6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da entidade interessada manter o endereço de correspondência devidamente atualizado junto ao Ministério das Comunicações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Chefe de Serviço**, em 05/01/2016, às 16:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 07/01/2016, às 15:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0908823** e o código CRC **BE241A99**.

Minutas e Anexos

Certidões TSE SEI 0908804.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 174/2016/SEI-MC

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL**.
Avenida Edson Soares, nº 975 - Bairro: Augusto Vieira
45.180-000 - Anagé - BA
CNPJ nº 02.449.087/0001-04

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.041859/2015-86.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 97/2016/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 07/01/2016, às 15:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0908857** e o código CRC **F5F1F402**.

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL /

SCE/CGRC

Of. nº 174/2016/SEI-MC, 07/01/2016

ENDEREÇO / ADRESS

53900.041859/2015-86

Rádio Comunitária De Amparo Social.

Avenida Edson Soares, nº 975 - Bairro: Augusto Vieira

CEP / CODE POSTAL

45.180-000

Anagé - BA

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURANÇA / SECURITÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATIONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AVIS CN07

AR

JO 43057555 1 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

___/___/___

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGENCIA MAXICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

___/___/___

: h

___/___/___

: h

___/___/___

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / DRESSSE
Secretaria de Serviços de Comunicações e Infraestrutura
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-6
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

**BRASIL
BRÉSIL**

--	--	--	--	--	--	--	--

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Memorando nº 17/2016/SEI-MC

AO COORDENADOR-GERAL DE ACOMPANHAMENTO DE OUTORGAS.

Assunto: **Solicitação de abertura de Processo de Apuração de Infração.**

Processo nº: **53900.041859/2015-86.**

1. Foram encontrados indícios de que a **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL**, entidade que requer renovação de outorga para execução do serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Anagé, estado da Bahia, estaria infringindo o art. 11 da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, ao manter vínculo político, uma vez que a Secretária Geral, Iracema Portugal da Silva Vieira, é membro do órgão de direção do PTB, em Anagé - BA, conforme consulta ao sítio do Tribunal Superior Eleitoral, 0908804.

2. Dessa forma, solicito abertura de Processo de Apuração de Infração.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Eliane Almeida da Silva, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 07/01/2016, às 15:42, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0908905** e o código CRC **FAC1E397**.

RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL
AV. EDSON SOARES, 975 – BAIRRO AUGUSTO VIEIRA
ANAGÉ – BAHIA – CNPJ: 02.449.087.0001-04
TELEFONE: (77) 3435-2677 – (77) 998089492

Ofício n.º 001/2016.

Anagé, 12 de Janeiro de 2016.

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária.

Prezado Coordenador Geral,

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise de Processo 53900.041859/2015-86

Referência : Ofício 174/2016/SEI-MC

Pelo exposto, solucionamos as pendências, para o bom andamento do processo em referencia em que ansiosos aguardamos o Deferimento por este órgão competente.

Item -01 – Estamos encaminhando Cópia Autenticada do ESTATUTO SOCIAL DA ENTIDADE, atualizado e Registrado em Cartório de pessoas Jurídicas desta Comarca devidamente adequado ao Art. 40 da Portaria 4334/2015.

Item -02 – Estamos encaminhando cópia da Ata de eleição, em que foi corrigido a divergência sobre o prazo do mandato da Diretoria.

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO
Em 23/02/16 às 15:00 horas

Item -03 – Estamos encaminhando o último relatório do Conselho Comunitário, adequando ao solicitado.

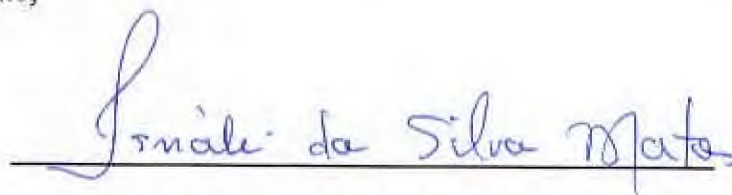
Item -04 – estamos encaminhando cópia do RG de todos os Membros Efetivos da Diretoria e do Conselho Fiscal, para comprovar a maioria/nacionalidade, conforme solicitado.

Item -05 – A divergência sobre o nome da Sra. IRACEMA PORTUGAL DA SILVA VIEIRA, em que faz parte de vínculos de subordinação, comunicamos que sanamos o problema na AGE, conforme cópia da Ata da eleição realizada em 18/01/2016, em que a mesma optou pela saída da Direção da Entidade por fazer parte do Diretório provisório do PTB neste município e assim foi substituída por outro Membro, ficando sanada esta divergência.

Item -06 – Estamos encaminhando comprovante de inscrição do CNPJ da Entidade que se encontra ATIVA no cadastro da Receita Federal do Brasil, conforme cópia em anexo. A entidade deixou de apresentar a Declaração de Inativa, por tanto, foi suspenso, porém já foi solucionado o problema junto ao Órgão, estaremos atentos aos prazos que devemos apresentar as Declarações anuais, bem como a GFIP da entidade.

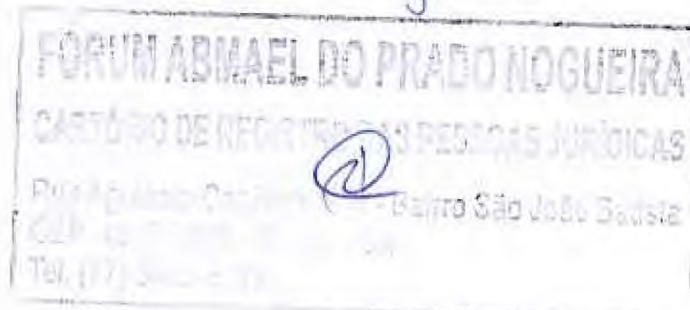
Pelas providências que V.Sa puder determinar no sentido de agilizar o processo de nosso pleito, antecipamos nossos sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,



ISNALI DA SILVA MATOS

Representante Legal



AVERBADO

RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL – ANAGÉ – BAHIA. CNPJ: 02.449.087/0001-04.

ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 18 DE JANEIRO DE 2016.

Aos dezoito dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e dezesseis (2016), na Sede da Rádio Comunitária de Amparo Social, às 14:00 hs, sito à Avenida Edson Soares, 975 – Bairro Augusto Vieira, nesta cidade de Anagé Estado da Bahia, reuniu-se em Assembléia Geral Extraordinária (AGE), com presença de Membros da Diretoria, Associados e participantes em geral, abrindo a Seção a Presidente deu inicio aos trabalhos que estava na ordem do dia com as seguintes pauta: Eleição da nova Diretoria, reformulação do Estatuto Social da Rádio Comunitária de Amparo Social do município de Anagé – Bahia, de acordo com o ofício de n.º 174/2016/SEI-MC- dando andamento ao Processo n.º 53900.041859/2015-86 MC. E assunto de interesse da comunidade; foi instalada a Comissão Eleitoral e em seguida foi apresentado chapa única de consenso, para o Quadriênio (2016 a 2019), foi dado inicio a votação para escolha dos novos diretores, garantindo assim o direito de voz e voto aos associados nas instancias deliberativas, o que ocorreu, após o termino da apuração foi promulgada a nova Diretoria e Conselho Fiscal que foram eleitos tomando posse imediatamente, em seguida foi lida pelo novo Secretário Geral o novo ESTATUTO SOCIAL, adequado ao Artigo 40 da Portaria 4334/2015, que foi posto em votação e aprovado pela maioria, ficando revogado o Estatuto anterior, já empossado a Presidente falou da importância da Rádio FM Comunitária de Amparo Social no nosso município, um veículo de comunicação de massa que será de extrema importância para o desenvolvimento do nosso município democratizando os meios de comunicação dando oportunidade a

difusão de idéias, elementos de cultura, tradição e hábitos sociais da nossa comunidade, permitindo capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível; A Diretoria, o Conselho Fiscal e o Estatuto ficaram da seguinte forma: **1 – Presidente:** ISNALI DA SILVA MATOS, **2 – Vice-Presidente:** LUCIENE AZEVEDO NOLASCO VIEIRA, **3 – Secretária Geral:** MOABE LUZ ALVES VIEIRA, **4 – Diretor Financeiro:** DIOMILTON SOUSA SANTOS, **5 – Diretor de Operações:** JEFERSON SANTOS LIMA, **6 – Diretora de Patrimônio:** JANE CLEIDE OLIVEIRA MATOS, **7 - Diretor de Cultura e Comunicação Social:** MARIA BELARMINA ALMEIDA DE OLIVEIRA. Ficou constituído para o **CONSELHO FISCAL:** MEMBROS EFETIVOS – **1 – Presidente:** ADILSON SOARES VIEIRA, **2 – Vice-Presidente:** ARLETE SILVA SOARES CALIXTO, **3 – Secretário:** JOÃO ANDRADE MARINHO. MEMBROS SUPLENTE – **1 – Breno Oliveira,** **2 – Antonio Iris Rodrigues de Oliveira.** O Estatuto Social da Rádio Comunitária de Amparo Social – Anagé – Bahia, foi alterado obedecendo aos princípios da Lei e adequando ao Artigo 40 da Portaria n.º 4334/2015, com se segue o texto.

ESTATUTO SOCIAL RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL – ANAGÉ–
BA, SEDE: AVENIDA EDSON SOARES, 975 – BAIRRO AUGUSTO VIEIRA –
CEP 45180-000 – CIDADE DE ANAGE – BA, CNPJ: 02.449.087/0001-04.

CAPITULO I: DA CONSTITUIÇÃO, SEDE, OBJETIVO E DURAÇÃO. Art. 1.º -
a Rádio Comunitária de Amparo Social, com sede na Av. Edson Soares, 975 –
Bairro Augusto Vieira – nesta cidade de Anagé Estado da Bahia, fundada em
16/11/1997, é uma entidade civil de direito privado de objetivos culturais,
apartidária, democrática e sem fins lucrativos. Parágrafo 1.º - A Rádio
Comunitária de Amparo Social manterá sua independência em relação aos
partidos políticos, ao estado, ao poder econômico, e a religião. Parágrafo 2.º -
A duração da Rádio Comunitária de Amparo Social é por tempo indeterminado.
Parágrafo 3.º - A Rádio Comunitária de Amparo Social, não distribuirá de forma
alguma, dividendos, lucros, superávit, e participação do seu patrimônio, de que
natureza forem a quem quer que seja. Parágrafo 4.º - A rádio Comunitária de
Amparo Social, não poderá estabelecer ou manter vínculo que a subordinem
ou a sujeitem gerência, à administração, mediante compromissos ou relações
financeiras, religiosas, familiares, político-partidário ou comercial. Art. 2.º – A
Rádio Comunitária de Amparo Social tem por finalidade o atendimento à

FÓRUM ASMAR DO PRADO NOGUEIRA
 CARTÓRIO DE REGISTRO DAS PESSOAS FÍSICAS
 Rua Aguielo Carneiro, S/N - Bairro São João Batista
 CEP: 45180-000 - Anagé - BA

A V E R B A D O

comunidade beneficiada com vistas a: 1) A Execução de Serviço de Radiodifusão Comunitária FM Comunitária. 2) contribuir para democratização dos meios de comunicação, dando a oportunidade à difusão de idéias, elementos de cultura, tradição e hábitos sociais da comunidade. 3) oferecer mecanismos à formação profissional, nas áreas de jornalistas e radialistas observando a legislação vigente. 4) Estimular o lazer, a cultura e o convívio social, propagando música nacional internacional, intercâmbio cultural, nacional e internacional. 5) Executar o serviço de radiodifusão de acordo com este estatuto as leis e regulamentações vigentes. 6) Prestar serviço de utilidade pública, integrando-se aos serviços de defesa civil, sempre que necessário. 7) Permitir a capacitação dos cidadãos no exercício do direito de expressão da forma mais acessível possível. 8) A não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções política-ideológica-partidária e condição social. 9) Prestar assessoramento na área de comunicação radiofônica a entidades sindicais, comunitárias, religiosas, culturais e outros sem fins lucrativos. 10) Coletar, pesquisar, elaborar e divulgar nos meios de comunicação local, nacional e internacional, informando de cunho político, social, econômico, científico, cultural, esportivo e religioso relacionando à comunidade. 11) organizar arquivo público com registro sonoro, fotográfico, fonográfico ou audiovisual de depoimentos e fatos produzidos ou colhidos de interesse geral. 12) Promover continuamente o debate objetivando o avanço dos projetos comunitários. 13) Promover Educação Ambiental. 14) Produzir Jornais, revistas e periódicos. 15) Arrecadação de espécies alimentícios para formação de cestas básicas. 16) Fornecimento gratuito de cestas básicas a famílias carentes devidamente cadastradas. 17) Criação de farmácia comunitária, com fins de fornecer medicamentos gratuitos. 18) Criação de cursos diversos. 19) Promover a integração da comunidade como todo.

CÁPITULO – II – DOS ASSOCIADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES Art. 3º -

Poderá associar-se à Rádio Comunitária de Amparo Social, qualquer pessoa física ou jurídica sem fins lucrativos com residência ou sede, neste município, independente de cor, raça, sexo ou condição social, financeiras, concepção religiosa, político-partidária, salvo impedimento judicial. 1. Sócios fundadores: São aqueles que participaram da reunião de fundação da entidade; 2. Sócios contribuintes: São aqueles que contribuem mensalmente para manutenção da

Entidade; 3. Sócios Beneméritos: São constituídos de pessoas físicas ou jurídicas por terem prestado relevantes serviços a Rádio Comunitária de Amparo social; 4. Sócios colaboradores: São aqueles, que se proponham apenas, contribuir materialmente, financeiramente e/ou através de assessoramento técnico de qualquer natureza. Art. 4º - **São direitos dos associados:** a) Ter voz e voto nas instancias deliberativas. b) pessoas físicas associadas podem votar e ser votadas para os cargos de direção, ter acesso a qualquer documento oficial da entidade, inclusive ao cadastro de funcionários e participantes simpatizantes com o projeto, mediante solicitação pôr escrito. c) à Diretoria Executiva, resguardando-se as informações de caráter pessoal, exceto se aprovado em reunião da diretoria, respeitando em prazo de no máximo cinco dias úteis para que a diretoria possa disponibilizar os documentos solicitados. d) Desfrutar de eventuais serviços a ser criado ou gerido pela Entidade ou através de valer seu voto. f) Ter direito a descontos de 20% no valor de qualquer cobrança de eventos promovidos pela Entidade. Parágrafo Único: Os associados não responderão por obrigações Sociais, Judiciais ou extrajudiciais por qualquer ato praticado pela diretoria. Art. 5º - São deveres dos associados: 1. Respeitar o presente estatuto, bem como, deliberação tomada pela Diretoria Executiva. 2. Contribuir para o crescimento da entidade. 3. Efetuar o pagamento da mensalidade no dia previsto. 4. Não participar de reuniões em estado de embriaguês. Art. 6º - Para ser considerado associado da Rádio Comunitária de Amparo Social, será necessário ser morador do município de ANAGÉ/BA caso de pessoa física ou ter sede no caso de pessoa jurídica. Parágrafo 1º. A pessoa ou Entidade que faltar a (04) quatro AGO sem justificativa ou (04) quatro AGE serão convocados pela Diretoria Executiva, para justificar sua ausência. Caberá à Direção, pôr maioria absoluta se acata ou não à justificativa apresentada esta pôr escrito. Parágrafo 2º. O associado que deixar de pagar sua contribuição pôr três meses consecutivos será afastado automaticamente do quadro de associados, cessando o afastamento logo após o recolhimento dos direitos. CAPÍTULO – III – ÓRGÃOS CONSTITUTIVOS. Art. 7º - São órgãos da Rádio Comunitária de Amparo Social Assembléia Geral, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Comunitário. Art. 8º - Assembléia Geral: órgão máximo de decisão será convocado ordinariamente uma vez ao ano, sempre no primeiro trimestre, para

FÓRUM AEMUEL DO PRADO NOGUEIRA
CARTÓRIO DE REGISTRO DO IMÓVEL DO MUNICÍPIO DE ANAGÉ/BA
Rua Antônio Carlos, 100 - Centro - 35.000-000 - Anagé/BA
Fone: (35) 3231-1111 - E-mail: cartorio@anage.ba.gov.br

A V E R B A D O

avaliação dos trabalhos desenvolvidos, prestação de contas do exercício anterior pela Diretoria Executiva, aprovação do plano de ação anual, homologação da composição do Conselho Comunitário e discussão de assuntos gerais da Entidade. Parágrafo 1º. A AG poderá se convocada extraordinariamente pela Diretoria Executiva, pelo Conselho Fiscal, pelo Conselho Comunitário ou pôr pelo menos 1/3 dos associados em dias com as suas obrigações estatutárias, através de abaixo-assinado. A convocação devera ser feita com antecedência de no máximo (05) cinco dias através de Edital afixado na sede da Entidade e em locais públicos e casas comerciais onde deverá constar a data, local, horário e pauta de reunião, em primeira convocação com 1/3 dos associados ou em segunda e última convocação com qualquer número de associados ou Diretores após (30) trinta minutos de tolerância. Art. 9º - A diretoria Executiva reunir-se-à mensalmente, em data, hora e local pôr ela determinada e extraordinariamente sempre que convocada pelo presidente ou secretario, pelo Conselho Fiscal e pelo9 Conselho Comunitário ou pôr 1/3 dos membros da Diretoria Executiva. Art. 10º - A Diretoria Executiva será eleita juntamente com o conselho fiscal para mandato de (04) quatro anos, em AGE convocada para este fim, através de votação secreta nas chapas inscritas. Parágrafo 1º - A formação da Diretoria será eleita pelo voto direto secreto sendo empossada imediatamente, a apuração dos votos em reunião solene. Parágrafo 2º - A AGE com finalidade eleitoral deverá ser convocada com antecedência de no mínimo (05) cinco dias de acordo com o Art. 8º Parágrafo 1. Art. 11º - A Diretoria Executiva será composta de sete cargos, 1. Presidente, 2. Vice-presidente, 3. Secretário Geral, 4. Diretor Financeiro, 5. Diretor de Operação, 6. Diretor Cultural e de Comunicação Social, 7. Diretor de Patrimônio. Parágrafo 1º - havendo vagância no cargo titular de Presidente, o Vice-presidente assume imediatamente. Os cargos titulares devem estar sempre preenchidos. Havendo perda de (06) seis membros da Diretoria Executiva no decorrer do mandato devera ser convocada AGE para eleição de nova Diretoria. Havendo vagância de menos de (06) seis cargos na Diretoria Executiva poderá ser convocada AGE para preenchimento dos cargos vagos. Parágrafo 2º - A vagância será caracterizada pela ausência do diretor a (04) quatro reuniões ordinárias consecutivas ou quatro alternadas sem justificativa aceita pela diretoria, ou pôr motivos pessoais, o que devera

A V E R B A D O

FÓRMULA PARA O PRAZO NOGUEIRA
CARTÃO DE PESSOAS
Pelo Assinatura: [assinatura]
[assinatura]
[assinatura]

AVERBADO

ser comunicado pôr escrito. Art. 12º - A Diretoria Executiva poderá ser substituída em todo ou em parte pela AGE, convocada com este fim específico nas formas do artigo 8.º Parágrafo 1.º, nos casos comprovados de atitude, ato ou omissão que compromete os objetivos da entidade, e desvirtue suas finalidades estatutárias. No caso de substituição total da Diretoria; será eleita uma Comissão Diretora Provisória para apurar eventuais irregularidades. Art. 13.º - O Conselho fiscal será constituído por 3 – conselheiros efetivos e 2 – Membros Suplentes, e será coordenado por: 1 – Presidente – 1 – vice-presidente – 1 – Secretário. Parágrafo Único: mandato do Conselho Fiscal será de igual duração ao mandato da Diretoria Executiva. Art. 14.º - O Conselho Fiscal reunir-se à trimestralmente para apreciar, aprovar ou não, a gestão fiscal da entidade, balancetes financeiros, os documentos contábeis os atos administrativos que se relacionam com as finanças da entidade. Parágrafo 1.º - os pareceres e as deliberações do Conselho Fiscal serão registrados em ata separada, lavrada em livro próprio ou digitalizados e assinada por seus membros logo após o encerramento dos trabalhos. Parágrafo 2.º - os membros suplentes poderão, obedecida à ordem, substituir em qualquer reunião o membro ou membros efetivos que faltarem. Art. 15.º - O Conselho Comunitário será constituído por no mínimo: cinco representantes de entidades da comunidade local, tais como: Associações de classe, benemérita, religiosas ou de moradores desde que legalmente instituída com objetivo de acompanhar a programação da emissora, com vista ao atendimento a interesse exclusiva da Comunidade e dos princípios da Lei. Indicados pela Diretoria Executiva e homologada pela AG, para mandato de um ano, e definirão sua organização interna. Art. 16º - O Conselho Comunitário reunir-se a cada (03), três meses, para: análise da dinâmica e perfil das atividades implementadas pela Diretoria verificando a sua adequação às metas estabelecidas. Aprovação da programação da emissora. CAPITULO IV – ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA. Art. 17º - compete a Diretoria Executiva, coletivamente: 1. Cumprir e fazer cumprir as disposições deste Estatuto e as disposições da AG. 2. Traçar estratégia e planos de ação que garantam a implementação dos objetivos em AG. 3. Convocar as AG. 4. Indicar um de seus membros ou um dos associados para representar a Entidade em atos públicos ou em outros eventos, no caso do impedimento ou nos casos que julgar conveniente. 5.

A
V
E
R
B
A
D
O

Elaborar relatórios semestrais das atividades, realizações e atos administrativos. 6. Prestar contas ao Conselho Fiscal e Comunitário e à AGO, ou quando solicitado pela AG. 7. Autorizar a admissão ou demissão de funcionários, bem como salários, gratificações ou outras formas de remuneração. 8 – autorizar aquisição de equipamentos. 9 – efetivar realização de convênios, Nacionais ou Estrangeiros de acordo com os objetivos da Entidade. 10. Aprovar e modificar regimentos internos de departamentos ou serviços que venham a ser implementado e / ou administrado pela Entidade. 11 – os saldos existentes só poderão ser aplicados no mercado financeiro, e em nome da Entidade. 12. Propor a AGO o valor da contribuição mensal ou anual dos associados. Art. 18º - compete a cada Diretor, individualmente: 1 – executar com zelo e pontualidade as tarefas decorrentes do Cargo que exerce, bem como aquelas espontaneamente assumidas. 2. Manter postura pública compatível com a responsabilidade do cargo que exerce. 3. Representar a entidade externamente, sempre que designado pela Diretoria. 4. Assumir compromissos concernentes ao desempenho de suas funções. Art. 19º - Compete ao Presidente: participar ativamente participar das reuniões da Diretoria, contribuir com suas funções coletivas. 2. Cumprir e fazer cumprir o presente Estatuto. 3. Convocar e presidir as reuniões de Diretoria e Assembléia Geral em todos os fins. 4. Representar a Entidade oficialmente junto a outras Entidades, Órgãos Públicos e Comunidades em geral. 5. Responder extra e judicialmente pela Rádio Comunitária de Amparo Social, assinar juntamente com Secretário Geral, as Atas e demais documentos de circulação interna e externa da Entidade. 6. Assinar juntamente com o diretor financeiro, abertura de conta corrente, cheques, balancetes, bancos, movimentação financeira em geral da Entidade. 7. Autorizar o pagamento de despesas diversas. 8. Praticar todos os atos de competência do Presidente. Art. 20º - Compete ao vice-presidente: 1. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuir com suas funções coletivas. 2. Substituir o Presidente em caso de seu impedimento temporário ou definitivo. 3. Substituir Diretor de patrimônio, no caso de seu impedimento temporário ou definitivo, acumulando funções, sem acumular o seu direito de voto. Art. 21º - Compete ao Secretário Geral: 1. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuir com suas funções coletivas. 2. Secretariar as reuniões de Diretoria e as Sessões de AG, lavar e assinar,

juntamente com o Presidente, as respectivas atas. 3. Preparar Editais, Convocações, Circulares, Correspondências diversas assinando juntamente com o Presidente. 4. Manter o cadastro dos Associados atualizados e seguros contra extravios. 5. Manter sobre seu controle toda documentação necessária ao funcionamento da Entidade. Art. 22º - Compete ao Diretor Financeiro : 1. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuir com suas funções coletivas. 2. Manter sob seu controle toda movimentação financeira da Entidade. 3. Assumir juntamente com o Presidente, abertura de conta corrente, cheques, balancetes, balanços, pagamentos diversos da Entidade. 4. Supervisionar e ter sob seu controle a escrituração contábil da Entidade. 5. Apresentar os balancetes e balanços à Diretoria. 6. Substituir o secretário em caso de seu impedimento temporário ou definitivo. 7. Proceder a pagamentos autorizados pelo presidente. Art. 23º - Compete ao Diretor cultural de Comunicação Social: 1. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuir com suas funções coletivas. 2. Promover pôr todos os meios possíveis legais, a divulgação da Entidade. 3. Operacionalizar e supervisionar as atividades desenvolvidas junto a comunidade em geral. 4. Prestar informações da Entidade, quando solicitada pela comunidade ou pela imprensa. 5. Organizar arquivo público com registro sonoro, fotográfico ou audiovisual de depoimentos e fatos produzidos ou colhidos de interesse geral. Art. 25º - Compete ao Diretor de Patrimônio: 1. Participar ativamente das reuniões da Diretoria, contribuir com suas funções coletivas. 2. Manter sob seu controle todo o patrimônio da Entidade, bens movei, imóveis, equipamentos, livros, jornais, revistas, discos, fitas, filmes, fotografia, material impresso diverso. 3. Criar o arquivo histórico da Entidade. 4. Manter as instalações da sede da Entidade sempre em boas condições de uso. Art. 26º - O quorum mínimo para decisão nas reuniões da Diretoria Executiva é de maioria simples dos direitos e associados presentes à reunião; Em caso de empate nos processos de votação assunto deverá ser remetido à próxima reunião, Ordinária ou Extraordinária, para nova apreciação da Diretoria. CAPÍTULO V – DO PATRIMÔNIO DAS RECEITAS E DESPESAS ART. 27º - O patrimônio da rádio Comunitária de Amparo Social, será constituído de bens móveis, imóveis, adquiridos Porem transparência, cessão doação ou compra. Art. 28º - A receita da Entidade advirá: 1. Da contribuição mensal dos associados. 2. De doações

de pessoas físicas idôneas. 3. De doações de empresas públicas, privadas ou organizações não governamentais Nacionais ou Estrangeiras idôneas. 4. De verbas oriundas de subsídios oficiais. 5. De convênios diversos, idôneos. 6. Poderá admitir patrocínio, sob a forma de Apoio cultural, para os programas serem transmitidos, desde que restrito aos estabelecimentos situados na área da comunidade atendida. 7. De campanhas e outras atividades desenvolvidas para este fim. Parágrafo 3º - Todas as doações serão analisadas pela Diretoria Executiva que poderá aceitá-la ou não. Parágrafo 4º será garantido aos doadores que o desejarem o sigilo de identificação, que somente será quebrado pôr decisão judicial. Art. 29º - As despesas da Entidade: 1. Despesas operacionais, compras e locação de bens móveis, imóveis, equipamentos diversos, discos, fitas, filmes, fotografias, CD's impresso e outros. 2. Pagamentos de serviços de assessoria técnica, cursos, manutenção, instalação, deslocamento a título de pró-labore. 3. Projetos ou atividades com fins comunitários. 4. Pagamentos de despesas gerais; água, luz; telefone, internet, publicidade etc. Parágrafo Único: A contratação e demissão de funcionários dependerão de aprovação da maioria absoluta da Diretoria Executiva. CAPITULO - VI - DA PROGRAMAÇÃO MÍNIMA. Art. 30.º - A programação da emissora atenderá os seguintes princípios: 1. Preferência à finalidade educativa, artística, culturais e informativos em benefícios. 2. Do desenvolvimento geral da Comunidade. 3. Promoção das Atividades artísticas e jornalísticas da Comunidade e da integração dos Membros da Comunidade. 4. Respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos Membros da Comunidade. 5. Não discriminação de raça, religião, sexo, preferências sexuais, convicções políticas- ideológicas - partidárias e convicção social nas relações comunitárias. PARAGRAFO 1.º - E vedado o proselitismo de qualquer natureza na programação da emissora. PARAGRAFO 2.º - As programações opinativas e informativas observarão os princípios da pluralidade de opinião e diversão simultânea em matérias polemica, divulgando, sempre as diferentes interpretações, relativa aos fatos noticiados. PARAGRAFO 3.º - E proibido o uso de qualquer espaço com fins religiosos, exceto os de participação igualitária das várias convicções religiosas representadas na Comunidade; a solicitação de espaço deverá ser feita por escrito à Diretoria. PARAGRAFO 4.º - E vedada a Cessão ou arrendamento da

Emissora de Rádio difusão FM Comunitária ou de horários de sua Programação. PARAGRÁFO 5.º - O serviço de Rádio Difusão Comunitária obedecerá ao disposto no Art. 223.º da Constituição Federal. PARAGRÁFO 6.º

- E vedado a transferência, a qualquer título, da autorização para exploração do serviço de Rádio Difusão FM Comunitária. PARAGRÁFO 7.º - A Emissora de Rádio Difusão FM Comunitária Assegurará em sua Programação, espaço para Divulgação de Planos e realizações de Entidades ligadas, por suas finalidades, ao desenvolvimento da Comunidade. CAPÍTULO II DO PROCESSO

ELEITORAL Art. 31.º - A AGE com finalidade eleitoral deverá ser convocada com antecedência de no mínimo (05), cinco dias de acordo com Art. 8.º

Parágrafo 1.º a inscrição das Chapas para eleição, poderá ser feita até um dia antes do inicio marcado para começar os trabalhos, mediante pedido por escrito à Comissão Eleitoral, sendo que toda documentação da chapa deverá está, impresso no ato da inscrição. PARAGRÁFO 2.º - Somente poderão votar e serem votados os Associados, que tenham pelo menos (03) três meses de

filiação e estejam em dia com suas obrigações estatutárias, salvo deliberação da Comissão eleitoral. PARAGRÁFO 3.º - Os cargos eletivos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal terão duração de (04) quatro anos podendo haver reeleição para o mesmo cargo. PARAGRÁFO 4.º - O mandato de cada Diretoria eleita é de (04) quatro anos, podendo ser reeleita por igual. PARAGRÁFO 5.º - A Diretoria Executiva será eleita juntamente com o Conselho Fiscal para mandato de (04) quatro anos, em AGE convocada para esse fim, através de votação secreta nas chapas inscritas. Parágrafo 6º - A

formação da Diretoria será eleita pelo voto direto secreto sendo empossada imediatamente a apuração dos votos em reunião solene. CAPÍTULO VII – DA DISSOLUÇÃO ART. 32º - A dissolução da Rádio Comunitária de Amparo Social, ocorrerá apenas pôr decisão de AG convocada para este fim. Parágrafo 1º - O ponto de pauta, obrigatório na AG convocada para a dissolução da Rádio Comunitária de Amparo Social, deverá ser a prestação de contas, verificada pelo Conselho Fiscal verificado até a data da Assembléia. Parágrafo 2º - O patrimônio da Rádio Comunitária de Amparo Social devera ser doado a

outras Entidades de atividades afins. Parágrafo 3º - Caso haja dúvidas na data de dissolução, da Rádio Comunitária de Amparo Social, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo doado a saldo conforme parágrafo

1º - O ponto de pauta, obrigatório na AG convocada para a dissolução da Rádio Comunitária de Amparo Social, deverá ser a prestação de contas, verificada pelo Conselho Fiscal verificado até a data da Assembléia. Parágrafo 2º - O patrimônio da Rádio Comunitária de Amparo Social devera ser doado a outras Entidades de atividades afins. Parágrafo 3º - Caso haja dúvidas na data de dissolução, da Rádio Comunitária de Amparo Social, estas deverão ser pagas com a venda do patrimônio, sendo doado a saldo conforme parágrafo

(2º). CAPÍTULO – IX – DAS DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS ART. 33º - Caberá a Diretoria: 1. Registrar o presente Estatuto, na forma da Lei. 2. Organizar o cadastro dos associados. 3. Manter a Emissora de Radiodifusão FM comunitária. 4. Estabelecer um plano de metas para os primeiros quatros anos de existência da Entidade. 5. Associar a Rádio à Entidade Estadual ou Nacional de Radiodifusão Comunitária. 6. Manter intercâmbio com a ABRAÇO e outras entidades de Radiodifusão Comunitária existente no Brasil e/ou em outros países. 7. Criar um regimento interno da Entidade. 8. É proibida a remuneração dos membros da Entidade exceto o Diretor de operações que, a critério da Diretoria, poderá receber pró-elabore, caso se faça necessário sua profissionalização. 9. A contabilidade da Entidade será feita de acordo com as leis e normas vigentes. 10. O exercício financeiro da Entidade obedecerá ao ano civil. 11. O presente Estatuto foi apreciado e aprovado em AG de constituição, realizada para este fim, na qual foram eleitos também, os membros da Diretoria e do Conselho Fiscal. 12. Os casos omissos serão resolvidos pela AG. Art.34º - O presente Estatuto poderá ser modificado no todo ou em partes mediante convocação de AGE, na forma prevista no Art. 8º. Parágrafo 1º. Art.35º - Com a aprovação desse Estatuto ficam revogados os anteriores. Anagé/ BA, 18 de Janeiro de 2016. Como não tinha mais assunto a tratar a presidente já empossada agradeceu a presença de todos participantes e deu como encerrada a presente reunião às 19h00min horas. E vai devidamente assinado pela Presidente, Vice-presidente, Secretário Geral, a aprovação da AGE, bem como deste ESTATUTO e Membros do Conselho e demais associados assinam que será registrado em Cartório da Comarca de Anagé – Bahia.

AVERBADO

DIRETORIA EXECUTIVA:

Presidente: ISNALI DA SILVA MATOS

Vice-Presidente: LUCIENE AZEVEDO NOLASCO VIEIRA

Secretária Geral: MOABE LUZ ALVES VIEIRA

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) retro ou supra em número de 03 assinalada(s) por esta com o meu sinal público. 17 FEV. 2016



Diomilton Sousa Santos

Diretor Financeiro: DIOMILTON SOUSA SANTOS

Diretor de Operações: JEFERSON SANTOS LIMA

Diretora de Patrimônio: JANE CLEIDE OLIVEIRA MATOS

Maria Belarmine Almeida de Oliveira
MARIA BELARMINA ALMEIDA DE OLIVEIRA

Diretora de Cultura e Comunicação Social:

CONSELHO FISCAL MEMBROS EFETIVOS:



Presidente: ADILSON SOARES VIEIRA



Vice-Presidente: ARLETE SILVA SOARES CALIXTO



Secretário: JOÃO ANDRADE MARINHO

MEMBROS SUPLENTES:

Breno Oliveira
Breno Oliveira

Antonio Iris Rodrigues de Oliveira
Antonio Iris Rodrigues de Oliveira

Demais Associados:

Emerson Costa Damasceno
Alcebiades Pereira de Silva
Yascelina Amara de Lima
Mirabela Anuaris de Almeida
Reimia Damascena Silva
Dequissandra dos Santos Silva

Renúcio José dos Santos Silva

Reconheço por semelhança a(s) firma(s) 02
ou supra em número de 02
assinada(s) por 02 com o meu
selo pichado.



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO CIVIL 00668522 00 DATA DE EXPIRAÇÃO 04/02/2005

NOME ANALIA DA SILVA MATOS

MAIÃO

ISAÍAS ROCHA MATOS

ANALIA DA SILVA MATOS

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO

IGUAÍ BA 02/02/1946

DIGITADO CER-CAS CM-ILHÉUS BA

DST 1 OFÍCIO L-225 F 239 R 004769

CPF 441001915 53

SAMBAÍCA - BA

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.118 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

SAC

COLAGEM DO FOTO

Assinatura do Titular

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

ENCARTE DO FOTÓ

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

09953169 02

02/05/2007

LUCIENE AZEVEDO NOLASCO VIEIRA

AUGENCIO NOLASCO FILHO
IRANI GOMES AZEVEDO

ANAGE BA 15/04/1981

CER-CAS CM-ANAGE BA

DST-SEDE L-B5A F-01V R-001228

009526455 80

Luciene AZEVEDO NOLASCO VIEIRA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

DEPARTAMENTO DE IDENTIFICAÇÃO

SAC



Luciene Azevedo Nolasco Vieira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

11253841 07 09/07/2009

MOABE LUZ ALVES VIEIRA

NAILTON ALVES VIEIRA
CLEONICE LUZ ALVES VIEIRA

VITORIA DA CONQUISTA BA 08/01/1992
CER-NAS CM-ANAGE BA
DST-SEDE L-A63 F-059 R-015397
050802045 08


Handwritten signature

LEI Nº 7.115 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SAC



Handwritten signature: Moabe Luz Alves Vieira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
MOABE LUZ ALVES VIEIRA

DATA DE NASCIMENTO	Nº INSCRIÇÃO	D.V.	ZONA	SEÇÃO
08/01/1992	1314 8623 0531		161	0183

MUNICÍPIO / UF
ANAGÉ/BA

DATA DE EMISSÃO
03/03/2010

JUIZ ELEITORAL

Handwritten signature

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

PÓLEGAR DIREITO



Handwritten signature: Moabe Luz Alves Vieira

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VALIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
REGISTRO GERAL	11933897 12	DATA DE EMISSÃO	18/11/1999
NOME			
JANE CLEIDE OLIVEIRA MATOS			
FILIAÇÃO JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA			
MARIA DE LOURDES DOS SANTOS OLIVEIRA			
NATURALIDADE		DATA DE NASCIMENTO	
VITORIA DA CONQUISTA BA		08/10/1969	
DOC ORDEM CER-CAS CM-V DA CONQUISTA BA			
DST-1 OFICIO L-B60 F-249 R-006376			
CNP			
SALVADOR-BA			
ASSINATURA DO DIRETOR			
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83			
ESTADO DA BAHIA		SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA	
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"		VIC	
MOLEFAR DIREITO		FOTO	
ASSINATURA DO TITULAR			
CARTEIRA DE IDENTIDADE			

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

15944351 20 01/08/2008

JEFERSON SANTOS LIMA

JERSON FERREIRA LIMA
ABMALIA DOS SANTOS LIMA

VITORIA DA CONQUISTA BA 14/06/1996
CER-NAS CM-ANAGE BA
DST-SEDE L-A65-F-070 R-017837

Residência: Ul. 5 de 9 f. Santos Lima

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SAC

Jeferson Santos Lima

CARTÃO DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
071.902.385-81

Nome
JEFERSON SANTOS LIMA

Nascimento
14/06/1996

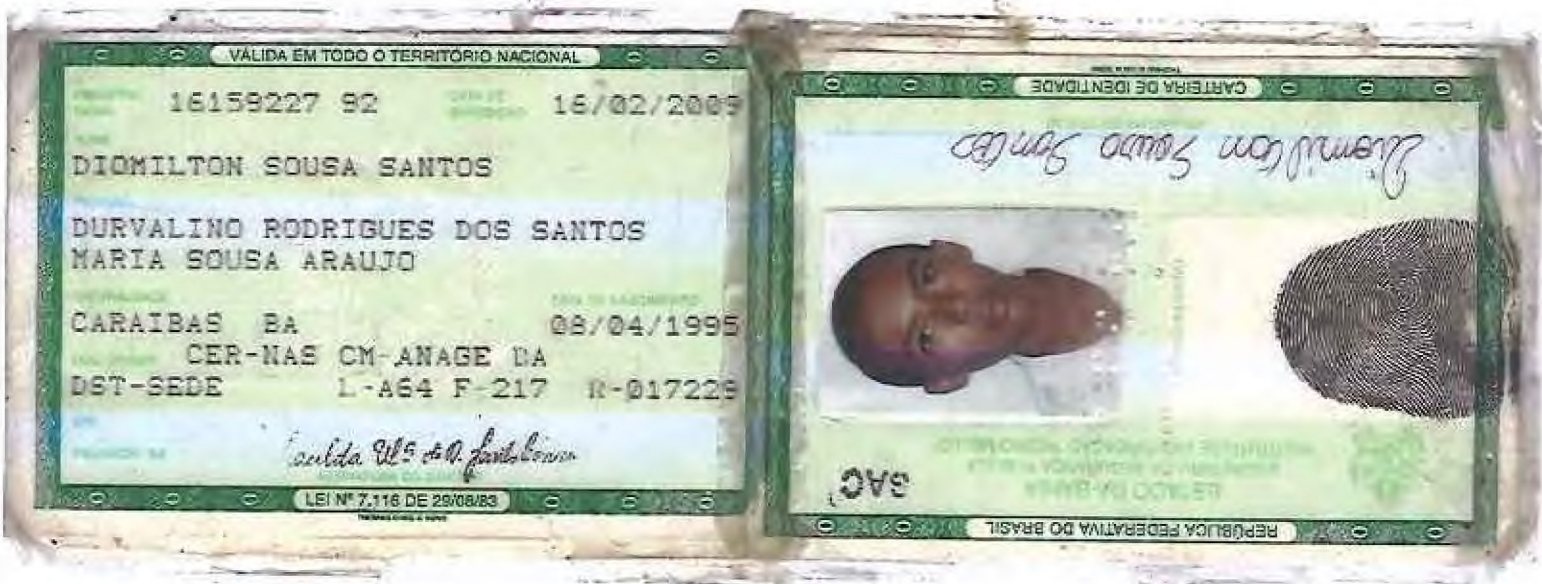
VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE
9134.712E.6ABA.6799

A autenticidade deste comprovante deverá
ser confirmada no Internet, no endereço
www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela
Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 12:02:10 do dia 24/08/2012 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00



VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

16159227 92 16/02/2009

DIOMILTON SOUSA SANTOS

DURVALINO RODRIGUES DOS SANTOS

MARIA SOUSA ARAUJO

CARAIBAS BA 08/04/1995

CER-NAS CM-ANAGE DA

DST-SEDE L-A64 F-217 R-017229

Diomilton Sousa Santos

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Diomilton Sousa Santos



SAC

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

03.220.491-48 DATA DE EMISSÃO 31-03-2015

ANTONIO IRIS RODRIGUES DE OLIVEIRA

ANTONIO FRANCISCO DE OLIVEIRA

IRANI RODRIGUES DE OLIVEIRA

ANAGÉ BA 27-11-1965

C.CAS. CM ANAGÉ BA DS
SEDE LV 83A FL 145 RT 000516
392.335.025-20 PASEP 17024734653

Favilda M^a de Oliveira fante

LEI N° 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NÃO PLASTIFICAR



Antonio Iris Rodrigues de Oliveira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, atualize seu RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.449.087/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE EMISSÃO 31/03/2015
NOME EMPRESARIAL RADIO COMUNITARIA DE AMPARO SOCIAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO GAVI FM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO AV EDSON SOARES	NÚMERO 975	COMPLEMENTO 1 ANDAR	
CEP 45.180-000	BAIRRO/DISTRITO AUGUSTO VIEIRA	MUNICÍPIO ANAGE	
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/02/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014.

Emitido no dia 17/02/2016 às 16:25:51 (data e hora de Brasília).

[Consulta QSA / Capital Social](#)[Voltar](#)

ATA PARA CRIAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO SOBRE A PROGRAMAÇÃO VEICULADA PELA EMISSORA.

AUTORIZAR A EXECUTAR O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO DE ANAGÉ ESTADO DA BAHIA.

Aos 19 dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e quinze (2016), às 10:00 horas, na Sede da Rádio Comunitária de Amparo Social, sito à Avenida Edson Soares, 975, Bairro Augusto Vieira, nesta cidade de Anagé, Bahia. Reuniram-se em sessão exclusiva especificamente para constituir normas sobre a programação veiculada pela emissora tendo a presença da Diretoria Executiva e as Entidades representativas para este fim, como: 1 - Representando a Associação de classe Beneméritas a Sra. LOANA ALMEIDA AMARAL, 2 - Representando a Associação de Moradores da Comunidade local o Sr. LOURENCIO VIEIRA DOS SANTOS SOBRINHO. 3 - Representando a Classe Religiosa a Sra. NOÊMIA DAMASCENA SILVA, 4 - Representando a Associação da Pessoa Idosa de Anagé, a Sra. RENATA BONFIM SOARES, 5 - Representando o Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Anagé o Sr. JOSÉ DO CARMO ALMEIDA DE OLIVEIRA. Com o objetivo de acompanhar a Programação da Emissora com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos, no Art. 4º da Lei número 9.612 de Fevereiro de 1998. O Conselho aqui constituído e reunido para descrição da Grade de Programação. A Rádio Comunitária de Amparo Social de Anagé Bahia veicula na programação da seguinte forma: das 06h00minh, às 08h00minh, Programa Amanhecer na Vila, das 08h00minh às 10h00minh Programa toca Tudo na Vila, das 10:00 hs às 12: 00 hs. Programa Rotação Máxima e informações \SESC e \SENAC e Serviços de Utilidade Pública. Das 12:00 às 13:00 hs, Jornal Informativo a Comunidade Local da Zona Rural de Anagé, das 13:00 hs às 16:00 hs, espaço aberto para Programas das Igrejas Evangélicas, das 16:00 hs às 18: 00 hs, Programa Entardecer na Vila Nova, tocando músicas sertanejas diversas em homenagem ao homem do campo, das 18:00 hs às 19:00 hs, Programa Religioso para a Comunidade, das 19:00 hs, às 20:00 hs, Programa Nacional em Cadeia de Rádio Nacional, A Voz do Brasil e das 20:00 hs às 22:00 hs, Programa As Melhores do Passado Nacional. A Programação da emissora está adequada às finalidades e aos princípios (Art. 3.º e Art. 4.º), do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Logo após o Conselho aprovou a Programação da Radiodifusão Comunitária descrita como: RÁDIO VILA NOVA FM

ff. 005 Wj

87,9 – situada à Avenida Edson Soares 975, Bairro Augusto Vieira, neste município de Anagé, Estado da Bahia, CNPJ sob número 02.449.087/0001-04. O Conselho Comunitário fez avaliação a respeito da Programação considerando normalidade do apoio cultural recebido por esta Emissora, por seus associados e comunidade local, considerando as finalidades legais do serviço prestado a comunidade de Anagé Bahia, pela Radiodifusão Comunitária. Não havendo nada mais a tratar nesta data o Conselho Comunitário aqui constituído determinou a lavratura desta ata para efeitos legais obedecendo aos princípios da Lei vigente: vai devidamente assinada pelos Conselheiros representantes das entidades aqui firmados.



Loana Almeida Amaral
LOANA ALMEIDA AMARAL

Representando a Associação de classe Benemerita



Laurencio Vieira dos Santos Sobrinho
LOURENCIO VIEIRA DOS SANTOS SOBRINHO.

Representando a Associação de Moradores da Comunidade local



Noêmia Damascena Silva
NOÊMIA DAMASCENA SILVA,

Representando a Classe Religiosa.



Renata Bonfim Soares
RENATA BONFIM SOARES

Representando a Associação da Pessoa Idosa de Anagé



José do Carmo Almeida de Oliveira
JOSÉ DO CARMO ALMEIDA DE OLIVEIRA

Representando o Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Anagé JOSÉ DO CARMO ALMEIDA DE OLIVEIRA

Reconheço por assinatura retro ou supra em número de 85 assinalada(s) por esta sinal público. 17 FEV. 2016 Anagé (BA).



Fl. 002

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
NOME	35.553.336-2	DATA DE EXPIRAÇÃO	12/01/1998
JOSE DO CARMO ALMEIDA DE OLIVEIRA			
FILHO DE ALBERTINO DA SILVA OLIVEIRA			
E MARIA ALAIDES MATOS DE ALMEIDA			
RESIDÊNCIA	ANAGE - BA	DATA DE EMISSÃO	06/DEZ/1957
LOCAL DE ORIGEM	SÃO PAULO SP CAPELA DO SOCORRO CC:LV.3305/FLS.135 /N.091183		
ASSINATURA DO TITULAR		FOTO	
LENT 1 INDE 000000		FOTO	
		JOSE DO CARMO ALMEIDA DE OLIVEIRA	
		CAPITULO DE IDENTIFICAÇÃO	

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NÃO PLASTIFICAR




MAQUINADO

LOURENÇO VIEIRA DOS SANTOS SOBRINHO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

PRIMEIRA FOLHA DE 2 FOLHAS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

03.799.770-01 31-03-2010

LOURENÇO VIEIRA DOS SANTOS SOBRINHO

NEWTON VIEIRA DOS SANTOS

MARIA ZÉLIA ALVES VIEIRA

ANAGÉ BA 15-10-1970

C.CAS. CM ANAGÉ BA DS
SEDE LV 00005 FL 001 RT 0001228
602.510.185-04

Fraileza W 3 de Oliveira

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

PRIMEIRA FOLHA DE 2 FOLHAS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

SAC

RENATA BONFIM SOARES

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 08047433 04 DATA DE EXPEDIÇÃO 21/02/2003

NOME

RENATA BONFIM SOARES

FILIAÇÃO

ELISSON DIAS SOARES

MARIA LUCIA MATOS BONFIM

NATURALIDADE

VITÓRIA DA CONQUISTA BA 10/06/1977

DOC ORDEM CER-NAS CM-ANAGE BAHIA

DST-SEDE L-A51 F-146 R-001641

CPF 986354095 15

SALVADOR-BA

ASSINATURA DO DIRETOR

LEI Nº 7.116 DE 29/06/63

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

SAC



Noemia Damascena Silva

CARTEIRA DE IDENTIDADE

PRIMEIRA ÚNICA E ÚNICA

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

11724030 31 06/01/2013

NOEMIA DAMASCENA SILVA

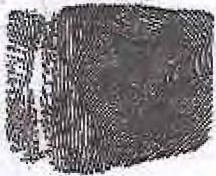
EUTAVIO FERREIRA DAMASCENA
MARIA COELHO DAMASCENA

ARACATU BA 20/11/1975
CER-CAS CM-ANAGE BA
DST-SEDE L-B3A F-156 R-000539
042610307 64 *Facilita 911-111*

LEI Nº 7.116 DE 29/09/93

PRIMEIRA ÚNICA E ÚNICA

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL



Polegar Direito
0804



Loana Almeida Amaral
Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 24.103.167-3

DATA DE EXPEDIÇÃO 12/09/2007

NOME
LOANA ALMEIDA AMARAL

FILIAÇÃO
WILSON VIEIRA AMARAL

MARCIA APARECIDA DE ALMEIDA

NATURALIDADE

DATA DE NASCIMENTO

BAHIA

29/08/1991

DOC. ORDEM

C.NASC LIV A-64 FLS 27 TERM 16467

ANAGÉ

BA

CPF

006

1 Via

LUIZ ANTONIO MATEUS CORREIA
DIRETOR DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL
DATA: 29/09/2007

0804

LEI Nº 7.118 DE 29/08/93

REMETENTE / Sender		TELEFONE/Phone number	
RADIO COMUNITARIA DE AMPARO SOCIAL		(77) 98089492	
ENDEREÇO/Address			
AVENIDA EDSON SOARES, 975 BAIRRO			
AUGUSTO VIEIRA. A/C ZINZA.			
CEP/Zip	CIDADE/City	UF/State	PAÍS/Country
45180000	ANAGÉ	BA	BRASIL



"RECICLAR MATERIAIS E PRESERVAR O MEIO AMBIENTE"
"To recycle materials is to preserve the environment"



DEVOLUÇÃO / Return		(CNIS)
<input type="checkbox"/> Mudou-se (Moved)	<input type="checkbox"/> Falecido (Deceased)	
<input type="checkbox"/> Recusado (Refused)	<input type="checkbox"/> Endereço Insuficiente (Insufficient Address)	
<input type="checkbox"/> Desconhecido (Unknown)	<input type="checkbox"/> Não existe o número indicado (Non-Existing Number)	
<input type="checkbox"/> Não procurado (Unlocated)	<input type="checkbox"/> Outros (Other)	
<input type="checkbox"/> Ausente (Absent)		
Tentativas de entrega (Delivery attempts)		
1ª ____ às ____ 2ª ____ às ____ 3ª ____ às ____		
<input type="checkbox"/> Informação prestada pelo porteiro ou síndico (Information provided by the doorman or the condo manager)		
<input type="checkbox"/> Reintegrado ao serviço postal em ____ (Reinstated to postal service)		
Data: ____/____/____	Assinatura: _____	
Date	Signature	





Correios ☐ AR ☐ MP **SEDEX**

PESO (kg)

DJ 48732043 0 BR

DESTINATÁRIO / Recipient	MINISTERIO DAS COMUNICAÇÕES.		TELEFONE/Phone number
COORDENADOR GERAL DE RÁDIO DIFUSÃO COMUNITÁRIA			(61) 2027-6281
ENDEREÇO/Address	ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, 3º ANDAR		
CEP Zip	70044-900	CIDADE/City	BRASÍLIA
		UF/State	DF
		PAÍS/Country	BRASIL

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Acompanhamento de Outorgas

À Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Assunto: **Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação da Outorga.**

1. Informamos a existência de indícios de vínculo de natureza política o que é vedado pelos artigos 11 da Lei nº 9.612/1998 e 25, § 2º da Portaria nº 4334 de 17 de setembro de 2015, conforme apuração nos autos do processo de renovação de outorga nº 53900.041859/2015-86. Considerando a irregularidade cometida pela referida entidade, informo a instauração do Processo de Apuração de Infração nº **53900.012858/2016-13**, em face da entidade RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL (CNPJ 02.449.087/0001-04), autorizada para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Anagé/BA.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Itamar Marques Teixeira, Coordenador-Geral de Acompanhamento de Outorgas**, em 17/05/2016, às 11:38, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **0995674** e o código CRC **CE69150C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.041859/2015 Localidade / UF: ANAGÉ/BA
Entidade: RADIO COMUNITARIA DE AMPARO SOCIAL
Aviso: 3 Publicação: 22/12/1998 Prazo: 45 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma:	Associação
----------------------	------------

2. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. 2 (Requerimento 0852396).
 - 1.1) Data de postagem/SEI: 23.11.2015.
 - 1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.
- 2) Estatuto Social: fls. 3 a 14 (Ofício 0987024).
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º;
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 3º;
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 4º;
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 4º;
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 11;
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 17 e ss.;
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: arts. 10 e 31, § 4º;
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 15 e 16.
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 3 a 14 (Ofício 0987024). (18.1.2016 - 18.1.2020)
Presidente: Isnali da Silva Matos;
Vice-Presidente: Luciene Azevedo Nolasco Oliveira;
Secretário(a) Geral: Moabe Luz Alves Vieira;
Diretor(a) Financeiro(a): Diomilton Sousa Santos;
Diretor(a) de Operações: Jeferson Santos Lima;
Diretor(a) Cultural e de Comunicação Social: Maria Belarmina Almeida de Oliveira;
Diretor(a) de Patrimônio: Jane Cleide Oliveira Matos.
- 4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 15 a 20 (Ofício 0987024).
- 5) CNPJ: fl. 22 (Ofício 0987024).
- 6) Certidão Negativa da Anatel: fl. 3 (Requerimento 0852396).
- 7) Declaração de conformidade: fl. 4 (Requerimento 0852396).
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 23/24 (Ofício 0987024). Irregular.

***PENDÊNCIAS ENCONTRADAS:

- Não foram encaminhados comprovantes de maioria e nacionalidade da Diretora Cultural e de Comunicação Social.
- O Conselho Comunitário não é composto por representantes de entidades legalmente constituídas. Portanto, uma vez que o Conselho foi irregularmente constituído, isso implica a irregularidade do relatório.

***CONCLUSÕES:

- Sobre o vínculo político apontado na Nota Técnica nº 97/2016 0908823, a irregularidade foi sanada, uma vez que a Associação procedeu à eleição para substituição do membro impedido.
- A Radiodifusora regularizou a situação na Receita Federal.

- Não foi realizada pesquisa de vínculo.
- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE

MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 10901/2016/SEI-MC

Processo nº: **53900.041859/2015-86.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Anagé**, estado da **Bahia**, apresentou resposta à exigência, conforme Ofício 0987024.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.	Art. 131, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>O Conselho Comunitário não é composto por representantes de entidades legalmente instituídas, conforme previsão do art. 114 da Portaria.</p> <p>Ressalta-se que, o relatório encaminhado não obedece ao disposto no art. 116 da Portaria.</p> <p>Observação 1: poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada bem como representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p>Observação 3: o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos</p>

			os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), <u>com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u>
	Art. 42	CPF de todos os dirigentes.	A Entidade deverá encaminhar cópia do CPF dos membros da Diretoria.
Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998	Art. 6º, parágrafo único c/c art. 9º, § 2º, incisos III e IV	Comprovante de maioria/nacionalidade.	<p>A Entidade deverá enviar documento que demonstre a maioria e a nacionalidade do(s) seguinte(s) Diretor(es):</p> <p>1 – Maria Belarmina Almeida de Oliveira - Diretora Cultural e de Comunicação Social.</p> <p>Observação: serão aceitos como comprovantes de maioria e nacionalidade documentos como cópia do RG e certidão de casamento.</p> <p>Não serão aceitos como comprovantes de maioria/nacionalidade a Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e cópia da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).</p>
Portaria nº 4334, de 2015	Art. 131, inciso IV		

CONCLUSÃO

3. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.
4. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.
5. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo *e-mail*: duvidasradcom@comunicacoes.gov.br.
6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado no Ministério das Comunicações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Leticia Barbosa Duarte Miele, Chefe de Serviço**, em 06/05/2016, às 12:03, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 12/05/2016, às 16:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1116346** e o código CRC **557FEC8C**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 15462/2016/SEI-MC

Ao(À) Senhor(a)
Representante Legal da **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL**.
Avenida Edson Soares, nº 975 - Bairro: Augusto Vieira
45.180-000 - Anagé - BA
CNPJ nº 02.449.087/0001-04

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.041859/2015-86.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 10901/2016/SEI-MC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.
2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**,
Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta, em 12/05/2016, às
16:56, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site
<http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1116402** e o
código CRC **E2C6A14E**.

NOME OU RAZÃO SOCIAL D

ENDEREÇO / ADRESS

CEP / CODE POSTAL

SCE/CGRC

OFÍCIO nº 15462/ 2016/SEI-MC, de 12/05/2016

Nº DO PROCESSO: 53900.041859/2015-86

RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL.

Avenida Edson Soares, nº 975 - Bairro: Augusto Vieira
45.180-000 Anagé - BA

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATIONCARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS



**CORREIOS
DO BRASIL**

**AVISO DE
RECEBIMENTO**

AR

JO 39170690 2 BR

AVIS CN07

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>	<div></div> <div></div> <div></div>
:	:	:
h	h	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

DEVOLUÇÃO RETOUR	NC	MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES														
		Secretária de Serviços de Comunicações Eletrônica														
	EN	Departamento de Outorga de Serviços														
		Esplanada dos Ministérios, Bloco R,														
		Ed. Anexo Ala Oeste sala 300														
		70044-900 Brasília-DF														
	CI															
												UF	BRASIL			

--	--	--	--	--	--	--	--	--	--

53900-041690/2016-45

RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL

AV. EDSON SOARES, 975 – BAIRRO AUGUSTO VIEIRA

ANAGÉ – BAHIA – CNPJ: 02.449.087.0001-04

TELEFONE: (77) 3435-2677 – (77) 998089492

Ofício n.º 003/2016.

Anagé, 07 de Junho de 2016.

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária.

Prezado Coordenador Geral,

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise de Processo 53900.041859/2015-86

Referência : Ofício 15462/2016/SEI-MC

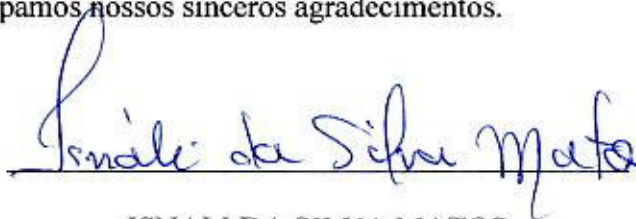
Pelo exposto, solucionamos as pendências, para o bom andamento do processo em referencia em que ansiosos aguardamos o Deferimento por este órgão competente.

Item -01 – Estamos encaminhando o último relatório do Conselho Comunitário, adequando ao solicitado, tendo em vista que já foi encaminhado anteriormente.

Item -04 – estamos encaminhando cópia do RG da Sra. Maria Belarmina Almeida de Oliveira – Diretora de Cultura e de Comunicação Social para comprovar a maioridade/nacionalidade, conforme solicitado.

Pelas providências que V.Sa puder determinar no sentido de agilizar o processo de nosso pleito, antecipamos nossos sinceros agradecimentos.

Atenciosamente,



ISNALI DA SILVA MATOS

Representante Legal

DOCUMENTO ENTREGUE PELO CORREIO

Em 07/07/16 às 14:00 horas

Assinatura: Conceição

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NÃO PLASTIFICAR

Polícia Civil

Maria Berlamina Almeida de Oliveira

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

TRABALHO CANCELADO E SÓLIDO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG 05.350.874-20 DATA DE EXPEDIÇÃO 08-10-2013

NOME MARIA BERLAMINA ALMEIDA DE OLIVEIRA

PAIÃO ALBERTINO DA SILVA OLIVEIRA

MARIA ALAIDES MATOS DE ALMEIDA

NATURALIDADE ANAGÉ BA DATA DE NASCIMENTO 25-10-1965

DOC ORIGEM C.CAS. CM ANAGÉ BA DS

SEDE LV 00015 FL 066 RT 0000723

578.463.405-49

Flavilda M. de Oliveira

ASSINATURA DO RT DIRETORIA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

TRABALHO CANCELADO E SÓLIDO

**ATA PARA CRIAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO SOBRE A
PROGRAMAÇÃO VEICULADA PELA EMISSORA.**

**AUTORIZAR A EXECUTAR O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO
COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO DE ANAGÉ ESTADO DA BAHIA.**

Aos 19 dias do mês de Janeiro do ano de dois mil e quinze (2016), às 10:00 horas, na Sede da Rádio Comunitária de Amparo Social, sito à Avenida Edson Soares, 975, Bairro Augusto Vieira, nesta cidade de Anagé, Bahia. Reuniram-se em sessão exclusiva especificamente para constituir normas sobre a programação veiculada pela emissora tendo a presença da Diretoria Executiva e as Entidades representativas para este fim, como: 1 – Representando a Associação de classe Beneméritas a Sra. LOANA ALMEIDA AMARAL, 2 - Representando a Associação de Moradores da Comunidade local o Sr. LOURENCIO VIEIRA DOS SANTOS SOBRINHO. 3 - Representando a Classe Religiosa a Sra. NOÊMIA DAMASCENA SILVA, 4 - Representando a Associação da Pessoa Idosa de Anagé, a Sra. RENATA BONFIM SOARES, 5 - Representando o Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Anagé o Sr. JOSÉ DO CARMO ALMEIDA DE OLIVEIRA. Com o objetivo de acompanhar a Programação da Emissora com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos, no Art. 4º da Lei número 9.612 de Fevereiro de 1998. O Conselho aqui constituído e reunido para descrição da Grade de Programação. A Rádio Comunitária de Amparo Social de Anagé Bahia veicula na programação da seguinte forma: das 06h00minh, às 08h00minh, Programa Amanhecer na Vila, das 08h00minh às 10h00minh Programa toca Tudo na Vila, das 10:00 hs às 12: 00 hs. Programa Rotação Máxima e informações \SESC e \SENAC e Serviços de Utilidade Pública. Das 12:00 às 13:00 hs, Jornal Informativo a Comunidade Local da Zona Rural de Anagé, das 13:00 hs às 16:00 hs, espaço aberto para Programas das Igrejas Evangélicas, das 16:00 hs às 18: 00 hs, Programa Entardecer na Vila Nova, tocando músicas sertanejas diversas em homenagem ao homem do campo, das 18:00 hs às 19:00 hs, Programa Religioso para a Comunidade, das 19:00 hs, às 20:00 hs, Programa Nacional em Cadeia de Rádio Nacional, A Voz do Brasil e das 20:00 hs às 22:00 hs, Programa As Melhores do Passado Nacional. A Programação da emissora está adequada às finalidades e aos princípios (Art. 3.º e Art. 4.º), do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Logo após o Conselho aprovou a Programação da Radiodifusão Comunitária descrita como: RÁDIO VILA NOVA FM

ff. 002 Wj

87,9 – situada à Avenida Edson Soares 975, Bairro Augusto Vieira, neste município de Anagé, Estado da Bahia, CNPJ sob número 02.449.087/0001-04. O Conselho Comunitário fez avaliação a respeito da Programação considerando normalidade do apoio cultural recebido por esta Emissora, por seus associados e comunidade local, considerando as finalidades legais do serviço prestado a comunidade de Anagé Bahia, pela Radiodifusão Comunitária. Não havendo nada mais a tratar nesta data o Conselho Comunitário aqui constituído determinou a lavratura desta ata para efeitos legais obedecendo aos princípios da Lei vigente: vai devidamente assinada pelos Conselheiros representantes das entidades aqui firmados.



Loana Almeida Amaral
LOANA ALMEIDA AMARAL

Representando a Associação de classe Benemérita



LOURENÇO VIEIRA DOS SANTOS SOBRINHO
LOURENÇO VIEIRA DOS SANTOS SOBRINHO.

Representando a Associação de Moradores da Comunidade local



Noêmia Damascena Silva
NOÊMIA DAMASCENA SILVA,

Representando a Classe Religiosa.



Renata Bonfim Soares
RENATA BONFIM SOARES

Representando a Associação da Pessoa Idosa de Anagé



José do Carmo Almeida de Oliveira
JOSÉ DO CARMO ALMEIDA DE OLIVEIRA

Representando o Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais do Município de

Anagé, JOSÉ DO CARMO ALMEIDA DE OLIVEIRA

Reconheço por ser assinado em
retro ou supra em número de 05
assinada(s) por esta
sinal público. 17 FEV. 2016
Anagé (BA).



Fl. 002

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA DE ESTADO DA CASA CIVIL
DETRAN - DIRETORIA DE IDENTIFICAÇÃO CIVIL

 0804

Polegar Direito



Loana Almeida Amaral
Assinatura do Titular

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 24.103.167-3 DATA DE EXPEDIÇÃO 12/09/2007

NOME LOANA ALMEIDA AMARAL

FILIAÇÃO NILSON VIEIRA AMARAL

MARCIA APARECIDA DE ALMEIDA

NATURALIDADE BAHIA DATA DE NASCIMENTO 29/08/1991

DOC. ORIGEM C.NASC LIV A-64 FLS 27 TERM 16467

ANAGÉ BA

CPI 006 1 Via

LIVRO ANTIGO - ANTES CENSO
DIRETORIA DE IDENT. - DIRETORIA CIVIL
Nº 1.010.011

0804

LEI Nº 7.118 DE 28/09/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO NELLO
NÃO PLASTIFICAR



Lourenço Vieira dos Santos Sobrinho

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

NO 03.799.770-01 DATA DE EXPEDIÇÃO 31-03-2014

LOURENÇO VIEIRA DOS SANTOS SOBRINHO

NEWTON VIEIRA DOS SANTOS

MARIA ZÉLIA ALVES VIEIRA

NATURALIDADE ANAGÉ BA DATA DE NASCIMENTO 15-10-1970

C.CAS. CM ANAGÉ BA DS
SEDE LV 00005 FL 001 RT 0001228
602.510.185-04

Francilene M. de Oliveira Santos

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 00660522 69 DATA DE EXPEDIÇÃO 04/02/2005

NOME
ISNALI DA SILVA MATOS

FILIAÇÃO
ISAIAS ROCHA MATOS
ANALIA DA SILVA MATOS

NATURALIDADE DATA DE NASCIMENTO
IGUAL BA 02/02/1946

DOC. ORIGEM CER-CAS CM-ILHEUS BA

DET-1 OFICIO L-B25 F-239 R-004769

CPF 441001915 53

SALVADOR - BA

ASSINATURA DO TITULAR

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO "PEDRO MELLO"

SAC

POLEGAR DIREITO

ISNALI DA SILVA MATOS

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

09953169 02 02/05/2007

LUCIENE AZEVEDO NOLASCO VIEIRA

AUGENCIO NOLASCO FILHO
IRANI GOMES AZEVEDO

ANAGE BA 15/04/1981
CER-CAS CM-ANAGE BA
DST-SEDE L-B5A F-01V R-001228
009526455 80

Luciene Azevedo Nolasco Vieira

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO

SAC

Luciene Azevedo Nolasco Vieira

CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO SERIAL 11253841 07 DATA DE EXPEDICÃO 09/07/2009

NOME MOABE LUZ ALVES VIEIRA

NAILTON ALVES VIEIRA
CLEONICE LUZ ALVES VIEIRA

VITORIA DA CONQUISTA BA 08/01/1992
CER-NAS CM-ANAGE BA
DST-SEDE L-A63 F-059 R-015397
050802045 08

Carilda U.S. & O. Freitas

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO

SAC



Moabe Luz Alves Vieira

CAHETEIA DE IDENTIDADE

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

TÍTULO ELEITORAL

NOME DO ELEITOR
MOABE LUZ ALVES VIEIRA

DATA DE NASCIMENTO 08/01/1992 Nº INSCRIÇÃO 1314 8623 0531 D.V. ZONA 161 SEÇÃO 0183

MUNICÍPIO / UF ANAGÉ/BA DATA DE EMISSÃO 03/03/2010

JUIZ ELEITORAL

João Alves

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

POLEGAR DIREITO

Moabe Luz Alves Vieira

ASSINATURA OU IMPRESSÃO DIGITAL DO ELEITOR

VÁLIDO SOMENTE COM MARCA D'ÁGUA - JUSTIÇA ELEITORAL

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PENAL

NÃO PLASTIFICAR

 POLÍCIA DIRETO



Diomilton Souza Santos

ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GORE & SONS

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG 16.159.227-92 DATA DE EXPEDIÇÃO 03-05-2016

NOME DIOMILTON SOUSA SANTOS

FILIAÇÃO DURVALINO RODRIGUES DOS SANTOS
MARIA SOUSA ARAUJO

NATURALIDADE CARAÍBAS BA DATA DE NASCIMENTO 08-04-1995

DOC ORIGEM C.NAS. CM ANAGÉ BA DS
SEDE LV A64 FL 217 RT 017229

CPF 059.203.325-22

João de Maria de A. A. Res

ASSINATURA DO(A) DIRETOR(A)

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GORE & SONS

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 15944351 20 DATA DE EMISSÃO 01/08/2008

NOME JEFERSON SANTOS LIMA

FILIAÇÃO JERSON FERREIRA LIMA
ABMALIA DOS SANTOS LIMA

LOCALIDADE VITORIA DA CONQUISTA BA DATA DE NASCIMENTO 14/06/1996

SOC ORIGIN CER-NAS CM-ANAGE BA

DST-SEDE L-A65-F-070 R-017837

Assinado digitalmente por JEFERSON SANTOS LIMA

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO PEDRO MELLO

SAC

Assinado digitalmente por JEFERSON SANTOS LIMA

CARTEIRA DE IDENTIDADE

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal

Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número 071.902.385-81

Nome JEFERSON SANTOS LIMA

Nascimento 14/06/1996

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CÓDIGO DE CONTROLE 9134.712E.6ABA.6799

A autenticidade deste comprovante deverá ser confirmada na Internet, no endereço www.receita.fazenda.gov.br

Comprovante emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil

às 12:02:10 do dia 24/08/2012 (hora e data de Brasília)

digito verificador: 00

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
REGISTRO GERAL	11933897 12	DATA DE EXPEDIÇÃO	18/11/1999
NOME JANE CLEIDE OLIVEIRA MATOS			
FILIAÇÃO JOSE RODRIGUES DE OLIVEIRA MARIA DE LOURDES DOS SANTOS OLIVEIRA			
NATURALIDADE	VITORIA DA CONQUISTA BA	DATA DE NASCIMENTO	06/10/1969
DDC ORDEM CER-CAS CM-V DA CONQUISTA BA			
DST-1 OFICIO L-B60 F-249 R-006376			
CPF SALVADOR-BA			
ASSINATURA DO DIRETOR		ASSINATURA DO TITULAR	
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83		CARTEIRA DE IDENTIDADE	

MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de inscrição

020.836.895-77

Nome

JANE CLEIDE OLIVEIRA MATOS

Nascimento

06/10/1969

Emissão

Correios

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

NÃO PLASTIFICAR



Maria Belarmine Almeida de Oliveira

ADMINISTRAÇÃO DE IDENTIFICAÇÃO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

BRUNO A. SILVA & FILHO

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG 05.350.874-20 DATA DE EXPEDIÇÃO 08-10-2013

NOME MARIA BERLAMINA ALMEIDA DE OLIVEIRA

RELACIONAMENTO ALBERTINO DA SILVA OLIVEIRA

MARIA ALAIDES MATOS DE ALMEIDA

NATURALIDADE ANAGÉ BA DATA DE NASCIMENTO 25-10-1965

DOC CRISEN C.CAS. CM ANAGÉ BA DS

SEDE LV 00015 FL 066 RT 0000723

CPF 578.463.405-49

Harilda M. de Oliveira fant

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

TRONAL S.A. & FILHO

DESTINATÁRIO:
MINISTÉRIO DAS COMUNICAÇÕES.
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇO
DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA.

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS
BLOCO - R - ANEXO-B - SALA 300-0
70.044-900 - BRASÍLIA - DF.



OPERADOR LOGÍSTICO OFICIAL

Correios



(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

(77) 38482254
REM: RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL.
AV. EDSON SOARES, 975 - B. Augusto VIEIRA.
45180-000 - ANAGE - BA.

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.041859/2015 Localidade / UF: ANAGÉ/BA
Entidade: RADIO COMUNITARIA DE AMPARO SOCIAL
Aviso: 3 Publicação: 22/12/1998 Prazo: 45 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Maria Belarmina Almeida de Oliveira	578.463.405-49	Diretor Cultural	18/01/2016 18/01/2020	
Luciene Azevedo Nolasco Oliveira	009.526.455-80	Vice-Presidente	18/01/2016 18/01/2020	
Diomilton Sousa Santos	059.203.325-22	Diretor Financeiro	18/01/2016 18/01/2020	
Jeferson Santos Lima	071.902.385-81	Diretor de Operações	18/01/2016 18/01/2020	
Moabe Luz Alves Vieira	050.802.045-08	Secretário Geral	18/01/2016 18/01/2020	
ISNALI DA SILVA MATOS	441.001.915-53	Presidente	18/01/2016 18/01/2020	(77) 998482254 (77) 34352677
Jane Cleide Oliveira Matos	020.836.895-77	Diretor de Patrimônio	18/01/2016 18/01/2020	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. 2 (Requerimento 0852396).
 - 1.1) Data de postagem/SEI: 23.11.2015.
 - 1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.
- 2) Estatuto Social: fls. 3 a 14 (Ofício 0987024).
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º;
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 3º;
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 4º;
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 4º;
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 11;
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 17 e ss.;
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: arts. 10 e 31, § 4º;
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 15 e 16.
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 3 a 14 (Ofício 0987024). (18.1.2016 - 18.1.2020)
Presidente: Isnali da Silva Matos;
Vice-Presidente: Luciene Azevedo Nolasco Oliveira;
Secretário(a) Geral: Moabe Luz Alves Vieira;
Diretor(a) Financeiro(a): Diomilton Sousa Santos;
Diretor(a) de Operações: Jeferson Santos Lima;
Diretor(a) Cultural e de Comunicação Social: Maria Belarmina Almeida de Oliveira;
Diretor(a) de Patrimônio: Jane Cleide Oliveira Matos.
- 4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 7 a 13 (Ofício 003 1228069).
- 5) CNPJ: fl. 22 (Ofício 0987024).
- 6) Certidão Negativa da Anatel: fl. 3 (Requerimento 0852396).
- 7) Declaração de conformidade: fl. 4 (Requerimento 0852396).
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 3/4 (Ofício 003 1228069). Irregular.

*****PENDÊNCIAS ENCONTRADAS:**

- O Conselho Comunitário é composto por apenas dois representantes de entidades legalmente instituídas. Portanto, uma vez que o Conselho foi irregularmente constituído, isso implica a irregularidade do relatório.

*****CONCLUSÕES:**

- Sobre o vínculo político apontado na Nota Técnica nº 97/2016 0908823, a irregularidade foi sanada, uma vez que a Associação procedeu à eleição para substituição do membro impedido.

- Foi realizada pesquisa de vínculo em relação aos dirigentes e não foi verificada irregularidade.

- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Acompanhamento e Avaliação de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 19985/2016/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.041859/2015-86.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. A **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL**, executante do serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Anagé**, estado da **Bahia**, apresentou resposta à exigência contida na Nota Técnica nº 10901/2016/SEI-MC.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.	Art. 131, inciso V	Último relatório do Conselho Comunitário.	<p>O Conselho Comunitário é composto por apenas dois representantes de entidades legalmente instituídas, conforme previsão do art. 114 da Portaria, uma vez que constam: um representante de "Associação de Classe Benemérita", um de "Associação de Moradores da Comunidade Local" e um de "Classe Religiosa".</p> <p>Assim, para prosseguimento do Processo, é necessário que os <u>conselheiros sejam representantes de entidades legalmente instituídas, ou seja, que possuam inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas.</u></p> <p>Ressalta-se que o relatório a ser encaminhado deve obedecer ao disposto no art. 116 da Portaria.</p> <p><u>Observação 1:</u> poderão indicar representantes para compor o Conselho Comunitário, dentre outras, as entidades de classe, beneméritas, religiosas, de</p>

		<p>moradores, associações rurais, sindicatos etc.</p> <p>Observação 2: os dirigentes da entidade interessada bem como representantes da Administração Pública ou de Conselhos Profissionais (OAB, CRM, CRA, etc.) não podem ser membros do Conselho Comunitário e, portanto, não podem assinar o relatório.</p> <p>Observação 3: o relatório do Conselho Comunitário deverá contar com a assinatura de todos os seus conselheiros, em número mínimo de 5 (cinco), <u>com a indicação das respectivas entidades representadas pelos membros.</u></p>
--	--	---

3. Salienta-se que esta solicitação será a última que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 132, II da Portaria nº 4334, de 2015.

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.

5. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.

6. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo *e-mail*: duvidasradcom@comunicacoes.gov.br.

7. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado no Ministério das Comunicações.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele**, **Chefe de Serviço**, em 10/08/2016, às 15:01, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 16/08/2016, às 13:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1283130** e o código CRC **32499506**.

Minutas e Anexos

Não Possui.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 30073/2016/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL**.

Avenida Edson Soares, nº 975 - Bairro: Augusto Vieira

45.180-000 - Anagé - BA

CNPJ nº 02.449.087/0001-04

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.041859/2015-86.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 19985/2016/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 16/08/2016, às 13:26, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1283183** e o código CRC **FC49110E**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 30073/2016/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.041859/2015-86 - Nº SEI: 1283183

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NOME OU RAZÃO SOCIAL

ENDEREÇO / ADDRESS

CEP / CODE POSTAL

SCE/CGRC

OFICIO nº 30073/2016/SEI- MCTIC, de 16/08/2016

Nº DO PROCESSO: 53900.041859/2015-86

RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL.

AVENIDA EDSON SOARES, Nº 975 - AUGUSTO VIEIRA

45.180-000

ANAGÉ - BA

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE

☐ EMS

☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATION

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

03749770 01 BA

Jorgevalter L. Carvalho
Mat. 808731-7

30 AGO 2016

BA

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE
RECEBIMENTO

AVIS CN07

AR

JG 09142728 6 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA NACIONAL

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

____/____/____

: h

____/____/____

: h

____/____/____

: h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

Serviço Público Federal
Ministério de Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Fórum dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL
AV. EDSON SOARES, 975 – BAIRRO AUGUSTO VIEIRA
ANAGÉ – BAHIA – CNPJ: 02.449.087.0001-04
TELEFONE: (77) 3435-2677 – (77) 998089492

Ofício n.º 002/2016.

Anagé, 30 de Setembro de 2016.

Ministério das Comunicações

Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária.

Prezado Coordenador Geral,

Assunto: Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise de Processo 53900.041859/2015-86

Referência : Ofício 30073/2016/SEI-MCTIC

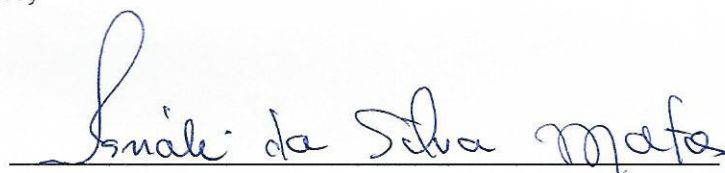
Pelo exposto, solucionamos as pendências, para o bom andamento do processo em referencia em que ansiosos aguardamos o Deferimento por este órgão competente.

Item -01 – Estamos encaminhando o último relatório do Conselho Comunitário, adequando ao solicitado, ART. 114

Item -02 – estamos encaminhando cópia do RG e CPF dos Representantes de Associações. para comprovar a maioria/nacionalidade, conforme solicitado.

Pelas providências que Vossa Senhoria puder determinar no sentido de agilizar o processo de nosso pleito, antecipamos nossos sinceros

Atenciosamente,

A handwritten signature in blue ink, reading "Isnali da Silva Matos". The signature is written in a cursive style with a large initial 'I' and a long horizontal stroke at the end.

ISNALI DA SILVA MATOS

Representante Legal

ATA PARA CRIAÇÃO DO CONSELHO COMUNITÁRIO SOBRE A PROGRAMAÇÃO VEICULADA PELA EMISSORA.

AUTORIZAR A EXECUTAR O SERVIÇO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA NO MUNICÍPIO DE ANAGÉ ESTADO DA BAHIA.



Aos 30 dias do mês de Setembro do ano de dois mil e dezesseis (2016), às 10:00 horas, na Sede da Rádio Comunitária de Amparo Social, sito à Avenida Edson Soares, 975, Bairro Augusto Vieira, nesta cidade de Anagé, Bahia. Reuniram-se em sessão exclusiva especificamente para constituir normas sobre a programação veiculada pela emissora tendo a presença da Diretoria Executiva e as Entidades representativas para este fim, como: **1 - Representando a classe Beneméritos a Sra. LOANA ALMEIDA AMARAL, 2 - Representando a AMCAPIMA - Associação Mantenedora da Casa de Acolhimento da Pessoa Idosa e Promoção de Pessoas no Município de Anagé - CNPJ: 22.861.062/0001-20 - Representante Legal - GENILDO GONÇALVES DE SOUSA. 3 - Representando a Classe Religiosa a Sra. NOEMIA 4 - Representando a Associação dos Moradores das Fazendas BAIXINHA, RIBEIRAO, DA TOCA E CONDONGA - AMBRIC - CNPJ: 05.086.271/0001-25 Presidente o Sr. ABMAILDO DOS SANTOS BRITO, 5 - Representando o Sindicato dos Pequenos Produtores Rurais do Município de Anagé o Sr. JOSÉ DO CARMO ALMEIDA DE OLIVEIRA.** Com o objetivo de acompanhar a Programação da Emissora com vista ao atendimento do interesse exclusivo da comunidade e dos princípios estabelecidos, no Art. 4º da Lei número 9.612 de Fevereiro de 1998. O Conselho aqui constituído e reunido para descrição da Grade de Programação. A Rádio Comunitária de Amparo Social de Anagé Bahia veicula na programação da seguinte forma: das 06h00minh, às 08h00minh, Programa Amanhecer na Vila, das 08h00minh às 10h00minh Programa toca Tudo na Vila, das 10:00 hs às 12: 00 hs. Programa Rotação Máxima e informações \SESC e \SENAC e Serviços de Utilidade Pública. Das 12:00 às 13:00 hs, Jornal Informativo a Comunidade Local da Zona Rural de Anagé, das 13:00 hs às 16:00 hs, espaço aberto para Programas das Igrejas Evangélicas, das 16:00 hs às 18: 00 hs, Programa Entardecer na Vila Nova, tocando músicas sertanejas diversas em homenagem ao homem do campo, das 18:00 hs às 19:00 hs, Programa Religioso para a Comunidade, das 19:00 hs, às 20:00 hs, Programa Nacional em Cadeia de Rádio Nacional, A Voz do Brasil e das 20:00 hs às 22:00 hs, Programa As Melhores do Passado Nacional. A Programação da emissora está adequada às finalidades e aos princípios (Art. 3.º e Art.

Loana Almeida Amaral



4.º), do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Logo após o Conselho aprovou a Programação da Radiodifusão Comunitária descrita como: RÁDIO VILA NOVA FM 87,9 – situada à Avenida Edson Soares 975, Bairro Augusto Vieira, neste município de Anagé, Estado da Bahia, CNPJ sob número 02.449.087/0001-04. O Conselho Comunitário fez avaliação a respeito da Programação considerando normalidade do apoio cultural recebido por esta Emissora, por seus associados e comunidade local, considerando as finalidades legais do serviço prestado a comunidade de Anagé Bahia, pela Radiodifusão Comunitária. Não havendo nada mais a tratar nesta data o Conselho Comunitário aqui constituído determinou a lavratura desta ata para efeitos legais obedecendo aos princípios da Lei vigente: vai devidamente assinada pelos Conselheiros representantes das entidades aqui firmados.



LOANA ALMEIDA AMARAL

Representando a Classe Benemérita



Presidente - Sr. GENILDO GONÇALVES DE SOUSA

AMCAPIMA - Associação Mantenedora da Casa de Acolhimento da Pessoa Idosa e Promoção de Pessoas no Município de Anagé – CNPJ: 22.861.062/0001-20



NOÊMIA DAMASCENA SILVA,

Representando a Classe Religiosa.



Presidente o Sr. ABMAILDO DOS SANTOS BRITO

Associação dos Moradores das Fazendas BAIXINHA, RIBEIRAO, DA TOCA E CONDONGA – AMBRIC – CNPJ: 05.086.271/0001-25



JOSE DO CARMO ALMEIDA DE OLIVEIRA

Representando Moradores da Comunidade Local.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 05.086.271/0001-25 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 15/04/2002
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO DOS MORADORES DAS FAZENDAS BAIXINHA, RIBEIRAO DA TOCA E CONDONGA - AMBRIC			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) ASSOCIACAO DOS MORADORES - AMBRIC			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO FAZ BAIXINHA	NÚMERO S/N	COMPLEMENTO ZONA RURAL	
CEP 45.180-000	BAIRRO/DISTRITO POVOADO DE BAIXINHA	MUNICÍPIO ANAGE	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **13/10/2016** às **09:18:15** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 05.086.271/0001-25
ASSOCIACAO DOS MORADORES DAS FAZENDAS
NOME EMPRESARIAL: BAIXINHA, RIBEIRAO DA TOCA E CONDONGA -
AMBRIC
CAPITAL SOCIAL:

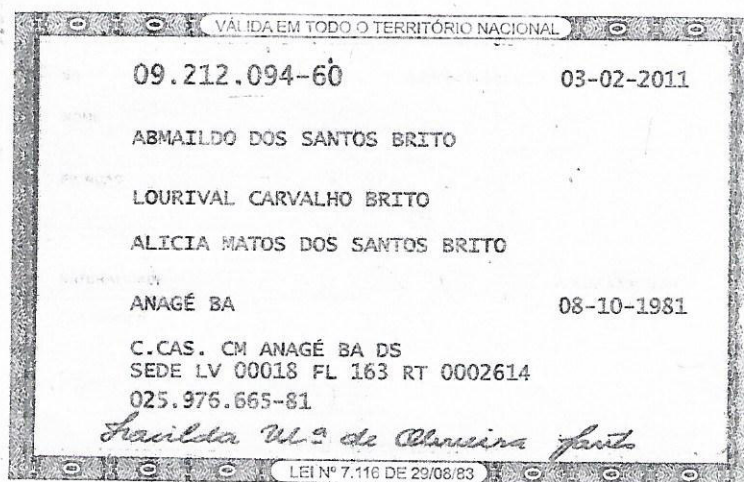
O Quadro de Sócios e Administradores (QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	ABMAILDO DOS SANTOS BRITO
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 13/10/2016 às 09:18 (data e hora de Brasília).

© Copyright Receita Federal do Brasil - 13/10/2016



Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 22.861.062/0001-20 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 08/07/2015
NOME EMPRESARIAL ASSOCIACAO MANTENEDORA DA CASA DE ACOLHIMENTO DA PESSOA IDOSA E PROMOCAO DE PESSOAS NO MUNICIPIO DE ANAGE			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) AMCAPIMA			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS Não informada			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - ASSOCIACAO PRIVADA			
LOGRADOURO R VIEIRA DE MELO	NÚMERO 20	COMPLEMENTO	
CEP 45.180-000	BAIRRO/DISTRITO CENTRO	MUNICÍPIO ANAGE	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO MACKENZIE@VELOXMAIL.COM.BR		TELEFONE (77) 2101-4900	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/07/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **13/10/2016** às **09:16:35** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

© Copyright Receita Federal do Brasil - 13/10/2016

Consulta Quadro de Sócios e Administradores - QSA

CNPJ: 22.861.062/0001-20
ASSOCIACAO MANTENEDORA DA CASA DE
NOME EMPRESARIAL: ACOLHIMENTO DA PESSOA IDOSA E PROMOÇÃO DE
PESSOAS NO MUNICÍPIO DE ANAGE
CAPITAL SOCIAL:

O Quadro de Sócios e Administradores(QSA) constante da base de dados do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) é o seguinte:

Nome/Nome Empresarial:	GENILDO GONCALVES DE SOUSA
Qualificação:	16-Presidente

Para informações relativas à participação no QSA, acessar o E-CAC com certificado digital ou comparecer a uma unidade da RFB.

Emitido no dia 13/10/2016 às 09:17 (data e hora de Brasília).

© Copyright Receita Federal do Brasil - 13/10/2016

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO

MAIOR DE 60 ANOS

NÃO PLASTIFICAR

Genildo Gonçalves de Sousa
ASSINATURA DO TITULAR

CARTEIRA DE IDENTIDADE

THOMAS GREG & C. 02005

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

RG 00.737.866-16 DATA DE EMISSÃO 21-10-2013

NOME GENILDO GONÇALVES DE SOUSA

PRIMEIRO NOME PÉRICLES AMÂNCIO DE SOUSA

TERCEIRO NOME BERENICE GONÇALVES DE SOUSA

NATURA NATURALIZADO JEQUIÉ BA DATA 21-07-1948

ENDEREÇO C. CAS. CM VITÓRIA DA CONQUISTA BA DS
2º OFÍCIO LV B1A FL 002 RT 000003

CPF 069.663.495-34

Favileta M. de Oliveira

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

THOMAS GREG & C. 02005

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.041859/2015 Localidade / UF: ANAGÉ/BA
Entidade: RADIO COMUNITARIA DE AMPARO SOCIAL
Aviso: 3 Publicação: 22/12/1998 Prazo: 45 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Maria Belarmina Almeida de Oliveira	578.463.405-49	Diretor Cultural	18/01/2016 18/01/2020	
Luciene Azevedo Nolasco Oliveira	009.526.455-80	Vice-Presidente	18/01/2016 18/01/2020	
Diomilton Sousa Santos	059.203.325-22	Diretor Financeiro	18/01/2016 18/01/2020	
Jeferson Santos Lima	071.902.385-81	Diretor de Operações	18/01/2016 18/01/2020	
Moabe Luz Alves Vieira	050.802.045-08	Secretário Geral	18/01/2016 18/01/2020	
ISNALI DA SILVA MATOS	441.001.915-53	Presidente	18/01/2016 18/01/2020	(77) 998482254 (77) 34352677
Jane Cleide Oliveira Matos	020.836.895-77	Diretor de Patrimônio	18/01/2016 18/01/2020	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. 2 (Requerimento 0852396).
 - 1.1) Data de postagem/SEI: 23.11.2015.
 - 1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.
- 2) Estatuto Social: fls. 3 a 14 (Ofício 0987024).
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º;
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 3º;
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 4º;
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 4º;
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 11;
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 17 e ss.;
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: arts. 10 e 31, § 4º;
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 15 e 16.
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 3 a 14 (Ofício 0987024). (18.1.2016 - 18.1.2020)
Presidente: Isnali da Silva Matos;
Vice-Presidente: Luciene Azevedo Nolasco Oliveira;
Secretário(a) Geral: Moabe Luz Alves Vieira;
Diretor(a) Financeiro(a): Diomilton Sousa Santos;
Diretor(a) de Operações: Jeferson Santos Lima;
Diretor(a) Cultural e de Comunicação Social: Maria Belarmina Almeida de Oliveira;
Diretor(a) de Patrimônio: Jane Cleide Oliveira Matos.
- 4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 7 a 13 (Ofício 003 1228069).
- 5) CNPJ: fl. 22 (Ofício 0987024).
- 6) Certidão Negativa da Anatel: fl. 3 (Requerimento 0852396).
- 7) Declaração de conformidade: fl. 4 (Requerimento 0852396).
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 3/4 (Petição 1448046). Irregular.

*****PENDÊNCIAS ENCONTRADAS:**

- O Conselho Comunitário ainda é composto por apenas dois representantes de entidades legalmente constituídas. Portanto, uma vez que o Conselho foi irregularmente constituído, isso implica a irregularidade do relatório.

*****CONCLUSÕES:**

- Sobre o vínculo político apontado na Nota Técnica nº 97/2016 0908823, a irregularidade foi sanada, uma vez que a Associação procedeu à eleição para substituição do membro impedido.
- Foi realizada pesquisa de vínculo em relação aos dirigentes e não foi verificada irregularidade.
- A Associação novamente não regularizou o Conselho Comunitário, conforme disposto na Nota Técnica nº 19985/2016 1283130, de forma que será sugerida a não renovação da outorga.
- Será elaborada Nota Técnica a fim de cientificar a Radiodifusora acerca da decisão.

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 131/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.041859/2015-86.**

Assunto: **Não renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Anagé**, estado da **Bahia**.

ANÁLISE

2. O interesse em renovar a outorga do serviço foi apresentado em 23/11/2015 (à fl. 2 do Requerimento 0852396), e o prazo para a solicitação de renovação se encerrava no mesmo dia. Portanto, o pedido de renovação de outorga é tempestivo.

3. No entanto, após análise dos autos, verificou-se o que segue:

3.1. Por meio da Nota Técnica nº 10901/2016/SEI-MC 1116346, informou-se que, em relação à documentação encaminhada, constavam as seguintes pendências: I) o Conselho Comunitário não era composto por representantes de entidades legalmente instituídas; e II) deveriam ser encaminhados CPFs e comprovantes de maioria e de nacionalidade de membro da diretoria.

3.2. Em resposta, a Associação protocolizou o Ofício 003 1228069, por meio do qual respondeu satisfatoriamente à exigência II. Todavia, o Conselho Comunitário continuou irregularmente constituído, uma vez que era composto por apenas dois representantes de entidades.

3.3. Em razão disso, emitiu-se a Nota Técnica nº 19985/2016/SEI-MCTIC 1283130, na qual se informou que:

O Conselho Comunitário é composto por apenas **dois** representantes de entidades legalmente instituídas, conforme previsão do art. 114 da Portaria [nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015], uma vez que constam: um representante de "Associação de Classe Benemérita", um de "Associação de Moradores da Comunidade Local" e um de "Classe Religiosa".

Assim, para prosseguimento do Processo, é necessário que os **conselheiros sejam representantes de entidades legalmente instituídas**, ou seja, que **possuam inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas**.

Ressalta-se que o relatório a ser encaminhado deve obedecer ao disposto no art. 116 da Portaria. [grifos no original]

3.4 Na mesma Nota Técnica, informou-se que a "solicitação será a última que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 132, II da Portaria nº 4334, de 2015" (grifo no original).

3.5. A Associação respondeu por meio da Petição 1448046. No entanto, verificou-se que a exigência contida na Nota Técnica nº 19985/2016/SEI-MCTIC não foi atendida, uma vez que o Conselho Comunitário continua composto por apenas duas entidades legalmente constituídas, a saber, "AMCAPIMA - Associação Mantenedora da Casa de Acolhimento da Pessoa Idosa e Promoção de Pessoas no Município de Anagé" e "Associação dos Moradores das Fazendas Baixinha, Ribeirão, da Toca e Condonga". Os demais conselheiros são representantes da "Classe Benemerita", da "Classe Religiosa" e dos "Moradores da Comunidade Local".

3.6 Inclusive, a Radiodifusora encaminhou cópias dos comprovantes de inscrição e de situação cadastral na Receita Federal (CNPJ) das únicas duas entidades legalmente constituídas (fls. 5 e 7 da Petição 1448046), comprovando que as demais "entidades" não estão regularmente constituídas.

4. Portanto, com base no art. 6º, § único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, segundo o qual "A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes", e no art. 132, II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, segundo o qual "A renovação será indeferida nos casos em que: [...] II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações", será sugerido o indeferimento da renovação da outorga.

CONCLUSÃO

5. Com base nesses argumentos, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pela **não renovação** da outorga da Entidade. Sugere-se, ainda, que a Radiodifusora seja instada a se manifestar, em atendimento aos Princípios do Contraditório e da Ampla Defesa.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 04/01/2017, às 09:18, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 13/01/2017, às 09:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1600925** e o



código CRC **E0EF1AE0**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.041859/2015-86

SEI nº 1600925



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 256/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL**.

Avenida Edson Soares, nº 975 - Bairro: Augusto Vieira

45.180-000 - Anagé - BA

CNPJ nº 02.449.087/0001-04

Assunto: **Encaminhamento de Nota Técnica relativa à análise do processo nº 53900.041859/2015-86.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópia da **NOTA TÉCNICA Nº 131/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria, que trata de pendências encontradas nos autos.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 13/01/2017, às 09:10, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1600994** e o código CRC **1D33F0E0**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 256/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.041859/2015-86 - Nº SEI: 1600994



Correios
R\$ 10,95
17.01.17 - 16:30
CARTA
AGF VIA POSTAL / BSB

AO REMETENTE

SCE/SERCO
Ofício nº 256/2017/SEI-MCTIC, 13/01/2017
53900.041859/2015-86
RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL.
AVENIDA EDSON SOARES, Nº 975 - AUGUSTO VIEIRA
45.180-000 ANAGÉ - BA

AO REMETENTE



Correios		REGISTRADO URGENTE REGISTERED PRIORITY	
AR	MP	PESO / WEIGHT (kg)	
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	0.030	
JR 75043567 0 BR			

33651



AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JR 75043367 0 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
Cidade / Localidade: 70044-900 - Brasília - DF

UF
BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

(ETIQUETA OU CARIMBO MP)

EMPRESA BRASILEIRA DE
CORREIOS E TELÉGRAFOS

- ☐ MUDOU-SE ☐ FALECIDO
☐ DESCONHECIDO ☐ AUSENTE
☐ RECUSADO ☐ NÃO PROCURADO
☐ ENDEREÇO INSUFICIENTE
☒ NÃO EXISTE O Nº INDICADO

☐ INFORMAÇÃO ESCRITA PELO POSTEIRO
OU SÍNDICO

REINTEGRADO AO SERVIÇO POSTAL

EM

EM

Assessoria de Arquivo
Cartero
1687607

Serviço Público Federal
Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Departamento de Outorga de Serviços de Comunicação Eletrônica
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-O
70044-900 - Brasília - DF



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 7319/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

Representante Legal da **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL**.

Avenida Edson Soares, nº 975 - Bairro: Augusto Vieira

45.180-000 - Anagé - BA

CNPJ nº 02.449.087/0001-04

Assunto: **Encaminhamento de ofício devolvido pelos Correios.**

Referência: **Processo nº 53900.041859/2015-86.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar o Ofício nº 256/2017/SEI-MCTIC, devolvido pelos correios pelo seguinte motivo: (...) não existe o número indicado.

2. Dessa forma, solicitamos que a entidade atualize junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema desenvolvido pelo MiniCom que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: <http://www.comunicacoes.gov.br/sei/cadsei> ou duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 21/02/2017, às 14:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **1692557** e o código CRC **295022F3**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 7319/2017/SEI-MCTIC -
Processo nº 53900.041859/2015-86 - Nº SEI: 1692557

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

NOME OU RAZÃO SOCIAL

SERAD/CGRC

ENDEREÇO / ADDRESS

Ofício nº 7319 /2017/SEI-MCTIC, 21/02/2017
53900.041859/2015-86

CEP / CODE POSTAL

RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL
AVENIDA EDSON SOARES, Nº 975 - AUGUSTO VIEIRA
45.180-000 ANAGÉ - BA

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RECEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATIONLOCAL DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RECEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO
SIGNATURE DE L'AGENT

03799770 01/BA

L. Carvalho
Mat. 0088731-7

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO



AVISO DE RECEBIMENTO
AVIS CN07

AR

JR 69427730 4 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

24 FEV 2017

UNIDADE DE POSTAGEM / BUREAU DE DÉPÔT

AGÊNCIA-MINICOM

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
:	h	:	h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM DU RAISON SOCIAL DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal Ministério da Comunicação Secretaria de Políticas de Comunicação Eletrônica Departamento de Serviços de Comunicação Eletrônica Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo B Sala 300-U		UF	BRASIL BRÉSIL
CIDADE / LOCALIDADE - Brasília - DF			

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>	<input type="text"/>
----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------	----------------------

Anagé, 06 de abril de 2017.

Ao
Coordenador-Geral de Radiodifusão Comunitária
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Telecomunicações
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Ref.: Recurso de defesa relativo ao Processo nº 53900.052836/2016-88


Ass.: Resposta ao Ofício nº 7319/2017/SEI-MCTIC

Prezado(a) Senhor(a),

A **Rádio Comunitária de Amparo Social** outorgada a executar o serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Anagé, Estado da Bahia, vem por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, encaminhar a sua defesa relativa ao Ofício nº 7319/2017/SEI-MCTIC, que trata de pendências relacionadas ao Conselho Comunitário e ao processo de renovação de outorga em andamento.

A **Rádio Comunitária de Amparo Social** recebeu a deliberação do Congresso Nacional publicada no DOU em 23 de dezembro de 2005. Desde então realiza um importante trabalho em sua comunidade, promovendo o desenvolvimento social, cultural, político e comunitário. Esta entidade vem dando oportunidade para a divulgação de idéias, cultura, tradições e hábitos e tem ajudado a unir e integrar a comunidade, estimulando o lazer, a cultura e o convívio social. A emissora de **Rádio Comunitária de Amparo Social**, portanto, têm um papel de suma importância na história da comunidade que está representando.

As duas solicitações anteriormente encaminhadas não foram corretamente atendidas, a saber: 1) Ofício nº 256/2017/SEI-MCTIC e a Nota Técnica nº 131/2017/SEI-MCTIC relativos ao processo nº 53900.041859/2015-86, informaram que as pendências relativas ao Conselho de Programação da **Rádio Comunitária de Amparo Social** ainda não haviam sido sanadas; 2) A exigência feita pela Nota Técnica nº 19985/2016/SEI-MCTIC com relação as entidades vinculadas ao Conselho Comunitário foram incorretamente interpretados por esta Diretoria. Desta forma, ocorreu uma resposta por meio da Petição nº 1448046 que, infelizmente, não atendeu as pendências estabelecidas. Entendendo a gravidade da situação resultante foi elaborado este Ofício de Defesa que traz em anexo os documentos ora solicitados no Ofício nº 7319/2017/SEI-MCTIC.



A **Rádio Comunitária de Amparo Social** procurou outras 03 (três) entidades da comunidade, todas legalmente constituídas conforme anexo, para que fizessem parte do Conselho Comunitário de nossa entidade. Desta forma, foi realizada uma nova assembléia de eleição do Conselho Comunitário de forma a validar os novos membros. Sendo assim, foram estabelecidos os 05 (cinco) membros do Conselho Comunitário representantes de 05 entidades locais:

Associação Mantenedora da Casa de Acolhimento da Pessoa Idosa e Promoção de Pessoas no Município de Anagé – CNPJ: 22.861.062/0001-20

Associação dos Moradores das Fazendas Baixinha, Ribeirão da Toca e Condonga – CNPJ: 05.086.271/0001-25;

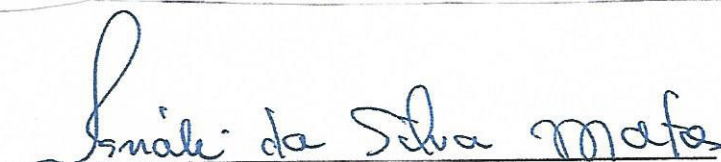
Associação dos Pequenos Agricultores Rurais de Três Lagoas – CNPJ: 13.892.085/0001-01

Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Duas Barras – CNPJ: 05.467.206/0001-40

Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais do Povoado Ribeirão da Toca – CNPJ: 09.597.233/0001-98

A **Rádio Comunitária de Amparo Social** solicita que o seu pedido de Renovação de Outorga tenha continuidade, uma vez estando solucionadas todas as pendências. Desta forma, se compromete a manter seu papel de comunicação com a comunidade e de manter as suas atividades sempre regularizadas com as Leis e Normas que regulamentam o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Atenciosamente,



Isnali da Silva Matos
Representante Legal
Rádio Comunitária de Amparo Social

Endereço para correspondência:

Avenida Edson Soares nº 975 – Bairro Augusto Vieira
CEP 45.180-000 Anagé - BA

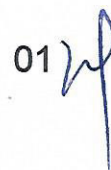


Ata do Conselho Comunitário sobre a alteração dos conselheiros e aprovação da grade de programação da emissora de Rádio Comunitária Vila Nova FM

Aos 06 (seis) dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às 10:00h na sede da Rádio Comunitária de Amparo Social, situada à Avenida Edson Soares, 975, Bairro Augusto Vieira, nesta cidade de Anagé, Bahia. Reuniram-se em sessão especificamente para adequar os membros do Conselho Comunitários com as normas estabelecidas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações e aprovar a programação da grade da emissora, tendo a presença da Diretoria Executiva e as Entidade Representativas para este fim. Desta forma, de acordo com a Portaria nº 4334/2015/SEI-MC o Conselho Comunitário deve ser composto por 05 (cinco) representante de entidades legalmente constituídas, ou seja, que possuam inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, ficando assim o constituído o Conselho Comunitário: 1- Representando a Associação Mantenedora da Casa de Acolhimento da Pessoa Idosa e Promoção de Pessoas no Município de Anagé – CNPJ: 22.861.062/0001-20 – Representante Legal - Sr. Genildo Gonçalves de Souza. 2- Representando a Associação dos Moradores das Fazendas Baixinha, Ribeirão da Toca e Condonga – CNPJ: 05.086.271/0001-25 – Representante Legal – Sr. Abmaildo dos Santos Brito. 3- Representando a Associação dos Pequenos Agricultores Rurais de Três Lagoas – CNPJ: 13.892.085/0001-01 – Representante Legal – Sra. Creusa Palmeira da Silva. 4- Representando a Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Duas Barras – CNPJ: 05.467.206/0001-40 – Representante Legal – Sra. Valdinelia Barbosa Vieira. 5- Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais do Povoado Ribeirão da Toca – CNPJ: 09.597.233/0001-98 – Representante Legal – Sra. Maria Zelia Silva. Com o objetivo de acompanhar a Programação da Emissora com vista ao atendimento do interesse exclusivo da Comunidade e dos princípios estabelecidos, no Art. 4º da Lei número 9.612 de fevereiro de 1998. O Conselho aqui constituído e reunido para descrição da Grade de Programação da



0124



seguinte forma: das 06h00min, as 08h00min: Programa Amanhecer na Vila Nva das 08h00min, as 10h00min: Programa Toca Tudo na Vila, das 10h00min as 12h00min: Programação Rotação máxima e a hora do ouvinte, com informações SESC/SENAC, e serviços de utilidade pública. Das 12h00min as 13h00min, Jornal informativo, acontecimentos das ultimas 24 horas do Brasil e do Mundo, bem como do Sudoeste da Bahia, para comunidade local e da zona rural. Das 13h00min as 16h00min: programa das Igrejas Evangélicas. Das 16h00min as 19h00min, Programa Entardecer na Vila Nova, tocando sertaneja raiz valorizando a cultura, para os ouvintes das comunidades rurais que apreciam essa programação o homem do campo. Das 19h00min as 20h00min: programa a Voz do Brasil em cadeia nacional de rádio. Das 20h00min as 22h00min: programa as melhores do passado.

A programação da emissora está adequada às finalidades e aos princípios (Art. 3º e Art. 4º), do Serviço de Radiodifusão Comunitária. Logo após o Conselho aprovou a Programação da Radiodifusão Comunitária descrita como: Rádio Vila Nova FM 87,9 – Situada à Avenida Edson Soares 975, Bairro Augusto Vieira, neste município de Anagé, Estado da Bahia, CNPJ sob número 02.449.087/0001-04. O conselho comunitário fez avaliação a respeito da Programação considerando normalidade do apoio cultural recebido por esta emissora, por seus associados e comunidade local, considerando as finalidades legais do serviço prestado a comunidade de Anagé - Bahia, pela radiodifusão comunitária. Não havendo nada mais a tratar nesta data o Conselho Comunitário determinou a lavratura desta ata para efeitos legais obedecendo aos princípios da Lei vigente: vai devidamente assinada pelos Conselheiros representantes das entidades aqui firmados.


GENILDO GONÇALVES SOUZA

**Associação Mantenedora da Casa de Acolhimento da Pessoa Idosa e
Promoção de Pessoas no Município de Anagé – CNPJ:
22.861.062/0001-20**

Reconheço por semelhança a(s) firma(s)
retro ou supra em número de 02
assinada(s) por esta 02 com o meu



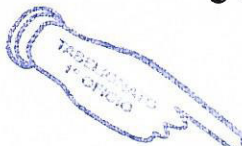
02



Abmaildo dos Santos Brito

ABMAILDO DOS SANTOS BRITO

Associação dos Moradores das Fazendas Baixinha, Ribeirão da Toca
e Condonga – CNPJ: 05.086.271/0001-25;



Creusa Palmeira da Silva

CREUSA PALMEIRA DA SILVA

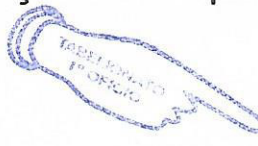
Associação dos Pequenos Agricultores Rurais de Três Lagoas –
CNPJ:13.892.085/0001-01



Valdinélia Barbosa Vieira

VALDINELIA BARBOSA VIEIRA

Associação dos Pequenos Produtores Rurais de Duas Barras – CNPJ:
05.467.206/0001-40



Maria Zélia Silva

MARIA ZELIA SILVA

Associação de Moradores e Pequenos Produtores Rurais do Povoado
Ribeirão da Toca – CNPJ: 09.597.233/0001-98

Reconheço por semelhança a(s) firma(s)
retro ou supra em número de 04
assinado(a) por mim o meu
sinal público.



[Handwritten signature]

03

[Handwritten signature]

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 21063/2017/SEI-MCTIC

Processo de Renovação nº: **53900.041859/2015-86.**

Assunto: **Análise de manifestação.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL**, entidade autorizada para executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Anagé**, estado da **Bahia**.

ANÁLISE

2. Por meio da Nota Técnica nº 131/2017/SEI-MCTIC, 1600925, informou-se à Associação o seguinte:

3.1. Por meio da Nota Técnica nº 10901/2016/SEI-MC 1116346, informou-se que, em relação à documentação encaminhada, constavam as seguintes pendências: I) o Conselho Comunitário não era composto por representantes de entidades legalmente instituídas; e II) deveriam ser encaminhados CPFs e comprovantes de maioria e de nacionalidade de membro da diretoria.

3.2. Em resposta, a Associação protocolizou o Ofício 003 1228069, por meio do qual respondeu satisfatoriamente à exigência II. Todavia, o Conselho Comunitário continuou irregularmente constituído, uma vez que era composto por apenas dois representantes de entidades.

3.3. Em razão disso, emitiu-se a Nota Técnica nº 19985/2016/SEI-MCTIC 1283130, [...].

3.4 Na mesma Nota Técnica, informou-se que a "solicitação será a última que o Ministério das Comunicações fará à Entidade. Dessa maneira, a ausência de resposta, a resposta com apenas parcela dos documentos ou mesmo com documentos desconformes com o que foi solicitado levará, inevitavelmente, ao **indeferimento do pedido de renovação da outorga**, na forma do que determina o art. 132, II da Portaria nº 4334, de 2015" (grifo no original).

3.5. A Associação respondeu por meio da Petição 1448046. No entanto, verificou-se que a exigência contida na Nota Técnica nº 19985/2016/SEI-MCTIC não foi atendida, uma vez que o Conselho Comunitário continua composto por apenas duas entidades legalmente instituídas, a saber, "AMCAPIMA - Associação Mantenedora da Casa de Acolhimento da Pessoa Idosa e Promoção de Pessoas no Município de Anagé" e "Associação dos Moradores das Fazendas Baixinha, Ribeirão, da Toca e Condonga". Os demais conselheiros são representantes da "Classe Benemerita", da "Classe Religiosa" e dos "Moradores da Comunidade Local".

4. Portanto, com base no art. 6º, § único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, segundo o qual "A outorga terá validade de dez anos, permitida a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes", e no art. 132, II da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, segundo o qual "A renovação será indeferida nos casos em que: [...] II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações", será sugerido o indeferimento da renovação da outorga. [grifo no original]

3. Para que fosse possível o atendimento da solicitação, concedeu-se o prazo de 30 dias para resposta.

4. O Ofício nº 256/2017/SEI-MCTIC, que encaminhou a Nota Técnica, foi devolvido pelos Correios em razão de não existir o número indicado, conforme Rastreamento 1687607.

5. Assim, emitiu-se o Ofício nº 7319/2017/SEI-MCTIC, recebido em 10/3/2017, conforme Aviso de Recebimento (AR) 1760921.

6. Em resposta, a Associação encaminhou, **tempestivamente**, em 10/4/2017, a Petição 1802409, na qual alegou o seguinte:

A **Rádio Comunitária de Amparo Social** procurou outras 03 (três) entidades da comunidade, todas legalmente constituídas conforme anexo, para que fizessem parte do Conselho Comunitário de nossa entidade. Desta forma, foi realizada uma nova assembleia [sic] de eleição do Conselho Comunitário de forma a validar os novos membros. Sendo assim, foram estabelecidos os 05 (cinco) membros do Conselho Comunitário representantes de 05 entidades locais: [...].

7. Além disso, anexou, às fls. 3 a 5 da Petição 1802409, o Relatório do Conselho Comunitário acerca da grade de programação assinado pelos cinco representantes de entidades legalmente constituídas.

8. Portanto, uma vez que a Radiodifusora encaminhou, tempestivamente, junto com os esclarecimentos, o relatório do Conselho Comunitário, em razão dos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, será reconsiderada a decisão de não renovação da outorga e o consequente prosseguimento do Processo para análise dos demais documentos.

CONCLUSÃO

9. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária, pelas razões enumeradas nesta Nota Técnica, reconsidera a decisão de não renovação da outorga, de forma que será retomada a análise dos demais documentos para verificação da viabilidade do deferimento da renovação.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele**, **Analista Técnico Administrativo**, em 14/09/2017, às 08:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2215849** e o código CRC **F496FBE5**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.041859/2015-86

SEI nº 2215849

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.041859/2015 Localidade / UF: ANAGÉ/BA
Entidade: RADIO COMUNITARIA DE AMPARO SOCIAL
Aviso: 3 Publicação: 22/12/1998 Prazo: 45 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Maria Belarmina Almeida de Oliveira	578.463.405-49	Diretor Cultural	18/01/2016 18/01/2020	
Luciene Azevedo Nolasco Oliveira	009.526.455-80	Vice-Presidente	18/01/2016 18/01/2020	
Diomilton Sousa Santos	059.203.325-22	Diretor Financeiro	18/01/2016 18/01/2020	
Jeferson Santos Lima	071.902.385-81	Diretor de Operações	18/01/2016 18/01/2020	
Moabe Luz Alves Vieira	050.802.045-08	Secretário Geral	18/01/2016 18/01/2020	
ISNALI DA SILVA MATOS	441.001.915-53	Presidente	18/01/2016 18/01/2020	(77) 998482254 (77) 34352677
Jane Cleide Oliveira Matos	020.836.895-77	Diretor de Patrimônio	18/01/2016 18/01/2020	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. 2 (Requerimento 0852396).
 - 1.1) Data de postagem/SEI: 23/11/2015.
 - 1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.
- 2) Estatuto Social: fls. 3 a 14 (Ofício 0987024).
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º;
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 3º;
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 4º;
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 4º;
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 11;
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 17 e ss.;
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: arts. 10 e 31, § 4º;
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 15 e 16.
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 3 a 14 (Ofício 0987024). (18/1/2016 - 18/1/2020)
Presidente: Isnali da Silva Matos; (2/2/1946 - 441.001.915-53)
Vice-Presidente: Luciene Azevedo Nolasco Oliveira; (15/4/1981 - 009.526.455-80)
Secretário(a) Geral: Moabe Luz Alves Vieira; (8/1/1992 - 050.802.045-08)
Diretor(a) Financeiro(a): Diomilton Sousa Santos; (8/4/1995 - 059.203.325-22)
Diretor(a) de Operações: Jeferson Santos Lima; (14/6/1996 - 071.902.385-81)
Diretor(a) Cultural e de Comunicação Social: Maria Belarmina Almeida de Oliveira; (25/10/1965 - 578.463.405-49)
Diretor(a) de Patrimônio: Jane Cleide Oliveira Matos. (6/10/1969 - 020.836.895-77)
- 4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 7 a 13 (Ofício 003 1228069).
- 5) CNPJ: fl. 22 (Ofício 0987024).
- 6) Certidão Negativa da Anatel: fl. .
- 7) Declaração de conformidade: fl. 4 (Requerimento 0852396).
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 3 a 5 (Petição 1802409).

*****PENDÊNCIAS ENCONTRADAS:**

- Não foi possível emitir certidão negativa da Anatel.

*****CONCLUSÕES:**

- Foi realizada pesquisa de vínculo em relação aos dirigentes e não foi verificada irregularidade.
- Será elaborada Nota Técnica a fim de corrigir a(s) pendência(s) observada(s).

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 21065/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.041859/2015-86.**

Assunto: **Constatação de pendências.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. O Processo versa sobre a renovação da outorga do serviço de Radiodifusão Comunitária deferida à **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL**, na localidade de **Anagé**, estado da **Bahia**.

ANÁLISE

2. Após análise do Processo, observou-se a existência de pendências, conforme descrição a seguir:

O não atendimento, dentro do prazo de 30 (trinta) dias, de qualquer das solicitações listadas abaixo, caracteriza hipótese de indeferimento .			
	Dispositivo	Descrição	Análise
Portaria nº 4334, publicada no DOU de 21/9/2015.	Art. 130, parágrafo único, inciso III	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.	Em consulta ao sítio da Agência Nacional de Telecomunicações – Anatel, verificou-se que a Entidade se encontra devedora. Por essa razão, solicita-se a quitação do(s) débito(s) existente(s) e o encaminhamento da certidão atualizada.

CONCLUSÃO

3. Com base nessas informações, **intima-se** a Entidade para que se manifeste apresentando os documentos e/ou esclarecimentos entendidos como pertinentes.
4. A Entidade deverá apresentar resposta no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de recebimento desta Nota Técnica. Transcorrido esse prazo sem que haja manifestação por parte da interessada, ou caso as respostas não atendam a todos os itens levantados, o pleito de renovação de outorga será indeferido.
5. Em caso de dúvida sobre como cumprir a solicitação feita por esta Nota Técnica, será possível obter os esclarecimentos pelo *e-mail*: duvidasradcom@mctic.gov.br.
6. Por fim, ressalta-se que é obrigação da Entidade manter o endereço de correspondência devidamente atualizado neste Ministério.

À consideração superior.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 14/09/2017, às 08:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/10/2017, às 18:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2215860** e o código CRC **FB805A3B**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.041859/2015-86

SEI nº 2215860



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 40243/2017/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

ISNALI DA SILVA MATOS

Representante Legal da **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL** (CNPJ nº 02.449.087/0001-04)

Avenida Edson Soares, nº 975 - Bairro: Augusto Vieira

45.180-000 - Anagé - BA

Assunto: **Encaminhamento de Notas Técnicas relativas à análise do processo nº 53900.041859/2015-86.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para encaminhar cópias da **NOTA TÉCNICA Nº 21063/2017/SEI-MCTIC** e da **NOTA TÉCNICA Nº 21065/2017/SEI-MCTIC**, desta Secretaria.

2. A esse respeito, fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias, contado a partir da data de recebimento deste ofício, para que essa entidade se manifeste sobre o assunto e apresente a documentação pendente, sob pena da **extinção da outorga**. Solicitamos ainda que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 03/10/2017, às 18:15, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2215867** e o código CRC **AF751465**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 40243/2017/SEI-MCTIC -
Processo nº 53900.041859/2015-86 - Nº SEI: 2215867

Data de Envio:

20/10/2017 14:42:10

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

zingabudy@hotmail.com
contato@b2bsistemas.com.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: @processo@

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor confirmar recebimento.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Peticionamento Eletrônico.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Nota_Tecnica_2215860.html
Oficio_2215867.html

Anagé, 31 de outubro de 2017.

A

Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Telecomunicações
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Ref.: Ofício nº 40243/2017/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.041859/2015-86 - Nº SEI: 2215867.

Ass.: Resposta ao Ofício nº 40243/2017/SEI-MCTIC.

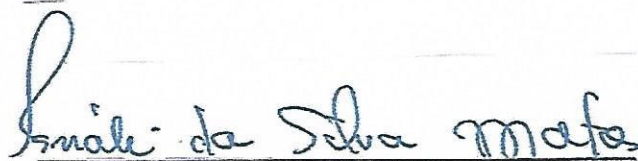
Prezada Senhora,

A **Rádio Comunitária de Amparo Social** outorgada a executar o serviço de Radiodifusão Comunitária no município de Anagé, Estado da Bahia, vem por intermédio de seu representante legal abaixo assinado, encaminhar a sua defesa relativa ao Ofício nº 40243/2017/SEI-MCTIC, que trata de pendências relacionadas ao processo de renovação de outorga em andamento.

A **Rádio Comunitária de Amparo Social** providenciou a quitação dos débitos existentes e então obteve a certidão negativa de débitos de receitas administrativas pela Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel.

Desta forma, a **Rádio Comunitária de Amparo Social** solicita que o seu pedido de Renovação de Outorga tenha continuidade, uma vez estando solucionadas todas as pendências. E assim, se compromete a manter as suas atividades sempre regularizadas com as Leis e Normas que regulamentam o Serviço de Radiodifusão Comunitária.

Atenciosamente,



Isnali da Silva Matos
Representante Legal
Rádio Comunitária de Amparo Social

Endereço para correspondência:

Avenida Edson Soares nº 975 – Bairro Augusto Vieira
CEP 45.180-000 Anagé - BA



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: RADIO COMUN DE AMPARO SOCIAL

CNPJ: 02.449.087/0001-04

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 20:56:36 do dia 30/10/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 29/11/2017.

Certidão expedida gratuitamente.



CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DE RECEITAS ADMINISTRADAS PELA ANATEL

Nome: **RADIO COMUN DE AMPARO SOCIAL**

CNPJ: **02.449.087/0001-04**

Certificamos que não constam, até esta data, pendências em seu nome, relativas às receitas administradas pela Anatel, ressalvado o direito desta agência de cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima que vierem a ser apuradas.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta agência, não constituindo, por conseguinte, prova de inexistência de débitos inscritos em Dívida Ativa da União, administrados pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

Emitida às 12:33:01 do dia 23/11/2017 (hora e data de Brasília).

Válida até 23/12/2017.

Certidão expedida gratuitamente.

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral**Contribuinte,**

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

		REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA			
NÚMERO DE INSCRIÇÃO 02.449.087/0001-04 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL		DATA DE ABERTURA 31/03/1998
NOME EMPRESARIAL RADIO COMUNITARIA DE AMPARO SOCIAL			
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) RADIO GAVI FM			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 94.30-8-00 - Atividades de associações de defesa de direitos sociais			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 94.93-6-00 - Atividades de organizações associativas ligadas à cultura e à arte 94.99-5-00 - Atividades associativas não especificadas anteriormente			
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 399-9 - Associação Privada			
LOGRADOURO AV EDSON SOARES		NÚMERO 975	COMPLEMENTO 1 ANDAR
CEP 45.180-000	BAIRRO/DISTRITO AUGUSTO VIEIRA	MUNICÍPIO ANAGE	UF BA
ENDEREÇO ELETRÔNICO		TELEFONE	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****			
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/02/2015	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL			
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016.

Emitido no dia **23/11/2017** às **12:36:00** (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviço de Radiodifusão
Departamento de Outorga de Serviço de Radiodifusão
ROTEIRO DE ANÁLISE LEGAL DE RADCOM

Identificação do Processo

Número: 53900.041859/2015 Localidade / UF: ANAGÉ/BA
Entidade: RADIO COMUNITARIA DE AMPARO SOCIAL
Aviso: 3 Publicação: 22/12/1998 Prazo: 45 Canal: 200

Processo

1. A Entidade é uma: Associação

2. Quadro Diretivo da Associação ou Fundação

Nome	CPF	Cargo	Mandato	Telefone
Jane Cleide Oliveira Matos	020.836.895-77	Diretor de Patrimônio	18/01/2016 18/01/2020	
Luciene Azevedo Nolasco Oliveira	009.526.455-80	Vice-Presidente	18/01/2016 18/01/2020	
ISNALI DA SILVA MATOS	441.001.915-53	Presidente	18/01/2016 18/01/2020	(77) 998482254 (77) 34352677
Diomilton Sousa Santos	059.203.325-22	Diretor Financeiro	18/01/2016 18/01/2020	
Jeferson Santos Lima	071.902.385-81	Diretor de Operações	18/01/2016 18/01/2020	
Moabe Luz Alves Vieira	050.802.045-08	Secretário Geral	18/01/2016 18/01/2020	
Maria Belarmina Almeida de Oliveira	578.463.405-49	Diretor Cultural	18/01/2016 18/01/2020	

3. Conclusão Geral (Parecer Legal)

Documentos exigidos para a renovação:

- 1) Requerimento de renovação: fl. 2 (Requerimento 0852396).
 - 1.1) Data de postagem/SEI: 23/11/2015.
 - 1.2) Tempestividade: (X) Sim () Não.
- 2) Estatuto Social: fls. 3 a 14 (Ofício 0987024).
 - 2.1) Finalidade de executar o Serviço de Radiodifusão: art. 2º;
 - 2.2) Garantia de ingresso gratuito, como associado: art. 3º;
 - 2.3) Direito de voz e voto aos associados nas instâncias deliberativas: art. 4º;
 - 2.4) Direito de votar e ser votado para os cargos de direção: art. 4º;
 - 2.5) Órgão administrativo e cargos: art. 11;
 - 2.6) Atribuições do Órgão administrativo: art. 17 e ss.;
 - 2.7) Mandato dos membros que compõem a diretoria, limitado ao máximo de quatro anos, admitida uma recondução: arts. 10 e 31, § 4º;
 - 2.8) Conselho Comunitário e modo de funcionamento: arts. 15 e 16.
- 3) Ata de Eleição da Diretoria: fls. 3 a 14 (Ofício 0987024). (18/1/2016 - 18/1/2020)
Presidente: Isnali da Silva Matos; (2/2/1946 - 441.001.915-53)
Vice-Presidente: Luciene Azevedo Nolasco Oliveira; (15/4/1981 - 009.526.455-80)
Secretário(a) Geral: Moabe Luz Alves Vieira; (8/1/1992 - 050.802.045-08)
Diretor(a) Financeiro(a): Diomilton Sousa Santos; (8/4/1995 - 059.203.325-22)
Diretor(a) de Operações: Jeferson Santos Lima; (14/6/1996 - 071.902.385-81)
Diretor(a) Cultural e de Comunicação Social: Maria Belarmina Almeida de Oliveira; (25/10/1965 - 578.463.405-49)
Diretor(a) de Patrimônio: Jane Cleide Oliveira Matos. (6/10/1969 - 020.836.895-77)
- 4) Comprovantes de maioria e nacionalidade: fls. 7 a 13 (Ofício 003 1228069).
- 5) CNPJ: CNPJ 2419728.
- 6) Certidão Negativa da Anatel: Certidão SIGEC 2419727.
- 7) Declaração de conformidade: fl. 4 (Requerimento 0852396).
- 8) Relatório do Conselho Comunitário sobre a programação da emissora: fls. 3 a 5 (Petição 1802409).

*****CONCLUSÕES:**

- Consultou-se o sítio da Anatel e verificou-se que a Associação não possui débitos.
- Foi realizada pesquisa de vínculo e não foi verificada irregularidade.
- O Processo foi corretamente instruído.
- Será elaborado e-mail solicitando informações Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorgas acerca de processos de apuração de infração em andamento ou já concluídos que resultaram em sanção à Radiodifusora.

FRANCISCA LETICIA BARBOSA DUARTE

Data de Envio:

23/11/2017 12:43:10

De:

MCTIC/CGRC (SEI-MC) <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para:

Lilian <lilian.misquita@mctic.gov.br>

leandro.lima@mctic.gov.br

Assunto:

Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

Mensagem:

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Anagé / BA (processo nº 53900.041859/2015-86), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária


Zimbra

francisca.duarte@mctic.gov.br

Re: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

De : Lilian Magalhaes de Misquita Vieira
<lilian.misquita@mctic.gov.br>

Qui, 23 de nov de 2017 15:54

 1 anexo

Assunto : Re: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a Renovação de Outorga

Para : MCTIC <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Cc : Mariza Oshiro <mariza.oshiro@mctic.gov.br>

Em atenção ao e-mail, informamos que foram encontrados registros de processos atribuídos à Interessada no banco de dados de controle de Processos de Apuração de Infração - PAIs e no Sistema de Controle de Radiodifusão - SRD, cujo resultado segue abaixo:

Registros de PAIs ativos:

53900.012858/2016

- Em trâmite;
- Processo aguardando análise de defesa.
- Irregularidade: Art. 11 da Lei nº 9.612/98 c/c art. 25, III; § 2º, I, "b" da Portaria nº 4334/2015;
- Data da infração: 05/01/2016;

53000.011940/2014

- Em trâmite;
- Processo aguardando análise de defesa.
- Irregularidade: Art. 40, inciso XXIX do Decreto 2.615/98;
- Data da infração: 19/03/2014;

Registros de PAIs concluídos (relação de antecedentes no SRD em anexo):

NADA CONSTA

----- Mensagem original -----

De: "MCTIC" <cgrc.sei@mctic.gov.br>

Para: "Lilian" <lilian.misquita@mctic.gov.br>, "Leandro Pedro de Lima" <leandro.lima@mctic.gov.br>

Enviadas: Quinta-feira, 23 de novembro de 2017 12:43:10
Assunto: Informação sobre entidade comunitária que pleiteia a
Renovação de Outorga

Solicito informação acerca da existência de eventual Processo de Apuração de Infração (concluído ou em trâmite) instaurado em desfavor da RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL, entidade que requer renovação de outorga para execução do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Anagé / BA (processo nº 53900.041859/2015-86), devendo ser esclarecida a situação, salientando, ainda, se e quando houve aplicação de sanção.

Atenciosamente,

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

--

Lilian Magalhães de Misquita Vieira
Chefe do Serviço de Degravação - SEDEG
Coordenação-Geral de Fiscalização de Outorga - CGFI
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações - MCTIC
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, Anexo, 3ºAndar, Sala 324-oeste.
CEP 70044-900 Brasília/DF
Telefone: (61) 2027-6811
lilian.misquita@mctic.gov.br



SRD - ANAGÉ.pdf

269 KB



BOA TARDE
LILIAN MAGALHAES DE MESQUITA
Sistemas Interativos

Menu Principal ▾

SRD >>> RADCOM >>> Consultas >>> **Geral** | menu ajuda

Consulta Geral - RADCOM

Identificação do Pedido RADCOM

UF: BA
Município: Anagé
Canal: 200
Fase: P

Distrito:
Sub Distrito:
Local Específico:

Dados da Entidade

Entidade: RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL
Nome Fantasia:
Logradouro: AVENIDA EDSON SOARES
Telefone: (00) 0000000000
Situação: Entidade não possui débitos

CNPJ: 02.449.087/0001-04
Bairro: AUGUSTO VIEIRA
Número: 975
Fax: Não Informado

☒ Dados da Outorga

Dados da Entidade

CNPJ: ◀

Razão Social: RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL
Tipo de Usuário: Integral

Endereço Sede

País: Brasil
Número do CEP: 45180000
Número: 975
Município: Anagé
Telefone: 00 0000000000

Logradouro: AVENIDA EDSON SOARES
Complemento:
Distrito:
Bairro: AUGUSTO VIEIRA
SubDistrito:
Estado: BA
Fax:

Endereço de Correspondência

País: Brasil
Número do CEP: 45180000
Número: 975
Município: Anagé
Telefone:
Fax:
E-mail:

Logradouro: AVENIDA EDSON SOARES
Complemento:
Distrito:
Bairro: AUGUSTO VIEIRA
SubDistrito:
Estado: BA

Dados da Outorga

Data Publicação Contrato/Convênio:
Número do Processo: ◀
Caixa:

Data Limite Instalação:
Fistel:
Sequência:

Aprovação Congresso Nacional

Número	Data	Data DOU	Órgão	Tipo	Razão	Natureza
<input type="text" value="1089"/>	<input type="text" value="22/12/2005"/>	<input type="text" value="23/12/2005"/>	Congresso Nacional	Decr. Legislativo	Deliberação CN	Jurídico

☒ Documentos Emitidos

Atualização de Documentos

Protocolo	Doc. SEI	Nº Ato	Tipo do documento	Órgão	Data Ato	Data DOU	Razão	Natureza					
<input type="text"/>	<input type="text" value="770"/>	◀	<input type="text" value="Portaria"/>	◀	<input type="text" value="MC"/>	◀	<input type="text" value="22/12/2003"/>	◀	<input type="text" value="30/12/2003"/>	Autoriza Executar Serviço	◀	<input type="text" value="Jur."/>	◀
<input type="text"/>	<input type="text" value="52110"/>	◀	<input type="text" value="ATO"/>	◀	<input type="text" value="CMPRL"/>	◀	<input type="text" value="15/08/2005"/>	◀	<input type="text" value="16/08/2005"/>	Autoriza o Uso de Radiofrequência	◀	<input type="text" value="Téc."/>	◀

de RADCOM

<input type="text"/>	<input type="text" value="1089"/>	<input type="text" value="Decreto Legislativo"/>	<input type="text" value="CN"/>	<input type="text" value="22/12/2005"/>	<input type="text" value="23/12/2005"/>	Deliber. do C. Nacional	<input type="text" value="Jur."/>
----------------------	-----------------------------------	--	---------------------------------	---	---	-------------------------	-----------------------------------

+ Característica da Estação Instalada**- Dados do Licenciamento****Dados da Estação**

Entidade: RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL - CNPJ/CPF(02.449.087/0001-04)
Município/UF: ANAGÉ/BA
Indicativo: ZYS615

Situação: Entidade não possui débitos
Canal: 200

Dia Início	Dia Fim	Hora Início	Hora Fim	X
<input type="text" value="Domingo"/>	<input type="text" value="Sábado"/>	<input type="text" value="05:00"/>	<input type="text" value="24:00"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

[Tela Inicial](#) [Imprimir](#)



PORTARIA Nº 400, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2003

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o parágrafo 1º do art. 15 da Portaria SOF/MP, nº 03, de 21 de fevereiro de 2003, e tendo em vista a necessidade de adequar a classificação orçamentária, de modo a permitir a realização de transferência a Municípios, resolve:

Art. 1º Alterar, na forma dos anexos I e II desta Portaria, a modalidade de aplicação da dotação orçamentária consignada à Unidade Orçamentária 56101 - Ministério das Cidades.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

OLÍVIO DE OLIVEIRA DUTRA

ANEXO I						
REDUÇÃO						
R\$ 1,00						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESF	GND	MOD	FONTE	VALOR
16.482.0128.3958.0140	Melhoria das Condições de Habitabilidade / Construção de Habitações Populares no Distrito de Cascavel - Ibicoara - BA	F	4	90	0179	74.195
17.512.8007.5005.0136	Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Disposição Final e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos / Aterro Sanit. do Cons. de Desenv. Interm. da Área Metropolitana de João Pessoa, CONDIAM/PB - João Pessoa - PB	S	4	90	0100	81.500
TOTAL						155.695

ANEXO II						
ACRÉSCIMO						
R\$ 1,00						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESF	GND	MOD	FONTE	VALOR
16.482.0128.3958.0140	Melhoria das Condições de Habitabilidade / Construção de Habitações Populares no Distrito de Cascavel - Ibicoara - BA	F	4	40	0179	74.195
17.512.8007.5005.0136	Implantação e Ampliação dos Sistemas de Limpeza Pública, Acondicionamento, Coleta, Disposição Final e Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos / Aterro Sanit. do Cons. de Desenv. Interm. da Área Metropolitana de João Pessoa, CONDIAM/PB - João Pessoa - PB	S	4	40	0100	81.500
TOTAL						155.695

PORTARIA Nº 403, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2003

O MINISTRO DE ESTADO DAS CIDADES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o parágrafo 1º do art. 15 da Portaria SOF/MP, nº 03, de 21 de fevereiro de 2003, e tendo em vista a necessidade de adequar a classificação orçamentária, de modo a permitir a realização de transferência a Estados, resolve:

Art. 1º Alterar, na forma dos anexos I e II desta Portaria, a modalidade de aplicação da dotação orçamentária consignada à Unidade Orçamentária 56101 - Ministério das Cidades.

OLÍVIO DE OLIVEIRA DUTRA

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ATO Nº 37.633, DE 10 DE JULHO DE 2003

Processo n.º 53500.007113/2002 - Decretar a caducidade das Autorizações do Serviço Móvel Aeronáutico das entidades abaixo relacionadas, por descumprimento do disposto no artigo 16 do Anexo à Resolução n.º 255, de 29 de março de 2001.

NOME	CPF/CNPJ	FISTEL
AERO BASE TAXI AEREO LTDA	19942490001-22	50001729063
CARLOS HENRIQUE DE ALMEIDA	244913811-00	50005756103
GERALDO VILELA COUTO	144826061-20	11020121491
JAMIL ELIAS FILHO	365462329-87	11020517301
LEAL SERVICE TAXI AEREO LTDA	20019840001-50	50001726552
LIDERANCA TAXI AEREO LTDA	29229260001-60	50005701112
MANOEL DA GRACA LESSA NETO	414292575-04	50010959807
PEDRO PAULO ELEOTERIO BARROS LIMA	116394401-78	50011473797

RRB SERVICOS DE INFORMÁTICA LTDA	18651910001-17	50004540301
TEMISTOCLES FLORES SILVA	316793581-20	50011338075
TRANSBRASIL S/A LINHAS AEREAS	608721730001-21	11020007877

LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

ATO Nº 39.497, DE 2 DE OUTUBRO DE 2003

Processo n.º 53500.001353/1998. Extingue, por renúncia, a autorização para prestação do Serviço de Distribuição de Sinais Multiponto Multicanal (MMDS) na Área de Guarapuava, no Estado do Paraná, outorgada à GUARAPUAVA SAT LTDA., CNPJ/MF n.º 02.314.103/0001-51, por intermédio do Ato n.º 1.855, de 2 de dezembro de 1998, publicado no DOU de 4 de dezembro de 1998. Declara, em decorrência, ineficaz o Termo de Adesão firmado com esta Agência, em 12 de janeiro de 1999, pela perda de seu objeto.

LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

ATO Nº 41.335, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2003

Processo n.º 53500.005686/2000. Adaptar as autorizações do Serviço Limitado Especializado, nas submodalidades Serviço de Rede Especializado e Serviço de Circuito Especializado, expedidas à GEODIX COMMUNICATIONS DO BRASIL S.A., por meio dos Atos n.º 13.082 e 13.083, de 23 de novembro de 2000, e dos Termos PVST/SPV n.º 173/2000 e 174/2000, de 28 de novembro de 2000, para o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado,

ANEXO I						
REDUÇÃO						
R\$ 1,00						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESF	GND	MOD	FONTE	VALOR
17.512.0122.3969.0058	Implantação de serviços de saneamento básico em municípios com população de até 75.000 habitantes / Ações de Saneamento Básico - em Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul	S	4	40	0100	6.775.210
TOTAL						6.775.210

ANEXO II						
ACRÉSCIMO						
R\$ 1,00						
CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO	ESF	GND	MOD	FONTE	VALOR
17.512.0122.3969.0058	Implantação de serviços de saneamento básico em municípios com população de até 75.000 habitantes / Ações de Saneamento Básico - em Municípios do Estado de Mato Grosso do Sul	S	4	30	0100	6.775.210
TOTAL						6.775.210

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIAS DE 22 DE DEZEMBRO DE 2003

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, considerando o disposto nos artigos 10 e 19 do Decreto n.º 2.615, de 3 de junho de 1998, resolve autorizar as entidades abaixo relacionadas a executar, pelo prazo de dez anos, sem direito de exclusividade, serviço de radiodifusão comunitária. Os atos de autorização somente produzirão efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do artigo 223 da Constituição.

Nº da Portaria	Nº do Processo	Nome da Entidade	Localidade/UF
765	53640.001675/98	ASCOM - Associação de Comunicação Comunitária Cultural Coração de Maria	Coração de Maria/BA
766	53710.000721/98	Associação Cultural da Imagem e do Som de Sabará - ACISS	Sabará/MG
767	53830.000388/99	Associação Comunitária de Apoio Social 22 de Outubro	Rincão/SP
768	53710.000857/98	Associação Comunitária Ágape Mantense de Radiodifusão	Mantena/MG
769	53830.000480/99	Associação Beneficente e Comunitária de Dumont	Dumont/SP
770	53640.001456/98	Rádio Comunitária de Amparo Social	Anagé/BA
771	53680.000746/98	Associação dos Lavradores Autônomos de Buriti - MA	Buriti/MA
772	53740.001628/98	Associação de Moradores e Amigos de Serranópolis do Iguauçu - AMASI	Serranópolis do Iguauçu/PR
773	53820.000871/98	Associação Cultural de Radiodifusão Comunitária	José Boiteux/SC
774	53840.000048/98	Associação Comunitária Sócio Cultural Kiriris	Tomar do Geru/SE
775	53840.000435/98	Centro Comunitário Sócio Cultural de Barra dos Coqueiros	Barra dos Coqueiros/SE
776	53840.000491/98	Clube de Mães Nossa Senhora da Conceição da Cidade de Itabi	Itabi/SE

MIRO TEIXEIRA

sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação do serviço o território nacional.

LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

ATO Nº 41.337, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2003

Processo n.º 53000.003867/94 - Extinguir, por renúncia, a autorização, objeto da transformação da permissão, nos termos da Norma N.º 8/99 - Anatel, outorgada à MULTIPONTO TELECOMUNICAÇÕES LTDA., por meio da Portaria MC n.º 258, de 24 de abril de 1997, publicada no Diário Oficial da União de 25 de abril de 1997, para explorar o Serviço Especial de Radiochamada na modalidade nacional e, como consequência, o direito de uso das radiofrequências associadas.

LUIZ GUILHERME SCHYMURA DE OLIVEIRA
Presidente do Conselho

DESPACHOS DO PRESIDENTE
Em 3 de dezembro de 2003

Ref.: Processo n.º 53500.007113/2002
N.º 1.770 - O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL, no uso de suas atribuições legais, regulamentares e regimentais, analisando o Procedimento para Apuração de Descumprimento de Obrigações - PADO n.º 53500.007113/2002, instaurado em desfavor de entidades inadimplentes junto ao Fistel, e após cumpridos os procedimentos legais, decidiu, em sua Reunião n.º 277, realizada em 12 de novembro de 2003,



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES
COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS JURÍDICOS DE COMUNICAÇÃO - CGJC
ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

INTERESSADO: SERAD - SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

ASSUNTOS: RENOVAÇÃO DE OUTORGA DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

Radiodifusão comunitária. Renovação de outorgas. Elaboração de manifestação jurídica referencial, nos termos da ON AGU nº 55/2014. Dispensa de análise jurídica individualizada. Documentos a serem conferidos pela área técnica. Hipóteses de renovação e de não renovação. Desnecessidade de remessa dos processos de renovação de outorga para esta CONJUR, salvo nas hipóteses especificadas no Parecer.

I – Relatório

1. Trata-se de solicitação do Consultor Jurídico para elaboração de manifestação jurídica referencial a respeito dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária, nos termos do que autoriza a Orientação Normativa nº 55, de 23 de maio de 2014, do Advogado-Geral da União.
2. A elaboração desta manifestação referencial se soma aos esforços da Consultoria Jurídica em execução junto ao Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações quanto à desburocratização e racionalização de procedimentos, além da atribuição de maior celeridade à tramitação de processos relativos aos serviços de radiodifusão.
3. É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

II.I. Preliminarmente

4. Inicialmente, cumpre esclarecer que o novo regramento infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4334/2015, publicada no Diário Oficial da União em 21 de setembro de 2015.
5. Em virtude disso, o Parecer Referencial Nº 475/2015/CONJUR-MC/CGU/AGU, que fora elaborado à luz da antiga Portaria nº 462/2011, perdeu sua aplicação prática, uma vez que a nova Portaria nº 4334/2015 revogou a referida Portaria anterior, de modo que se faz necessária a elaboração de novo Parecer Referencial, desta vez com base na atual legislação.

II.II. Requisitos para elaboração de manifestação jurídica referencial.

6. A ON AGU nº 55/2014 autoriza a dispensa de análise jurídica individualizada nos casos repetitivos que sejam objeto de "manifestação jurídica referencial". Assim, nessas hipóteses, cabe à área técnica atestar no processo que o caso se amolda ao parecer referencial, ficando dispensada a remessa do processo à Consultoria Jurídica - CONJUR. Vejamos a íntegra do ato:

"ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 55, DE 23 DE MAIO DE 2014.

O ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, X, XI e XIII, do art. 4º da Lei Complementar nº 73, de 10 de fevereiro de 1993, considerando o que consta do Processo nº 56377.000011/2009-12, resolve expedir a presente orientação normativa a todos os órgãos jurídicos enumerados nos arts. 2º e 17 da Lei Complementar nº 73, de 1993:

I - Os processos que sejam objeto de manifestação jurídica referencial, isto é, aquela que analisa todas as questões jurídicas que envolvam matérias idênticas e recorrentes, estão dispensados de análise individualizada pelos órgãos consultivos, desde que a área técnica ateste, de forma expressa, que o caso concreto se amolda aos termos da citada manifestação.

II - Para a elaboração de manifestação jurídica referencial devem ser observados os seguintes requisitos: a) o volume de processos em matérias idênticas e recorrentes impactar, justificadamente, a atuação do órgão consultivo ou a celeridade dos serviços administrativos; e b) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento das exigências legais a partir da simples conferência de documentos.

Referência: Parecer nº 004/ASMG/CGU/AGU/2014

LUÍS INÁCIO LUCENA ADAMS"

7. Como se pode observar, a ON AGU nº 55/2014 prevê dois requisitos para a utilização desse expediente: (i) o volume elevado de processos com impacto sobre a atuação da CONJUR e sobre a celeridade dos serviços administrativos; e (ii) a atividade jurídica exercida se restringir à verificação do atendimento às exigências legais a partir da conferência de documentos.

8. Quanto ao primeiro requisito, verifica-se que, atualmente, cerca de 55% (cinquenta e cinco por cento) dos processos em tramitação na Coordenação-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação - CGJC se referem à renovação de outorgas de rádios comunitárias. Ademais, segundo informações colhidas junto à área técnica, há mais de 700 (setecentos) processos idênticos em tramitação na Secretaria de Radiodifusão, com previsão de serem encaminhados para a análise desta CONJUR.

9. Assim, fica demonstrado que o impacto sobre a atuação deste órgão consultivo é significativo, atendendo ao primeiro requisito previsto na ON AGU 55/2014.

10. A segunda exigência também está contemplada, isto porque, sob o aspecto jurídico, boa parte dos processos de renovação se resume a simples verificação de documentos.

11. Dessa maneira, este Parecer referencial tratará dos processos que não necessitem de uma análise mais aprofundada desta Consultoria, por constituir mera verificação de documentos.

12. É importante registrar, ainda, que a questão da renovação das outorgas, sob a égide do novel regramento já foi objeto de análise de diversos pareceres desta CONJUR, constituindo objeto da presente manifestação, tão somente, a consolidação desse entendimento.

II.III. Dos requisitos para a renovação das outorgas de radiodifusão comunitária.

13. A possibilidade de renovação das outorgas do serviço de radiodifusão comunitária está contemplada na Lei nº 9.612/1998 (art. 6º, parágrafo único), que permite “a renovação por igual período, se cumpridas as exigências desta Lei e demais disposições legais vigentes”.

14. Por seu turno, o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovado pelo Decreto nº 2.615/1998, determina, em seu art. 36, que a autorizada deve: (i) apresentar requerimento de renovação no prazo compreendido entre os seis e os três meses anteriores ao término da vigência da outorga; e (ii) cumprir as exigências estabelecidas pelo Ministério das Comunicações.

15. Atualmente, como assentado nos albores desta peça, o dispositivo infralegal responsável por disciplinar os procedimentos de outorga e pós-outorga relativos ao Serviço de Radiodifusão Comunitária é a Portaria nº 4.334/2015,

publicada no Diário Oficial da União de 21 de setembro de 2015. No que tange especificamente à renovação de outorga de radiodifusão comunitária, assim dispõe a citada norma em seu art. 136:

“Art. 136. Os pedidos de renovação de outorga de serviço de radiodifusão comunitária em trâmite no Ministério das Comunicações na data de publicação desta Portaria serão processados em conformidade com as disposições desta Portaria”

16. No que tange à tempestividade do pedido de renovação, cumpre observar o disposto nos arts. 130, *caput*, e 131, §4º, da indigitada norma:

“Art. 130. O procedimento de renovação será processado eletronicamente e iniciado por ato do Ministério das Comunicações no prazo de até doze meses antes do termo final da outorga.

Art. 131. Instaurado o processo de renovação, a entidade será notificada para, no prazo de trinta dias, manifestar interesse na renovação, mediante a apresentação dos seguintes documentos:

(...)

§ 4º Independentemente da notificação de que trata o caput deste artigo, a entidade interessada poderá dirigir requerimento ao Ministério das Comunicações, observado o prazo de até um mês antes do vencimento da respectiva outorga”.

17. Consoante se extrai dos dispositivos suso reproduzidos, a atual Portaria nº 4334/2015 conferiu ao Ministério apenas a atribuição de iniciar o procedimento de renovação no prazo de até doze meses antes do final da outorga, consistindo na instauração do processo, instruído com os documentos arrolados (art. 130, *caput*), e notificação da outorgada para manifestação e juntada dos demais documentos (art. 131, *caput*), não isentando a entidade da intransferível obrigação de formular, tempestivamente, sua manifestação de interesse na renovação da autorização, manifestação esta que deve ter concretude no atendimento da notificação ministerial (art. 131, *caput*) ou na apresentação de requerimento específico, na eventualidade de não ter recebido a notificação da Administração para tanto (art. 131, § 4º). Sobre este especialíssimo aspecto obrigacional, a norma *sub exame* determina:

“Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

I – não tenha sido observado o prazo do § 4º do art. 131”.

18. Portanto, na hipótese em que o Ministério não tenha instaurado *de ofício* o processo de renovação da outorga, incumbe à entidade apresentar requerimento em até um mês antes do vencimento da respectiva outorga, sob pena de extinção desta.

19. Impende consignar, ainda, os casos de renovação abarcados pela Portaria nº 197, de 1º de julho de 2013, que conheceu como tempestivos os requerimentos formulados até 30 de novembro de 2013, mesmo que não atendessem ao prazo previsto na legislação aplicável à época, senão vejamos:

“Art. 1º Os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados até 30 de novembro de 2013, por protocolo ou postagem pelos Correios, que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011 – Serviço de Radiodifusão Comunitária, aprovada pela Portaria nº 462, de 14 de outubro de 2011, serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, que dará prosseguimento aos respectivos processos e avaliará a sua conformidade com os demais requisitos previstos na legislação em vigor.

§ 1º As entidades que cumprirem o disposto no caput, poderão manter suas emissoras em funcionamento, em caráter precário, até a conclusão do processo de renovação.

§ 2º Serão considerados intempestivos e não serão conhecidos pelo Ministério das Comunicações, os pedidos de renovação de outorga de serviços de radiodifusão comunitária apresentados após a data a que se refere o caput e que não atendam ao prazo referido no item 20.2 da Norma nº 1/2011.

§ 3º Expirado o prazo de vigência da outorga, a autorização será declarada extinta:

I - na hipótese do § 2º deste artigo; e

II - nos casos em que a entidade não tenha apresentado pedido de renovação”.

20. Ultimados os esclarecimentos preambulares pertinentes, urge frisar que a tempestividade é condição para o deferimento do pedido de renovação, sendo a sua intempestividade causa de extinção da outorga. Como a matéria refere-se apenas à conferência do cumprimento do prazo, entende-se que não há maiores empecilhos jurídicos, amoldando-se à hipótese da ON AGU nº 55/2014. Assim, caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, se o pedido da entidade requerente é ou não tempestivo.

21. Igualmente se adequam às disposições da ON AGU nº 55/2014 os casos de inércia da entidade, os quais se configuram quando a interessada sequer formula requerimento de renovação (inércia pura e simples) e quando não são atendidas no prazo as exigências impostas pelo Ministério, conforme disposto nos art. 131, §3º, e 132, inciso II, da Portaria nº 4334/2015:

“Art. 131. (omissis)

(...)

§ 3º A interessada será notificada para suprir, no prazo de trinta dias, eventuais omissões ou irregularidades constatadas na documentação apresentada.

Art. 132. A renovação será indeferida nos casos em que:

(...)

II - não tenham sido apresentados os documentos ou regularizadas as pendências, conforme solicitação do Ministério das Comunicações;”.

22. Destarte, entende-se que também não se vislumbram maiores empecilhos jurídicos quando configuradas as hipóteses de inércia da entidade, seja pela ausência pura e simples de requerimento de renovação, seja pelo não atendimento a contento das exigências impostas, de modo que caberá à área técnica averiguar, em cada caso concreto, a ocorrência ou não de inércia da interessada.

23. Verificada a tempestividade do requerimento, bem como a inoccorrência de inércia, cabe analisar o atendimento às demais exigências fixadas pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, conforme relação de documentos constante da legislação em vigor, em especial o art. 131 da Portaria nº 4334/2015:

(1) requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V;

(2) estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(3) ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas;

(4) comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes;

(5) último relatório do Conselho Comunitário;

(6) declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação;

24. A respeito de tais documentos, cumpre tecer as seguintes considerações.

25. O documento 6 exige que o representante da entidade confirme que os seus equipamentos e instalações estão funcionando conforme os termos da autorização conferida pelo Ministério da ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações.

26. Por sua vez, o Estatuto Social atualizado e a ata de eleição da diretoria em exercício (documentos 2 e 3) têm por objetivo confirmar os quadros societário e diretivo da entidade, bem como permitir a verificação de sua

adequação às finalidades do serviço, conforme previstas na Lei nº 9.612/1998 e na regulamentação. Assim, caberá à área técnica analisar a referida documentação e tomar as providências cabíveis ante a constatação de irregularidade ou inconsistência nesses documentos em vista do que determina a norma de regência. Neste sentido, o feito somente deverá ser encaminhado à CONJUR em caso de materialização de fundada dúvida jurídica, mediante formulação de consulta específica, devidamente justificada.

27. Quanto à comprovação de nacionalidade e maioria dos dirigentes (documento 4), trata-se de exigência que decorre do disposto no art. 9º, § 2º, incisos II e III, da Lei nº 9.612/1998. Para essa finalidade, deve ser admitida a apresentação de cópia de um dos seguintes documentos: certidão de nascimento ou casamento; certificado de reservista; título de eleitor; carteira profissional; cédula de Identidade; certificado de naturalização expedido há mais de 10 anos; passaporte e, para os portugueses, reconhecimento de igualdade de direitos civis ou prova de residência permanente no Brasil. A maioria pode ser comprovada, ainda, por meio de escritura pública de emancipação.

28. Em sentido contrário, não devem ser aceitos, a título de comprovação de maioria e de nacionalidade, os seguintes documentos: a) cartão de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) e b) Carteira Nacional de Habilitação (CNH).

29. O relatório do Conselho Comunitário (documento 5) é instrumento relevante para fins de avaliação da programação da entidade, além de constituir expressão do controle social exercido sobre a rádio comunitária. O conteúdo do relatório deve atender ao disposto no art. 116 da Portaria nº 4334/2015.

30. Finalmente, o relatório de processos de apuração de infração instaurados durante o período da outorga tem por finalidade verificar a existência de sanção que impeça a renovação da outorga. Isso ocorrerá nos casos em que tenha sido aplicada, de forma definitiva, a pena de revogação de autorização. Assim, constatada a aplicação, de forma definitiva, de pena de revogação de autorização, não será admissível a renovação da outorga.

31. Portanto, verificada a tempestividade do requerimento, a inércia e apresentados os documentos acima mencionados, o pedido de renovação deverá ser deferido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, encaminhando-se os autos para a deliberação do Congresso Nacional.

32. Feitos esses comentários, no Anexo a este parecer foi elaborada *relação completa* dos documentos e das demais questões a serem observadas na análise dos processos de renovação. Essa relação, com a devida conferência dos documentos apresentados, deve ser juntada aos autos, acompanhando a Nota Técnica da Secretaria de Radiodifusão e cópia integral deste parecer, dispensando-se, assim, a remessa do processo para esta CONJUR e a análise jurídica individualizada.

33. Como antes assentado, nos casos de fundada dúvida jurídica, os autos devem ser encaminhados para elaboração de análise específica por parte desta CONJUR, devendo estar instruídos como manifestação conclusiva da Secretaria de Radiodifusão, explicitando sua opinião técnica a indicar a especificidade da questão a ser dirimida.

III - Conclusão

34. Ante o exposto, opino pela aprovação deste Parecer como manifestação jurídica referencial, a ser adotada como parâmetro para a análise dos processos de renovação de outorga dos serviços de radiodifusão comunitária.

35. Recomenda-se, ainda, que, em cada caso concreto, a Secretaria de Radiodifusão ateste, de forma expressa, o atendimento aos termos deste Parecer, notadamente da relação de documentos anexa, que deve ser preenchida e juntada aos autos, dispensando-se a análise jurídica individualizada e a remessa dos processos a esta CONJUR, exceto nos casos de dúvida jurídica fundada, conforme delimitado neste Parecer.

À consideração superior.

Brasília, 28 de dezembro de 2016.

JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA

Assistente Jurídico da União
Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação

ANEXO

PARECER REFERENCIAL Nº 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU
RENOVAÇÃO DE OUTORGA – RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

	DOCUMENTOS		SIM	Fls. / nº do doc.
1	Requerimento de renovação, conforme modelo constante do Anexo V da Portaria nº 4334/2015.			
1.1.		O requerimento é tempestivo?		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu tempestivamente e a contento às exigências impostas?			
2	Estatuto social atualizado, devidamente registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, devidamente registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.			
4	Comprovante de nacionalidade e maioria dos dirigentes.			
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.			
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora encontra-se com suas instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes da respectiva licença de funcionamento da estação.			
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel.			
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda – CNPJ válido e atual.			
9	Relatório de apuração de infrações.			

9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação de autorização?		
9.2	Existem outras situações que suscitem dúvidas quanto à renovação, tais como a ocorrência de infrações graves ou número significativo de irregularidades que possam ensejar a revogação da autorização? Em caso afirmativo, encaminhar os autos para a CONJUR com o posicionamento da área técnica.		

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 18967103 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): JULIO CESAR FERREIRA PEREIRA. Data e Hora: 28-12-2016 11:54. Número de Série: 13692269. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA JUNTO AO MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E
COMUNICAÇÕES

GABINETE

ESPLANADA DOS MINISTÉRIOS, BLOCO R, ED. SEDE, SALA 916 CEP: 70044-900 BRASÍLIA-DF FONE: (61)
2027-6535/6196

DESPACHO n. 03085/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU

NUP: 01250.011668/2016-79

**INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES -
MCTIC**

ASSUNTOS: RADIODIFUSÃO

1. Aprovo o **PARECER n. 01578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU**, de natureza referencial, da lavra do Dr. Julio Cesar Ferreira Pereira, Assistente Jurídico da União e Coordenador-Geral de Assuntos Jurídicos de Comunicação.
2. Encaminhe-se memorando à Secretaria de Radiodifusão, especialmente à Coordenação de Radiodifusão Comunitária, a fim de que sejam cientificados do teor do referido Parecer.

Brasília, 30 de dezembro de 2016.

GIORDANO DA SILVA ROSSETTO
ADVOGADO DA UNIÃO
CONSULTOR JURÍDICO ADJUNTO

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <http://sapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 01250011668201679 e da chave de acesso 7ef117a9

Documento assinado eletronicamente por GIORDANO DA SILVA ROSSETTO, de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 19055384 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): GIORDANO DA SILVA ROSSETTO. Data e Hora: 30-12-2016 14:47. Número de Série: 13149438. Emissor: Autoridade Certificadora SERPRORFBv4.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

NOTA TÉCNICA Nº 27250/2017/SEI-MCTIC

Processo nº: **53900.041859/2015-86.**

Assunto: **Renovação de outorga.**

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Trata-se da **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL**, entidade autorizada a executar o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de **Anagé**, estado da **Bahia**, por meio da Portaria nº 770, publicada no DOU de 30/12/2003, e Decreto Legislativo nº 1089, publicado no DOU de 23/12/2005.

ANÁLISE

2. O prazo de 10 (dez) anos concedido à Entidade para exploração do Serviço de Radiodifusão Comunitária expirou em 23/12/2015. A Radiodifusora, que doravante passa a ser tratada como Requerente, protocolou, tempestivamente, pedido de renovação de outorga em 23/11/2015, à fl. 2 (Requerimento 0852396), subscrito por seu representante legal, nos termos do art. 6º, parágrafo único da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e do art. 131 da Portaria nº 4334/2015/SEI-MC, publicada no DOU de 21/9/2015 (Norma nº 1/2015).

REQUERENTE

RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL

QUADRO DIRETIVO

Presidente: Isnali da Silva Matos;

Vice-Presidente: Luciene Azevedo Nolasco Oliveira;

Secretário(a) Geral: Moabe Luz Alves Vieira;

Diretor(a) Financeiro(a): Diomilton Sousa Santos;

Diretor(a) de Operações: Jeferson Santos Lima;

Diretor(a) Cultural e de Comunicação Social: Maria Belarmina Almeida de Oliveira;

Diretor(a) de Patrimônio: Jane Cleide Oliveira Matos.

3. A análise da documentação apresentada, com base no que dispõem a Lei nº 9.612, de 1998, e a Norma nº 1/2015, indicou a completa instrução do pedido, conforme *check-list* abaixo:

	DOCUMENTOS	SIM	NÃO	FLS. / Nº DO DOCUMENTO
1	Requerimento de renovação.	X		fl. 2 (Requerimento 0852396)
1.1	O requerimento é tempestivo?	X		
1.2	Em caso de constatação de pendências, a entidade atendeu a contento às exigências impostas?	X		Ofícios 0987024 e 003 1228069 e Petição 1802409
2	Estatuto social atualizado e registrado no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		fls. 3 a 14 (Ofício 0987024)
3	Ata de eleição da diretoria em exercício, registrada no Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas.	X		fls. 3 a 14 (Ofício 0987024)
4	Comprovantes de nacionalidade e maioria dos dirigentes	X		fls. 7 a 13 (Ofício 003 1228069)
5	Último relatório do Conselho Comunitário, nos moldes do art. 116 da Portaria nº 4334/2015.	X		fls. 3 a 5 (Petição 1802409)
6	Declaração firmada pelo representante legal da interessada, atestando que a emissora se encontra com as instalações e equipamentos em conformidade com a última autorização do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de acordo com os parâmetros técnicos previstos na regulamentação vigente, constantes na respectiva licença de funcionamento da estação.	X		fl. 4 (Requerimento 0852396)
7	Certidão negativa de débitos de receitas administradas pela Anatel	X		Certidão SIGEC 2419727
8	Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda - CNPJ, válido e atual	X		CNPJ 2419728
9	Relatório de apuração de infrações	X		E-mail 2423964
9.1	Foi aplicada, de forma definitiva, pena de revogação da autorização?		X	

CONCLUSÃO

4. Com base nessas informações, esta Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária se posiciona pelo **deferimento** do pedido de renovação de outorga da Requerente, tendo em vista a completa instrução do feito, conforme *check-list* constante do **item 3** desta Nota Técnica. Sugere-se, ainda, que o Processo seja encaminhado à apreciação do Sr. Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, com dispensa de análise individualizada pela Consultoria Jurídica, nos termos do Parecer Referencial nº 1578/2016/CONJUR-MCTIC/CGU/AGU (2423978).

À consideração superior.

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.041859/2015-86, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Anagé / BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001456/1998 e nº 53900.041859/2015-86, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Anagé / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.



Documento assinado eletronicamente por **Francisca Letícia Barbosa Duarte Miele, Analista Técnico Administrativo**, em 24/11/2017, às 11:44, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 30/11/2017, às 15:45, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Samir Amando Granja Nobre Maia, Diretor de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização**, em 07/12/2017, às 14:25, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Vanda Jugurtha Bonna Nogueira, Secretária de Radiodifusão**, em 08/12/2017, às 16:55, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2424027** e o código CRC **154D9F08**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Processos de Renovação de Outorga da Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO INTERNO

Processo nº: **53900.041859/2015-86**

Entidade: **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL**

Assunto: **Minutas de Portaria de Renovação e Exposição de Motivos**

À Secretaria Radiodifusão,

Diante da instrução do processo nº 53900.041859/2015-86 (conforme consubstanciado na Nota Técnica nº **27250/2017/SEI-MCTIC** - Evento SEI 2424027), no qual a RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL solicita renovação de outorga do Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Anagé/BA, encaminho as minutas da Portaria de Renovação e da Exposição de Motivos, para as providências cabíveis.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis**, **Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 11/12/2017, às 10:11, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2479664** e o código CRC **DE6560EB**.

Minutas e Anexos

MINUTA

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.041859/2015-86, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Anagé / BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

MINUTA

PORTARIA Nº DE DE DE 2017.

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001456/1998 e nº 53900.041859/2015-86, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Anagé / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 7243/2017/SEI-MCTIC

O **MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES**, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001456/1998 e nº 53900.041859/2015-86, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Anagé / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 16/01/2018, às 20:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2484496** e o código CRC **213AF001**.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.041859/2015-86, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Anagé / BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

GILBERTO KASSAB

Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 16/01/2018, às 20:35, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2484507** e o código CRC **DBFFED5**.



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão

Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização

Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar

CEP: 70044-900 / Brasília-DF

Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 2266/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

ISNALI DA SILVA MATOS

Representante Legal da **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL** (CNPJ nº 02.449.087/0001-04)

Avenida Edson Soares, nº 975 - Bairro: Augusto Vieira

45.180-000 - Anagé - BA

Assunto: **Pagamento de taxa de publicação.**

Referência: **Processo nº 53900.041859/2015-86.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Informa-se o DEFERIMENTO do pedido de renovação de outorga apresentado por essa entidade, contido no processo em referência, nos termos da Portaria nº 7243/2017 de 16 de janeiro de 2018.

2. Diante do exposto, encaminho em anexo, o Documento de Arrecadação Fiscal (DARF) para recolhimento do valor relativo à taxa de publicação da Portaria de Renovação no Diário Oficial da União, em atendimento ao art. 37 do Decreto nº 2.615/1998. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.

3. Aproveitamos para solicitar que a entidade mantenha atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

4. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações:

http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/processo_eletronico.html

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Vilma de Fatima Alvarenga Fanis, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária, Substituta**, em 24/01/2018, às 17:06, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2591360** e o código CRC **95D65BF9**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 2266/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.041859/2015-86 - Nº SEI: 2591360



001-9

00198.41808 50000.000005 04667.073219 7 74460000019824

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X		Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00000000004667073
Número do documento 4		CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 25/02/2018		Valor documento 198,24	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa		(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL (CNPJ nº 02.449.087/0001-04) - 53900.041859/2015-86

Avenida Edson Soares, nº 975, Augusto Vieira

Anagé, BA - CEP: 45.180-000

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4667073 enviado em 05/02/2018

Corte na linha pontilhada



001-9

00198.41808 50000.000005 04667.073219 7 74460000019824

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento						Vencimento 25/02/2018
Cedente PR - Imprensa Nacional						Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 05/02/2018	Nº documento 4	Espécie doc. ND		Aceite N	Data process. 05/02/2018	Nosso número 00000000004667073
Uso do banco / Convênio 33804/841805	Carteira 18 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001		Valor Documento 198,24	(=) Valor documento 198,24

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 4667073 enviado em 05/02/2018

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL (CNPJ nº 02.449.087/0001-04) - 53900.041859/2015-86

Avenida Edson Soares, nº 975, Augusto Vieira

Anagé, BA - CEP: 45.180-000

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

AR

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

SERAD/CGRC

Ofício nº 2266/2018/SEI-MCTIC, 24/01/2018

53900.041859/2015-86

ISNALI DA SILVA MATOS

RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL

Avenida Edson Soares, nº 975 - Bairro: Augusto Vieira

45.180-000

Anagé/BA

PAÍS / PAYS

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

PRIORITY / PRIORITAIRE

EMS

SEGURADO / VAL EUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

Luciane G. Palares de Azevedo

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRATON

27/02/18

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTIN

27/02/18

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDOR

009 526 455 80

RUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

80893481

27 FEV 2018

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERS

75240203-0

FC0463 / 16

114 x 186 mm



Correios
Brasil

AVISO DE
RECEBIMENTO
AVIS ENA7

AR

(CÓDIGO DE BARRAS OU N° DE REGISTRO DO OBJETO)

JT 22708322 5 BR

DATA DE POSTAGEM / DATE DE DÉPÔT

25/05/2010

UNIDADE / MINISTÉRIO DE Comunicação Federal

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

/ / : h

/ / : h

/ / : h

PREENCHER COM LETRA DE FORMA

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

Serviço Público Federal

Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Secretaria de Radiodifusão

Coordenação Geral de Radiodifusão Comunitária - CGRC

Espanhola dos Ministérios, Bloco R, Sala 307, Anexo Oeste.

70.044-900 Brasília - DF

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO / ADRESSE

CIDADE / LOCALITÉ

UF

BRASIL
BRÉSIL

ENDEREÇO PARA
DEVOLUÇÃO
RETOUR

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 05/02/2018 17:16:43
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 4667073
Data prevista de publicação: 06/02/2018
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10517128	ATO PORTARIA Nº 7243 Min.rtf	5dc6381476686659 592d228294c320c8	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			6,00	R\$ 198,24



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES

Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária
Esplanada dos Ministérios, Bloco R, 3º Andar
CEP: 70044-900 / Brasília-DF
Fone: (61) 2027-6281

Ofício nº 10299/2018/SEI-MCTIC

Ao(À) Senhor(a)

ISNALI DA SILVA MATOS

Representante Legal da **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL** (CNPJ nº 02.449.087/0001-04)

Avenida Edson Soares, nº 975 - Bairro: Augusto Vieira

45.180-000 - Anagé - BA

Assunto: **Reencaminhamento de Boleto.**

Referência: **Processo nº 53900.041859/2015-86.**

Senhor(a) Representante Legal,

1. Cumprimentando-o(a) cordialmente, refiro-me ao processo em epígrafe para reencaminhar o boleto para pagamento de taxa de publicação, uma vez que o mesmo chegou com prazo de validade vencido. Para o esclarecimento de dúvidas e questionamentos adicionais quanto à publicação de matérias no Diário Oficial da União o interessado deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da Imprensa Nacional, através dos canais disponíveis no endereço eletrônico <http://imprensa.in.gov.br/central/>.

2. Solicitamos que a entidade mantenha sempre atualizado junto a este Ministério o seu endereço de correspondência.

3. Informamos ainda que já está disponível o CADSEI, sistema que possibilita encaminhar e receber documentos de forma eletrônica. Mais informações: http://www.mctic.gov.br/mctic/opencms/comunicacao/SERAD/radiofusao/textogeral/processo_eletronico.html ou duvidasradcom@mctic.gov.br.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 20/03/2018, às 09:29, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2756928** e o código CRC **81D177CF**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 10299/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.041859/2015-86 - Nº SEI: 2756928



001-9

00190.00009 02941.021004 00015.376171 1 74900000019824

Cedente PR - Imprensa Nacional			Código do Cedente 1607-1 / 55573000-X	Espécie R\$	Quantidade 0001	Nosso número 00029410210000015376
Número do documento 4	CPF/CNPJ 04.196.645/0001-00		Vencimento 10/04/2018		Valor documento 198,24	
(-) Desconto / Abatimento	(-) Outras deduções	(+) Mora / Multa	(+) Outros acréscimos		(=) Valor cobrado	

Sacado

RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL (CNPJ nº 02.449.087/0001-04) - 53900.041859/2015-86

Avenida Edson Soares, nº 975, Augusto Vieira

Anagé, BA - CEP: 45180-000

Instruções

Autenticação mecânica

A publicação da(s) matéria(s) está condicionada à compensação bancária deste documento, com previsão de publicação de, no mínimo, dois dias úteis após o pagamento.

Após vencimento, este boleto perde a validade.

Referente a publicação do ofício 4720792 enviado em 21/03/2018

Corte na linha pontilhada



001-9

00190.00009 02941.021004 00015.376171 1 74900000019824

Local de pagamento Pagável em qualquer Banco até o vencimento					Vencimento 10/04/2018
Cedente PR - Imprensa Nacional					Agência/Código cedente 1607-1 / 55573000-X
Data do documento 21/03/2018	Nº documento 4	Espécie doc. ND	Aceite N	Data process. 21/03/2018	Nosso número 00029410210000015376
Uso do banco / Convênio 33804/2941021	Carteira 17 / 124	Espécie R\$	Quantidade 0001	Valor Documento 198,24	(=) Valor documento 198,24

Instruções

Após vencimento, este boleto perde a validade.

.

Referente a publicação do ofício 4720792 enviado em 21/03/2018

(-) Desconto / Abatimento

(-) Outras deduções

(+) Mora / Multa

(+) Outros acréscimos

(=) Valor cobrado

Sacado

RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL (CNPJ nº 02.449.087/0001-04) - 53900.041859/2015-86

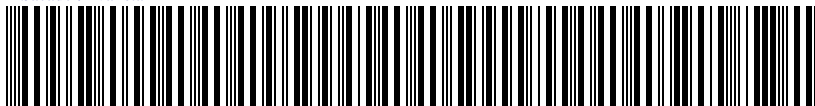
Avenida Edson Soares, nº 975, Augusto Vieira

Anagé, BA - CEP: 45180-000

Cód. baixa

Sacador/Avalista

Autenticação mecânica - Ficha de Compensação



Corte na linha pontilhada

[Imprimir Recibo](#)[Página Principal](#)Presidência da República
Imprensa NacionalEnvio Eletrônico de Matérias
Comprovante de Recebimento

A Imprensa Nacional recebeu Ofício Eletrônico com a solicitação de publicação de matérias com as seguintes características:

Data de envio: 21/03/2018 14:16:08
Origem: Secretaria de Radiodifusão
Operador: ISRAEL ALEXANDRE BEZERRA DA SILVA
Ofício: 4720792
Data prevista de publicação: 22/03/2018
Local de publicação: Diário Oficial - Seção 1
Forma de pagamento: Boleto Avulso

As matérias enviadas somente serão publicadas na data e jornal indicados no Ofício Eletrônico após validação e análise de adequação à legislação que disciplina a publicação de matérias nos Jornais Oficiais.

Matérias				
Seqüencial	Arquivo(s)	MD5	Tamanho (cm)	Valor
10619668	ATO PORTARIA Nº 7243 MINI.rtf	8e65e6b4c3bd5771 a3a4fdeda50f2e9f	6,00	
	Total da matéria		6,00	R\$ 198,24
TOTAL DO OFICIO			6,00	R\$ 198,24

Data de Envio:

22/03/2018 10:18:51

De:

MCTIC/SEARC RENOV (SEI-MC) <searc.sei@mctic.gov.br>

Para:

zingabudy@hotmail.com
contato@b2bsistemas.com.br

Assunto:

Correspondência Oficial do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem:

Prezado(a),

Ref: 53900.041859/2015-86

Segue em anexo, documentação referente a análise de processo no Ministério das Comunicações.

Atenciosamente,
Secretaria de Radiodifusão
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

Mensagem automática, favor não responder.

O envio de respostas e/ou documentos complementares deverá ser feito exclusivamente via Petição Eletrônica.

Para outros assuntos entre em contato com o Ministério clicando aqui.

Anexos:

Oficio_2756928.html
Boleto_2771715_ATO_PORTARIA_N__7243_MINI.pdf



PORTARIA SEI Nº 7.039, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53800.000085/2004 e nº 53900.047341/2015-56, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 10 de maio de 2016, a autorização outorgada à ASSOCIAÇÃO DE RÁDIO COMUNITÁRIA MIGRANTES SÃO FELIPE ARCOMI SF, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de São Felipe d'Oeste / RO.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

PORTARIA SEI Nº 7.243, DE 16 DE JANEIRO DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, conforme o disposto no art. 6º, Parágrafo Único, da Lei no 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, e tendo em vista o que consta dos Processos Administrativos nº 53640.001456/1998 e nº 53900.041859/2015-86, resolve:

Art. 1º Renovar pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o Serviço de Radiodifusão Comunitária na localidade de Anagé / BA.

Parágrafo único. A autorização reger-se-á pela Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998, leis subsequentes, seus regulamentos e normas complementares.

Art. 2º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO KASSAB

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS
DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 2.779, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53516.000355/2018-92, Expede à SUL PARANÁ RADIODIFUSÃO LTDA, CNPJ nº 75.034.439/0001-34 autorização para exploração do Serviço Aux. Radiodifusão - Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente Regional

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 2.766, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) MATOSUL AGROINDUSTRIAL LTDA, CNPJ nº 24.600.355/0024-76 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATOS DE 9 DE ABRIL DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado à(ao) :

Nº 2.735 - USINA SANTA ADELIA S/A, CNPJ nº 50.376.938/0001-89;

Nº 2.736 - RIBER - AGUIAS VIGILANCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.793.282/0001-82;

Nº 2.737 - CONDOMINIO DO CONJUNTO COMERCIAL MARKET PLACE, CNPJ nº 00.102.759/0001-85;

Nº 2.745 - RAIZEN ENERGIA S.A, CNPJ nº 08.070.508/0083-14

Expede autorização para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço à(ao) :

Nº 2.748 - DELTA MASTER SEGURANCA PRIVADA E PATRIMONIAL LTDA - EPP, CNPJ nº 29.324.374/0001-44

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ,
RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 2.743, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Extingue, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, expedida às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no §7º, do art. 16, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016 e no parágrafo único, do art. 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

A relação de entidade(s) está na seguinte ordem: nome da entidade; CPF/CNPJ; número do Fistel; validade da autorização de radiofrequência.

Processo Nº 53560.002861/2017-08: ACRISIO MACIEL DO NASCIMENTO, 32206500310, 80105808806, 07/12/2016; AGNALDO VICENTE DANTAS, 20200021400, 80105849677, 07/12/2016; ALEXSANDRO CLEMENTINO DE ABREU, 61816272353, 80106240552, 01/08/2017; ANTONIO CARLOS PEREIRA LIMA, 29550343391, 80106291548, 13/09/2017; ANTONIO DERMEVAL DO NASCIMENTO, 47987219304, 10030257905, 11/08/2017; ANTONIO FLAVIO DE SOUSA RODRIGUES, 73143421304, 80105824682, 23/11/2016; ANTONIO MARTINS ARAUJO, 55944426500, 50010754407, 07/08/2017; AURELIO MOREIRA, 21188440349, 80106078518, 21/05/2017; BRAZ LUCIANO TEIXEIRA DA SILVA, 87830450404, 80106047205, 12/04/2017; BRUNO TARGINO CAVALCANTE, 01353876390, 80106263331, 10/09/2017; CARLOS ALEXANDRE PEREIRA MATIAS, 75627256320, 80105768910, 07/12/2016; CICERO ROGERIO FERREIRA LIMA, 52568040300, 80106419447, 12/12/2017; CID DE BRITO MELLO, 15641481300, 80106188291, 28/06/2017; CIRO LEITE SARAIVA DE OLIVEIRA, 21253668353, 80106378074, 12/12/2017; CLERIVALDO MOREIRA DA SILVA, 79206786415, 80105522597, 19/04/2017; DANIEL FERREIRA AMORIM, 01219534404, 80105289949, 20/12/2016; DIOGO DE CARVALHO BEZERRA, 65173112387, 80106396056, 09/11/2017; DJALMA FRANCISCO DA SILVA, 10721312420, 20000215813, 11/12/2016; EDIVAN FERNANDES, 03854337353, 80106294997, 11/09/2017; EDSON ARAUJO DE MEDEIROS, 65496000491, 80106148907, 27/06/2017; EILSON SOARES DE SOUSA, 62583204491, 80105874434, 23/11/2017; ELIAS FERNANDES PEREIRA, 17164974349, 80106083511, 21/05/2017; ELISIER ALBUQUERQUE GOUVEIA, 21774692449, 80106027107, 20/04/2017; ERIVAN SOARES DAS NEVES, 03178418407, 80106042408, 03/05/2017; EUEMBERG SILVESTRE DA SILVA, 94341060449, 80106254189, 15/08/2017; FELIPE AZEVEDO DA SILVA, 05637182426, 80106447734, 14/12/2017; FLEIDIMAR SIQUEIRA CAVALCANTE, 25335766387, 80106137034, 10/08/2017; FRANCISCO ALDO FERNANDES, 02869525486, 80106346202, 22/10/2017; FRANCISCO CEZARIO DA SILVA, 31304907368, 80106075764, 21/05/2017; FRANCISCO DAS CHAGAS FONSECA SOARES, 48958700491, 80105390402, 20/12/2016; FRANCISCO DE ASSIS ALVES DE JESUS, 10749543353, 80105967793, 02/03/2017; FRANCISCO DE ASSIS MOREIRA FILHO, 63350920349, 80105862770, 05/01/2017; FRANCISCO EDUARDO ELIS DA SILVA, 79049036449, 80106056115, 17/04/2017; FRANCISCO EVANDIR DOS SANTOS, 39008371391, 80106091611, 11/06/2017; FRANCISCO FERNANDO DE FARIAS, 15073300491, 80105831204, 29/11/2016; FRANCISCO GLYDSON SOUSA GONCALVES, 47980583353, 80105865877, 12/02/2017; FRANCISCO NIVALDO CUNHA VIEIRA, 17034868387, 80106314858, 24/10/2017; FRANCISCO SALES MAIA DE ARRUDA, 56520204404, 80106293834, 29/10/2017; FRANCISVALDO BEZERRA DO NASCIMENTO, 67376738487, 80105874787, 28/12/2016; GERALDO DOS PRAZERES DA SILVA, 01605682420, 80106293672, 31/08/2017; HELDA FREIRE DE ARRUDA, 66433428487, 80106373196, 12/11/2017; HENRIQUE MARQUES NETO, 03243211719, 80106262955, 10/09/2017; JACKSON XENOFONTE DE SOUSA, 61672017300, 80106226487, 06/09/2017; JAMIS EDUARDO SOUZA DE MEDEIROS, 85996980100, 80106070290, 23/04/2017; JEAN CARLOS ALVES DA SILVA, 67873090310, 80106226134, 10/08/2017; JOÃO BATISTA FERNANDES DE OLIVEIRA, 31759483320, 80105724971, 22/11/2016; JOAO BATISTA TAVARES CAVALCANTE, 23708000463, 80105808210, 07/12/2016; JOAO BENEDITO GONCALVES, 57151350872, 80106020943, 19/04/2017; JOAO LINHARES DE HOLANDA, 38436566300, 80105808725, 27/11/2016; JOAO SOARES DA SILVA JUNIOR, 76202321415, 80105683841, 23/11/2016; JOAQUIM ERASTO FONTENELE NETO, 29814219304, 80106028251, 21/05/2017; JOSE CARLOS LOPES LIMA, 80767974468, 80106067400, 22/04/2017; JOSE DOUGLAS SANTOS LIMA, 02054770388, 80105832863, 05/01/2017; JOSE ELDER NASCIMENTO ALVES, 75475545391, 80106263765, 10/09/2017; JOSE ELISIO BEZERRA CAVALCANTE JUNIOR, 09457364449, 80106247131, 03/08/2017; JOSE EUDES PITOMBEIRA, 31111602387, 80106138006, 10/08/2017; JOSE EVANDRO DE LIMA BEZERRA, 38727722368, 80105768839, 13/11/2016; JOSE MACHADO DA SILVA, 66898773887, 80106377850, 12/11/2017; JOSE NUNES DA SILVA, 24350133372, 80106226053, 10/08/2017; JOSE OSVALDO DA SILVA, 35321636320, 80106045857, 06/06/2017; JOSE RODRIGUES DE MESQUITA, 16673514353, 80106159518, 10/08/2017; JOSE RUBONILDO SAMPALDO DE OLIVEIRA, 36069272315, 80106146106, 11/06/2017; JOSE SEBASTIAO DOS SANTOS, 17226392372, 80106183656, 26/07/2017; JOSE

WELLINGTON DA SILVA BARBOSA, 55502202372, 80105862932, 31/01/2017; JOSIMAR PEREIRA DA SILVA, 30668484349, 80106168851, 26/06/2017; JULIO CESAR ARAUJO DE OLIVEIRA, 95759697749, 80102039208, 23/05/2017; MANOEL RODRIGUES BASTOS, 28989449391, 80106022210, 24/05/2017; MANOEL ROMAO DA SILVA, 98721429391, 80106356933, 28/11/2017; MARCELO FERNANDES FACUNDO, 00552451371, 80105995061, 19/04/2017; MARCIANO MACHADO FROTA, 87407620334, 80106028090, 10/04/2017; MARCÍLIO BEZERRA DOS SANTOS, 45117390300, 80105913278, 11/05/2017; MARCOS ANTONIO BARBOSA SOUSA, 39641007300, 80105796450, 06/12/2016; MARIA FERREIRA DE OLIVEIRA, 41228960453, 80106160524, 15/06/2017; MOISES ARAGAO FONTENELE, 74199463372, 80105856452, 29/01/2017; NOE SILVA, 45459029368, 80106121383, 11/06/2017; ORLANDO EDGAR DE LIMA, 44839006334, 80105993522, 10/04/2017; PAULINO COSTA DE AZEVEDO, 01895024447, 80105703621, 26/10/2016; PAULO AFONSO DE OLIVEIRA MONTEZUMA, 04847954300, 80106256475, 21/08/2017; PAULO ANDRE VERAS, 42694116353, 80106222902, 23/07/2017; PAULO TIERES DE MACEDO JUNIOR, 53475666553, 80106169408, 15/06/2017; PEDRO BORGES DE OLIVEIRA, 30481961372, 80106036785, 24/05/2017; PEDRO LOPES GOMES, 43877630359, 80106378740, 12/11/2017; RAIMUNDO GOMES MACHADO, 35355190391, 80105699411, 27/10/2016; REGINALDO MATOS OZORIO, 88161218315, 80106165674, 06/08/2017; ROBERTO PINHEIRO BORGES, 11626607320, 80105644358, 23/10/2016; ROBERTO RUFINO DE FIGUEIREDO, 30099757400, 80106442341, 20/12/2017; ROMULO MARQUES MACIEL, 35604298387, 80106378155, 12/12/2017; VITOR RODRIGUES CASTRO SOARES, 05324123463, 80106444808, 11/12/2017; WALTER FERREIRA DA SILVA, 08880107453, 80106147188, 31/05/2017

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente Regional da Anatel nos Estados do
Ceará, Rio Grande do Norte e Piauí

ATO Nº 2.746, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Extingue, por cassação, a partir da data de validade da licença indicada para cada entidade, as autorizações do Serviço Radioamador, de interesse restrito, expedida às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista o advento do termo final da outorga de autorização de uso de radiofrequência associada, com fulcro no §7º, do art. 16, do Regulamento de Uso do Espectro de Radiofrequências, aprovado pela Resolução nº 671, de 3 de novembro de 2016 e no parágrafo único, do art. 139, da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

A relação de entidade(s) está na seguinte ordem: nome da entidade; CPF/CNPJ; número do Fistel; validade da autorização de radiofrequência.

Processo Nº 53560.002849/2017-95: DANIEL AUGUSTO DA SILVA, 98139240397, 50403905133, 13/11/2016; DAVID DOMINGOS ROSADO CARRILHO, 54921597553, 50403953960, 28/11/2016; DJALMA FRANCISCO DA SILVA, 10721312420, 50403929237, 23/11/2016; EDUARDO HENRIQUE DE ARAUJO LINO, 87447347434, 50403863708, 22/11/2016; EVANDRO MARTINS DE OLIVEIRA, 39568679391, 50403861330, 06/11/2016; FRANCISCO FERNANDES DA SILVA, 30224438468, 50403966272, 28/11/2016; HENDRIK GRUITROIJ, 70372023126, 50411833170, 08/12/2016; JORIS CALDAS ARNO GALVAO, 91608619400, 50403935555, 14/11/2016; JOSE RIBAMAR NUNES, 09642269368, 50403861411, 26/10/2016; JOSE RONALDO MACEDO CAVALCANTE, 77890132387, 50403373700, 30/10/2016; MARCELO CAVALCANTE PEREIRA, 60010613358, 50403863201, 08/11/2016; ROBERTO GAETANO TURCO, 05430106780, 50407107398, 31/12/2017.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente Regional da Anatel nos Estados do Ceará,
Rio Grande do Norte e Piauí

ATO Nº 2.753, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Extingue, por cassação, as autorizações do Serviço Rádio do Cidadão, de interesse restrito, expedida às entidades abaixo relacionadas, tendo em vista a perda de condição indispensável à manutenção da autorização, com fulcro no Parecer 668/2014/LCP/PFE-ANATEL/PGF/AGU e no art. 139 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997.

A relação de entidade(s) está na seguinte ordem: nome da entidade; CPF/CNPJ; número do Fistel; vencimento do débito do Fistel.

Processo Nº 53560.002953/2017-80: ALEXANDRE CARLOS DE OLIVEIRA, 48991066453, 80105974730, 30/06/2017; ANTONIO AGIVANILDO GOMES DE MORAIS, 2554782326, 80107312697, 20/07/2009; ANTONIO FERNANDES DE MINA NETO, 74458922300, 80104644060, 03/10/2015; BRUNO TARGINO CAVALCANTE, 1353876390, 80106263331, 20/10/2007; CHRISTORAY EMILIO NARIO PECADO MITTO, 89582462353, 80109355814, 06/11/2013; CLAUDIO COLARES ROCHA VIEIRA DE AS, 50795848587, 80108022714, 24/07/2010; CLAUDIO MARTINS SOUSA, 62836129387, 80109650140, 17/02/2013; DANIEL DE MEDEIROS DANTAS, 7528494466, 80110967887, 02/03/2015; EILSON SOARES DE SOUSA, 62583204491, 80105874434, 02/01/2008; EXPEDITO EDILSON CHIMBINHA JUNIOR, 24243167400, 80106177842, 04/03/2008; FRANCISCO DA SILVA, 35802324449, 80107645661, 02/12/2009; FRANCISCO DE ALMEIDA QUINTELA, 5438438749, 10030297010, 07/09/2008; FRANCISCO DE ASSIS BELARMINO,

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
Secretaria de Radiodifusão
Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização
Coordenação-Geral de Radiodifusão Comunitária

DESPACHO

Processo nº: **53900.041859/2015-86**.

Entidade: **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL**.

Assunto: **Encaminhamento de Cópia de Processo à Presidência da República**.

Por meio da Portaria nº 7243, de 16 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 11/04/2018, renovou-se a outorga da **RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL** para o serviço de radiodifusão comunitária na localidade de Anagé / BA. Dessa forma, em atenção ao § 3º do art. 223 da Constituição, encaminho a cópia do processo nº 53900.041859/2015-86, acompanhado do ato de renovação de outorga e exposição de motivos, ao Gabinete do Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, para posterior envio à Presidência da República.



Documento assinado eletronicamente por **Inalda Celina Madio, Coordenadora-Geral de Radiodifusão Comunitária**, em 12/04/2018, às 15:49, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **2878621** e o código CRC **FA21F0BC**.

Minutas e Anexos

Não Possui.

Referência: Processo nº 53900.041859/2015-86

SEI nº 2878621

Brasília, 19 de Junho de 2018

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. Submeto à apreciação de Vossa Excelência o Processo Administrativo nº 53900.041859/2015-86, acompanhado da Portaria que renova, pelo prazo de dez anos, a partir de 23 de dezembro de 2015, a autorização outorgada à RÁDIO COMUNITÁRIA DE AMPARO SOCIAL, para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão comunitária, na localidade de Anagé/BA.

2. Diante do exposto e em observância ao que dispõe o art. 223, § 3º, da Constituição da República, encaminho o Processo à Vossa Excelência, para conhecimento e submissão da matéria ao Congresso Nacional.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Gilberto Kassab



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES
GABINETE DO MINISTRO

Esplanada dos Ministérios, Bloco E
CEP: 70067-900 Brasília-DF
Tel.: (61) 2033-7444

Ofício nº 24275/2018/SEI-MCTIC

Ao Senhor
MARCELO PACHECO DOS GUARANYs
Subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais - SAG
Casa Civil da Presidência da República
Brasília/DF

Assunto: **Concessão de outorga**

Senhor Subchefe,

Em atendimento à orientação dessa Subchefia e ao disposto no Decreto nº 3.714, de 03 de janeiro de 2001, encaminho-lhe processo que trata de outorga de radiodifusão.

Atenciosamente,

MARACI MENDES DE SANT'ANA
Coordenadora-Geral do Gabinete do Ministro



Documento assinado eletronicamente por **GILBERTO KASSAB, Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações**, em 20/06/2018, às 17:00, conforme art. 3º, III, "b", das Portarias MC nº 89/2014 e MCTIC nº 34/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://sei.mctic.gov.br/verifica.html>, informando o código verificador **3078230** e o código CRC **443C08B9**.

Em caso de resposta a este Ofício, fazer referência expressa a: Ofício nº 24275/2018/SEI-MCTIC - Processo nº 53900.041859/2015-86 - Nº SEI: 3078230